

SEÇÃO DO PROTOCOLO LEGISLATIVO - A.T.M.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0491/1999 DE 1999

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0491/1999 DE 30/09/ 9

PROJETO DE EXECUTIVO

CELSO PITTA

EMENTA.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DAS ADMINISTRAÇÕES
DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PARA O
EXERCÍCIO DE 2000





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



M E M B R O S: JOSÉ MENTOR - PRESIDENTE
FARIA LIMA
MIGUEL COLASUONNO
CELSO CARDOSO
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
DITO SALIM
DALTON SILVANO
LIDIA CORREA
MOHAMAD SAID MOURAD

**REUNIÃO TÉCNICA- ORÇAMENTO PARA O ANO 2000-
REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO EM 17 DE
NOVEMBRO DE 1999.**

SOLICITANTE: VEREADOR JOSÉ MENTOR

(MEMO Nº107/99)

SECRET. MARTA RAVENA



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 10181 do proc.
n.º 491 do 1992
FUNDO M.º
FUND. P. S. KONASHIRO
Acm. Geral III

ROD.:Z1	FOLHA:1	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:			DATA: 17 11

O SR. PRESIDENTE (José Mentor - PT) - Vamos dar início à 7ª reunião temática do debate do orçamento 2000 da cidade de São Paulo. Queria registrar, de início, a presença do vereador relator do orçamento e sub-relator do tema de hoje, habitação, Vereador Mohamad Said Mourad.

Convido para compor a mesa o representante da Secretaria de Habitação, Dr. Antonio Lajarin (?). Se o senhor precisar de alguma assessor... Sr. Gilson, por favor.

O SR. ANTONIO LAJARIN - Sr. Presidente, Sr. Vereador, senhoras e senhores, a proposta orçamentária da habitação para o ano 2000 demonstra a sensibilidade do Prefeito Celso Pitta e o seu interesse na questão social e habitacional de nossa cidade. Isso é matemático e muito claro. Tivemos no exercício de 1999 3,39% do orçamento total do Município. Para o ano de 2000 a proposta do Executivo a esta Casa é de 6,71% do orçamento total. Isso representa mais de 100% em relação a 1999.

2
Dentro dessa proposta foi feita a subdivisão, onde temos o Fundo Municipal de Habitação, por intermédio da dotação do gabinete; nós temos os departamentos técnicos como Case(?), Iparsolo(?), Aprove e Contru, e IAB, que é responsável pelo Procave e pelo Cingapura, que representa a maior parcela de todo esse orçamento.

O nosso programa beneficia, além da continuidade do projeto Guarapiranga, que é um projeto de revitalização da bacia, que obviamente com o assentamento das famílias que lá ocuparam, o início e o incremento também da bacia Billings, um projeto que tem sido amplamente debatido e aceito pelo BID.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-100

Folha n.º 1019 do proc.
n.º 491 de 1999
Fundo Público
ISABEL P. S. HANASHIRO
Dt. Adm. Geral III

ROD.:Z1	FOLHA:2	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:			DATA: 17 11

A continuidade do Projeto Cingapura, dentro da proposta. Procave... Bom, no Cingapura temos uma previsão de atendimento para 2000 de 19.350 famílias. Com o Procave, 6.250 famílias. Totalizando 25.600 famílias somente nesses dois programas.

Em resumo, trouxe o Gilson, que é o diretor de Contabilidade e Finanças da Secretaria da Habitação. E estaremos à disposição, Sr. Presidente, para responder aos senhores qualquer dúvida.

A questão de mutirão também foi prevista, 15 milhões, por intermédio do Fundo Municipal de Habitação, também.

A subdivisão: teríamos 40.482 mil, que seria para o aumento de capital da Cohab; Pro-Centro, 67.600 mil; Guarapiranga, 135.800 mil; Fundo Municipal de Habitação, que seriam os mutirões, 15 milhões; Cingapura, 135.600 mil; Procave, 18.453 mil; represa Billings, 45 milhões; temos também o "lote legal", que é a regularização de loteamentos irregulares e clandestinos, com um orçamento de 25 milhões. Em resumo, temos um orçamento, este ano, proposto pelo Executivo aos Srs. Vereadores, de R\$514.323.352,00 contra R\$338.144.000,00 do exercício de 1999.

3
Sr. Presidente, estamos com todas as informações à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (José Mentor - PT) - Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Mohamad Said Mourad.

O SR.... SEGUE ALEX



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 1020 do proc.
n.º 991 de 1999
funcionário
ISABEL P. S. H. NASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: 22 FOLHA:1

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:

ORADOR:

DATA:

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Sr. Secretário, fazendo uma variação entre o orçamento de 1999 - a execução, pelo menos, informação que temos até 31/10/99 - e a proposta do ano 2000, nós temos 338 milhões propostos no orçamento para 1999 e realizados até 31/10 236 milhões. Então, foi realizado só 70% do valor total. Não sei se vai ser completado esse orçamento. A proposta do ano 2000 é de 498 milhões, que seria um aumento de 47% com referência ao orçamento proposto em 1999.

Mas de posse da proposta original que a Secretaria de Habitação encaminhou à de Finanças, temos uma proposta total da Secretaria de R\$964.007.858,00. Ela praticamente ficou na proposta do Executivo com menos da metade do valor que foi a proposta original da Sehab. Gostaria que comentasse a respeito disso. Também comentasse quais são os valores que foram mais afetados.

Temos uma preocupação muito grande, aqui, com três itens principais: os mutirões; o saneamento da represa na área da Guarapiranga, bacia hidrográfica do Alto Tietê; e o Cingapura.

4
Temos, por exemplo, Guarapiranga, que em 99 tinha 36 milhões e que passou para 135. É uma proposta bem mais avançada, mas esperamos que esses valores realmente sejam utilizados e não acabem sendo destinados, ou desviados, para outro programa.

O Fundo Municipal da Habitação, da Cohab, está com 15 milhões. A proposta que foi encaminhada é de 270 milhões, proposta original encaminhada para o Executivo. Então, de 15 milhões para 270 milhões é uma diferença muito grande. Não sei de que forma, mas temos de ter uma atitude para dar um atendimento maior e melhor para os mutirões.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10, Acm. Geral III

Folha n.º 10022 do pres.
n.º 491 de 1999
func. público
ISABEL P. S. H. NASHIRO

ROD.: 27 FOLHA: 2

TAQ.: ALEX

COMISSÃO:

ORADOR:

DATA:

Pro-Centro: de 25 milhões só foram usados 3,8 milhões. Mas foi destinado no orçamento do ano 2000 67 milhões. Teve 170% de aumento com referência a 1999, mas em 99 só foi usado 15% da verba.

Essa observação eu faço porque temos encontrado, muitas vezes, verbas destinadas que acabam não sendo usadas ou que acabam sendo usadas em outros programas. O que queremos é dar prioridade a determinadas atividades da Secretaria da Habitação mas que haja uma conclusão e um atendimento com o uso dessas verbas, não não adianta nada a gente fazer o orçamento. Se se faz o orçamento e depois acaba mudando tudo, não acaba atendendo às necessidades prementes e fica-se sempre com a pendência em relação à habitação na cidade de São Paulo.

O Procave, também, de 30 milhões, só usou 17 milhões, ou seja, 60% do valor, em 1999. E foi destinado menos: só 18 milhões na proposta do ano 2000; nesse caso do reassentamento das famílias. Isso se deve a que não tem mais famílias a ser reassentadas? Se não, como está essa programação?

Queria, primeiramente, nesta parte, abordar esses itens. Depois a gente complementaria com outras perguntas.

- Pausa.

O SR. ANTONIO LAJARIN - Sr. Vereador, quanto à questão do orçamento de 1999, obviamente não foi usado todo o dinheiro disponível, mas ainda teríamos mais ou menos uns 28% para os meses de novembro e dezembro. Obviamente não vai ser possível usar todo esse dinheiro. Nós tivemos problemas de repasse, falta de repasse, das nossas necessidades dentro das composições de dificuldades que a Secretaria de Finanças apresentou neste ano. Devemos chegar por volta de 87%, 88% do orçamento de 99.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1023 do proc.
n.º 496 de 1992
Suplente
CABALLERO
Adm. Geral III

ROD.: 22	FOLHA: 3	TAQ.: ALEX	COMISSÃO:
ORADOR:			DATA:

Quanto à questão da solicitação formatada pela Secretaria da Habitação ao Prefeito, obviamente que o sonho de todo Secretário é fazer com que a sua Secretaria seja a melhor possível, e sempre se propõe aquilo que a gente sonha; mas nem sempre aquilo que a gente sonha é possível dentro da disponibilidade da Prefeitura.

Mesmo assim, o que a gente observou do Prefeito é a sua sensibilidade na questão habitacional e social do Município, porque ele dobrou o orçamento em relação ao percentual do ano passado.

Ele também, nesses programas que o senhor se refere, tanto Guarapiranga quanto ao... segue Luiz Carlos

6



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1001. Acm. Geral III

Folha n.º 1024 do proc.
n.º 991 do 19 99
o Secretário
ISABEL F. S. H. NASHIRO

ROD.:Z3	FOLHA:1	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:			DATA: 17.11.99

...Ele também, nesses programas em que o senhor se refere, tanto à Guarapiranga quanto à Billings, temos aí uma negociação junto ao BID e ao BIRD, que têm interesses obviamente muito grande na recuperação dessas duas bacias, que é fundamental para a sobrevivência nesses próximos dez anos na questão do abastecimento de água.

Além dessa questão do abastecimento de água, neste Orçamento consta também o assentamento de famílias, porque esses programas são em conjunto com o BID, com o governo do Estado e com a Prefeitura Municipal de São Paulo. E, obviamente, na questão da Secretaria da Habitação o que mais representa dentro desse valor é o assentamento dessas famílias que lá moram, que lá vivem.

Então, na questão da recuperação das duas bacias, vimos aí um acréscimo bastante grande nos valores do Orçamento, mas o objetivo é assentar aquelas famílias que vivem em áreas que estão sendo degradadas e devem ser recuperadas o quanto antes por um futuro do nosso abastecimento de água.

7 A questão do Pró-Centro, em também houve uma elevação bastante grande dos valores, temos também, neste ano inteiro, estudos realizados junto ao BID e ao BIRD, aos bancos internacionais, e eles observaram a necessidade dessa recuperação do centro da cidade, que está sendo totalmente degradada. E, nesses projetos também se prevê o assentamento de famílias no centro da cidade, que é um dos lugares de maior infra-estrutura que temos no país, e que haveria um custo bastante reduzido na questão do assentamento porque não há necessidade de nenhum outro tipo de infra-estrutura, nem de transporte, nem de saneamento, absolutamente de nada. Então, se verificou dentro desse estudo a possibilidade de haver um assentamento bastante grande no



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1001, Adm. Geral III

Folha n.º 1025 do proc.
n.º 991 de 1999
Isabel S. Hanashiro
f.º 1025 do proc.
n.º 991 de 1999

ROD.:Z3 FOLHA:2

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

centro da cidade, recuperando obviamente a degradação que está acontecendo em São Paulo, no nosso centro.

Não sei se faltou alguma explanação, Vereador...

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Não, eu acredito que, no conjunto, ... Só que estávamos falando também da parte dos mutirões, e que o valor aqui também solicitado e o valor que foi disponibilizado na proposta tem uma diferença muito grande. E o que já foi realizado em termos de mutirões este ano, em termos de unidades em formações, e, para o ano que vem, quantas unidades com esse valor se pretende atender através de mutirão e através do Cingapura, que seria a urbanização de favelas?

O SR. - Quanto ao Cingapura já lhe passei a quantidade de famílias que serão atendidas em 2000: por volta de 19.350 famílias; o Procave: 6.250 famílias, num total de 25.600, somente nesses dois programas.

Quanto à questão dos mutirões, sobre essas informações do que foi atendido este ano, o gerenciamento é feito pela Cohab. Então, eu pediria lhe mandar depois algum detalhamento sobre esse atendimento. O que temos acompanhado junto à Cohab é uma relação entre os movimentos e a Administração da Cohab, e esses movimentos estão trabalhando. Há uma média de 1 milhão de reais, aproximadamente, que está sendo destinado aos mutirões.

na realidade, se formos ver o que foi gasto em 99 com o corte que foi feito do Orçamento relativo a mutirões no ano passado, vai dar exatamente o mesmo dinheiro que tivemos em 99.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 9024 do proc.
n.º 491 de 1999
O. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral II

ROD.:Z3	FOLHA:3	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:	DATA: 17.11.99		

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Quantas habitações o mutirão conseguiu, neste ano de 99, completar e entregar?

O SR. - É justamente isso que lhe disse. Essa administração, o gerenciamento é feito pela Cohab. Então, não sei se tenho esse número aqui. (Pausa) Não. Eu posso, se o senhor me permitir, lhe mandar por escrito... Temos aqui: 5.489 unidades que estão sendo construídas, entre os diversos movimentos, associações que estão trabalhando. Agora, a conclusão de obras no exercício de 99, esse número não tenho aqui, mas eu me comprometo a encaminhá-lhe. Como já lhe disse, o gerenciamento é feito pela Cohab.

Este valor proposto pelo Executivo para o ano 2000 obviamente não é o que gostaríamos e não é o ideal para os movimentos. Mas ele é exatamente o que foi gasto, o que está sendo gasto no exercício de 99.

O SR. - O gasto com mutirões é igual?

O SR. - É. Na questão de valores, mantém a equivalência do que vai ser gasto em todo o exercício de 99. Devemos chegar a 12 milhões em 99. E a proposta para 2000 é de 15 milhões.

9 O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Vereador Mohamad Said Mourad, só para registrar que a Cohab também foi convidada para participar dessa audiência, e estamos confirmando a presença ou não da cohab.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Realmente, aqui temos aí...
Vamos aguardar da Cohab ... (Luiz Carlos)



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.^o 1027 do proc.
n.^o 99 de 1999
a for. Diário
Pinto
IA DT-10 O. Adm. Corajal

ROD.:Z4 FOLHA:1

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Realmente, aqui temos aí... Vamos aguardar da Cohab, mas foram destinados 97,027 (?) milhões, e só foram usados 6 milhões. O Fundo Municipal de Habitação, em 99, tinha no Orçamento 27 milhões, e só foram usados 6 milhões e pouco, até 31/10. Podemos considerar aí que ainda serão usados mais 500 mil, até o fim do ano. Quer dizer, 22% ou 25% do valor que se tinha colocado. Não foi possível de se utilizar essa verba em 99? (Pausa) Aí também você deixaria para a Cohab? Ou teria alguma...?

O SR. - Eu preferiria deixar para a Cohab, Sr. Vereador. O gerenciamento dos mutirões está sendo feita pela Cohab, assim com a prestação de contas, e todo aquele acerto.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Tem aqui a parte de parcelamento de solo, controle de parcelamento de solo e a regularização do parcelamento de solo. A verba acho que é mais administrativa, com referência a isso, mas qual foi o resultado dessa regularização do parcelamento de solo, no ano de 99, para termos questões de dados numéricos, ou unidades de lotes que se conseguiu resolver?

O SR. - No Parsolo (?) a gente nota obviamente um valor muito pequeno que é a parte administrativa. O Parsolo é um departamento extremamente técnico que cuida exclusivamente da aprovação de loteamentos novos. Então, ele não tem obras, não realiza obras. Só é o departamento técnico que aprova, como a Prov (?), que aprova unidades habitacionais, aprova indústrias, aprova comércio, etc., a Parsolo só faz a parte técnica de aprovação de novos loteamentos que, por sinal, infelizmente é muito pouca a relação de pedido de aprovação de loteamentos novos no Município de



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 *Of. Adm. Geral III*

Folha n.º *4028* do proc.
n.º *497* de 19 *99*

ROD.:Z4 FOLHA:2

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

São Paulo. E a gente acha que isso é em função da própria legislação que é extremamente complicada, a 6766, onde estabelece critérios que dificultam demais a aprovação de parcelamento de solo.

O Ressolo, que é um departamento que cuida da regularização dos loteamentos irregulares e clandestinos, recebe obviamente uma verba bastante grande esse ano, para realização de uma atividade de muito reivindicação, que é a regularização desses loteamentos. Temos, dentro disso, várias situações, Vereador: temos aquele contribuinte que comprou o seu lote, às vezes de um malandro que fez um parcelamento irregular, mas dentro de sua ingenuidade pagou aquilo tudo direitinho e, de repente, ele se vê sem o documento, sem a escritura definitiva, sem a possibilidade de registrar aquele imóvel. .

Então, a gente repete o que temos dito lá na Secretaria: a ênfase com que as pessoas pedem a regularização de sua propriedade é maior, às vezes, do que a ênfase daqueles que pedem a próprio habitação, porque o sacrifício foi muito grande para adquirir aquilo, e depois você não ter o documento.

Assim, temos para regularizar já, com início de obra, 67 loteamentos na cidade de São Paulo, já com obras iniciadas. As obras iniciaram-se em julho. Tivemos uma concorrência internacional que demorou - houve contestação, aquela demora toda, que é rotineira. Esse é dinheiro do BID, é um dinheiro destinado pelo BID, e as obras estão aceleradas. Já temos 67 loteamentos, com início de obras, e obras aceleradas, porque existe a disponibilidade desse dinheiro.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Essa regularização de loteamento e arruamento era de 200... (Pausa) 213, e passou para 25



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1029 do proc.
n.º 491 de 1999

ISABEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.:Z4 FOLHA:3

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

milhões. Era de 200 mil este ano, aliás... Aí é que está: este ano de 99, da proposta de 213 mil foi usada 24 milhões ...

O SR.

- Foi suplementada, não é?

O SR.

- Suplementada. Estou dizendo que o que estava previsto era 200 mil, e passou para 24,7 milhões; e está também, para o ano que vem, mais 25 milhões, para poder atender essa questão?

O SR.

- É isso mesmo: 26,958 milhões.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Quer dizer, esse 25 milhões, nesses 67 loteamentos, são gastos em quê? Na parte jurídica, na parte administrativa, na parte de projetos técnicos?

O SR.

- Não, não. Obras, obras.

obviamente, cada loteamento tem a sua característica e o seu problema. A lei que viabilizou a regularização dos loteamentos - houve uma lei que os senhores aprovaram, em 94, 95 - ela viabiliza a regularização dos loteamentos, obviamente desde que atendam determinadas exigências que a própria 6766, que é a lei federal, exige. Na maioria dos loteamentos, para que o atendimento dessa legislação seja possível, somos obrigados a realizar obras. Em alguns casos, na maioria dos casos, reassentamento também de famílias, porque, às vezes, você tem uma rua e alguém ocupou o meio dela. Então, para viabilizar e aprovar esse projeto, temos de remover essa família de lá. Então, não me lembro de nenhum loteamento que dependa única e exclusivamente do aspecto jurídico. Todos dependem um pouco de obra.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Saindo até um pouquinho do setor, temos a Rua do Macário, ali no Jardim da Saúde, e o pessoal a



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Adm. Geral III

Folha n.º 4030 do proc.
n.º 467 de 1999
Isaías P. S. R. NASHIRO
Ass. Func. P.º 2.º

ROD.:Z4	FOLHA:4	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:			DATA: 17.11.99

tem utilizado. Houve um projeto Cingapura lá que atendeu o pessoal, e estão ocupando as ruas. Tem construção dentro da rua. Não sei as providências ... (Luiz Carlos)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1031 do proc.
n.º 491 de 1999
o funcionário
SAV. L. ANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z5 FOLHA:1

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

Tem construção dentro da rua. Não sei as providências que foram tomadas com referência especificamente a uma rua. Essa rua está pavimentada, e já está usada há dez anos.

O SR.

- Bem, aí é um problema que o

Sr. Vereador conhece, é um problemas que a regional devia ter impedido esse tipo de ocupação. Não cabe à Secretaria ... Obviamente, não temos nem agente vistor, nem pessoal disponível para fiscalizar isso. isso é obrigação da regional. O que tem acontecido muito, Vereador, em projetos do próprio Cingapura, do próprio Procave, temos aqui mesmo pessoal que temos discutido muito, por exemplo: é feito um arrolamento, um cadastramento na beira de um córrego que vai ser canalizado. Obviamente, se você não planejar isso, não há a menor possibilidade de um projeto ir para frente se você não tiver esse planejamento e esse cadastramento. Só que, infelizmente, as obras demoram tanto que a situação sócio-econômica daquelas famílias que estavam arroladas muda. Então, você fez um projeto para atender 50 famílias. Na hora de ir fazer a obra, tem cem. Isso inviabiliza, às vezes, muito os nossos projetos, e causa muito transtorno. No Cingapura também tem acontecido isso: você faz um projeto em cima de uma população, que é a demanda pré-fixada. E, de repente, lá, vão outras famílias... Há várias situações. Há a malandragem também. existem pessoas que vendem espaço, dentro do seu próprio barraco, para outras famílias, alegando que elas serão atendidas com unidades habitacionais. São problemas que a gente vem tentando resolver na medida do possível. É um problema muito sério esse.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1038 - do proc.
n.º 491 do 1999
o tabelião *Ma*

MAFEL P. S. HANASHIRO
OAB RJ, OAB SP, OAB III

ROD.:Z5

FOLHA:2

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

No caso da rua a que o senhor está-se referindo, a competência de resolver esse problemas, aliás, de não permitir a ocupação é da regional.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Independentemente disso, a competência... Já houve a ocupação, como em outros casos também. Mas rua eu acredito que o juiz, de imediato, já dá a liberação, pois a questão de usar a rua, que é uma via pública... Mas eu queria aproveitar, com referência ao Heliópolis, como é que está o projeto de trabalho no Heliópolis, seja da parte da Cohab, que vamos aguardar aí ter a presença da Cohab, e também da parte da Sehab, com referência ao Heliópolis, que ali tem uma mistura de tudo.

O SR. - É, o Heliópolis é totalmente Cohab, não é, Vereador? Tem Cingapura, não é? (Pausa)

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Queria anunciar que as inscrições estão abertas. A pessoa levanta o braço, a assessoria vai até o local e anota a inscrição. Quem quiser falar, então, pode se inscrever, e a assessoria toma nota. (Pausa)

15 O SR. - É, nós temos um projeto lá, Vereador, de 1,400 unidades, na gleba A, que é o Cingapura-Fase 4. Não tenho aqui o número de unidades ...(ininteligível)... Posso lhe mandar depois esse detalhamento. Já fiquei lhe devendo a informação da Cohab também, não é?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Queria chamar o Dr. Roberto Godinho, da Secretaria das Finanças, para tomar assento aqui na Mesa.

Quero registrar a presença do Sr. José de Carvalho, do Fórum de Mutirões, que acompanha também Maria do Rosário Cosme (?) dos



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Cf. Adm. Geral III

Folha n.º 1023 do proc.
n.º 497 de 1999
o Secretário
ISAEL P. S. HIRASHIRO
Cf. Adm. Geral III

ROD.:Z5	FOLHA:3	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:			DATA: 17.11.99

Santos; de Luci Valente, representando o Vereador Adriano Diogo; Úrsula Peres, da Liderança do PT; Shukair Marmud Shukair, do Vereador Mohamad Said Mourad; Eliane Pimenta, do Vereador José Eduardo Martins Cardozo; Patrícia Dias, do Movimento Mutirão Boa Esperança I; acompanha Tatiana Valéria, também do mesmo movimento; a Sra. Adelina, do Movimento Mutirão Boa Esperança II; Damásio Soares, do Gabinete do Vereador Adriano Diogo; Odélio Dantas; Antonio da Silva; Néelson Maciel; Juvenal dos Santos; Neli José Alfredo, da Unificação e Fórum de Mutirões; também do da Unificação e Fórum de Mutirões: José Wilson Cardoso, João Tenca, Edílson Martins, José Domingos, Inácio Maceno (?), Sueli Ferreira; a D. Maria Hilda, do Fórum de Mutirões; o Sr. Wílson Sampaio, representante do Vereador Nelson Guimarães Proença.

16

Teria aqui algumas indagações ao Dr. Lazarin (?) e ao Gílson: um corte um pouco a isso que já foi levantado pelo Vereador Mohamad Said Mourad, porém com um destaque um pouquinho diferente e, aí, algumas indagações. Primeira delas: o que noto aqui na peça orçamentária - não na proposta que a Secretaria mandou para o Prefeito -, mas naquilo que o Prefeito concedeu à Habitação, que, em relação ao Orçamento, apresenta um incremento significativo, 47,3%, mas que, em relação à proposta da Secretaria é a metade. Se formos comparar com outras Secretarias, está aquinhoada com crescimento significativo, sem dúvida. Mas o que noto nesse crescimento - e queria indagar dos senhores, para ver se a minha afirmação está correta ou que valores seriam esses, efetivamente. Noto que há um crescimento muito forte na Guarapiranga, 277%; Pró-Centro ... (Luiz Carlos)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1032 do proc.
n.º 421 de 1992
a funcionário
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z6 FOLHA:1

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

...Noto que há um crescimento muito forte na Guarapiranga, 277%; Pró-Centro, 170%; Billings, 800%; Lote Legal, 11.617%. São quatro itens, onde há recursos externos, BID/BIRD, financiamento externo. Em dois outros itens, Reforma de Prédios, 29.950%, que é um valor muito grande; e o Emplacamento, 80,7. Estou entendendo que estes dois itens, Reforma de Prédios e Emplacamento, com recursos próprios, orçamentários. É verdade que, na Guarapiranga, Pró-Centro, Billings e Lote Legal, há a contrapartida da prefeitura. O senhor teria como nos informar o que está previsto como recursos próprios orçamentários e recursos de financiamento desses itens? É uma primeira questão.

Ao lado disso, acompanho aqui os outros itens: o Fundo Municipal de Habitação, um corte de 44,9; Linha Verde - aliás, eu não conheço este projeto, depois o senhor poderia até me esclarecer -, 80% do corte. Estou imaginando que é a proteção de mananciais, em torno da cidade... Um corte de 80%; o Controle do Solo, que é exatamente a fiscalização para impedir novos loteamentos clandestinos, etc., um corte de 47,7%; o próprio Cingapura, com um corte de 9,6; e o Procave, com um corte de 38,5, e que também tem recursos de fora, o Procave. Deve até acabar a primeira linha de financiamento...

17 Pois bem. Além disso, há um corte generalizado, grande - e aí uma outra linha de perguntas -, em Case, Parsolo, Ressolo, Aprove, Contru, Rab (?), e Treinamento de Pessoal, da ordem de 99,5%, 99,6%. Eu queria só uma informação: por que esse corte tão drástico em mão de obra? Se vai deixar de terceirizar, qual é a linha de atuação para esse corte tão significativo nestes departamentos?

Além disso, em duas outras questões me aparenta existir uma nova tomada de empréstimos para Lote Legal, porque temos 25 milhões,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 403 São Paulo
n.º 491 de 1999
O fun.ário
P. S. HANASHIRO

ROD.:Z6 FOLHA:2

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

em 99, 24,700 e pouco, e mais 25 para 2000. É uma nova linha? Já está assinada ou não? Já está sacramentado ou é hipótese ainda?

E mais o seguinte: para tomar esse exemplo que foi colocado, temos nos batido com a Secretaria da Habitação com relação a uma política de reconhecimento, primeiro de algumas operações entre os cadastrados, quer nos Projeto Cingapura, quer em outros tipos de atividades da Secretaria, porque é evidente que existe isso que o senhor expôs, Dr. Lazarin, troca, pessoas, familiares que chegam, etc., mas também é verdade que eu não conheço nenhuma caso de projetos habitacionais da prefeitura, seja mutirões, seja Cingapura, ou projetos dentro da Cohab em que não exista uma demora muito grande, significativa, entre o cadastramento das famílias e o início das obras: três, quatro, cinco, seis anos. e é evidente que as pessoas têm problemas, todos nós temos. Talvez nas famílias menos aquinhoadas agravem-se esses problemas. E não vi ainda configurada uma política que reconhecesse, de um lado, essa situação das famílias e do mercado, vamos chamar assim, mercado de trabalho, escola, problemas familiares, mudanças, etc., e, de outro, a própria demora do Executivo em executar os seus projetos. E um tratamento que pudesse ser dado de um maneira a reconhecer não aquele que é o esperto, que quer se locupletar com a venda de dois ou três apartamentos ou coisa que o valha, porque também isso é um número muito pequeno perto do volume de pessoas ou de famílias envolvidas nessa situação. O que não tenho encontrado ainda é uma política para resolver esse problema do tipo: permitir cessões, com certas regras, com certas normas, não para constituir um mercado novo, imobiliário, de projetos habitacionais, mas, por exemplo, que pudesse "penalizar", entre aspas, o comprador, com o pagamento do subsídio. Quer dizer, se destina o primeiro subsídio para a família



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1036 do pre-
n.º 491 de 1999
P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z6 FOLHA:3

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

necessitada e, se a pessoa for negociar, então, a própria Cohab arrecadaria... Estou dando um exemplo. Poderiam ser tantos outros. A própria Cohab arrecadaria a diferença do que a unidade foi negociada com a família carente, necessitada, etc. Ela poderia repassar aquilo que ela já aquinhoou - até é um direito dela, porque ela está lá há 15, 20 anos, morando naquele lugar, muitas das vezes, e, com isso, a prefeitura recuperaria o subsídio investido para aplicar em outra unidade. É uma forma de legalizar a transação e não beneficiar ninguém. É uma mera... um dos itens que se pode discutir. Há outros também que podemos pensar, mas eu não vejo é clareza numa linha política que defina. E aí, o que acontece? Um mercado paralelo mesmo. Vai haver a venda clandestina, a cessão clandestina, e a penalização de famílias também carentes, que não estão fazendo o suficiente para esse fim.

São estas as questões que coloco inicialmente para o senhor poder me responder.

O SR.

- Vou tentar começar a responder

pela última questão que V.Exa. apresentou. De fato, havia uma postura definida da Secretaria da Habitação no que se refere ao atendimento de pessoas não arroladas. A postura era muito clara: era de não atender. Pessoas não arroladas que ocupassem áreas com projetos habitacionais não deveriam ser atendidas pela Secretaria da Habitação. Essa era uma postura, inclusive acompanhada pelo próprio BID, onde eles concordavam, porque seria naquele momento, impossível você desenvolver qualquer projeto sem um planejamento e sem uma definição, sem uma política definida. E a política era exatamente essa: não está arrolado, não pode ser atendido com unidade habitacional.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1037 do proc.
n.º 491 de 1939
P. S. HANASHIRO
Ass. Dir. III

ROD.:Z6	FOLHA:4	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:	DATA: 17.11.99		

Muito bem. dentro do que o senhor expôs, o Sr. Secretário
Deniz Ferreira Ribeiro, na época, em reuniões inclusive com os
Vereadores, observou exatamente esse problema... (Morgado)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 1038 do proc.
n.º 491 de 1999
DT-10 HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z07 FOLHA:1

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11-99

...em reuniões, inclusive, com alguns Srs. Vereadores, observou exatamente esse problema, em quatro ou cinco anos a situação sócio econômica das famílias muda demais. Então, teria que ser repensada essa política de não atendimento a famílias que fossem cadastradas, e foi em alguns casos específicos discutido esse assunto, aqui temos alguns movimentos que participaram dessas reuniões onde a gente conseguiu, em alguns casos, resolver parcialmente o problema. Agora, é muito difícil abrir isso como uma política da Secretaria, os que não são arrolados que ocuparem posteriormente serão atendidos, não pode ser regra, tem que ser caso a caso, analisado, pensado junto com a liderança da comunidade senão inviabiliza qualquer projeto habitacional com demanda pré-fixada, mas hoje a postura da Secretaria já mudou é exatamente de conversar caso a caso e tentar resolver, obviamente com uma dificuldade muito grande porque há uma escassez de unidades habitacionais. As que estão sendo construídas todas já têm uma demanda pré-fixada. Nesse aspecto concordamos com a sua exposição, tanto é que a Secretaria já está agindo dessa maneira.

Uma questão levantada de diferença de CASE, PARSOLO, APROVE e CONTRU eu não entendi. O senhor disse que no exercício de 2000 tem menos do que o exercício 99?

21 O SR. JOSÉ MENTOR - Vou dar os exemplos: o item 23.11 - administração de departamento de cadastro setorial - CASE - Orçamento de 1999, 1.510, executado 1.319; 2000, 6.042, 99,6% de corte.

O SR. - Não é o número que eu tenho aqui. Eu tenho 1.720 em 99 e 1.877, em 2000. É o total da unidade.

O SR. JOSÉ MENTOR - É no 23.11.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 7039 do proc.
n.º 497 de 1999
P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z07 FOLHA:2

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11-99

O SR. - Não é o nosso código. Está errado isso, vereador. O nosso código é 14. O 23 é outra Secretaria.

O SR. JOSÉ MENTOR - Vou checar com a nossa assessoria. Administração do Departamento de Cadastro Setorial.

O SR. - O senhor está individualizando, o orçamento individualizado, não é o total.

O SR. JOSÉ MENTOR - 99.6, sem pessoal.

O SR. - Na minha informação temos o orçamento no total maior em 2000 do que em 1999.

O SR. - O nosso número que temos aqui para o ano 2000 está incluído a despesa com o pessoal.

O SR. JOSÉ MENTOR - Nas atividades há um corte de 99,6% em CASE. Depois Parsolo, 99,5, depois Resolo 99,8, Aprove, 99,9, depois Contru, 99,9 e HAB 99,6.

22
O SR. - O que eu posso explicar para o senhor é o seguinte, essas dotações referem-se a dotações de custeio, que é manutenção da máquina de cada departamento, referem-se a material de consumo, contratação, prestação de serviços, compra de material permanente, o que existe é o seguinte, a Prefeitura vem adotando uma política nos últimos anos de um controle maior nos seus custos de manutenção, isso daí já vem ocorrendo nos últimos anos, se o senhor fizer uma análise nos últimos quatro anos, o senhor vai ver que há sistematicamente um controle maior dessas dotações. Em compensação, no caso de faltar algum tipo de apoio nos departamentos esses recursos existem dotações orçamentárias no gabinete da Secretaria, que dariam suporte a esses departamentos. Vamos supor se um departamento precisar



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 1040 do proc.

491 de 19 99

DT-16 S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.: Z07 FOLHA:3

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11-99

de algum tipo de compra, de algum material de consumo para execução de suas tarefas, o gabinete dá o suporte necessário. Essas dotações são setorizadas, mas que contam com apoio da dotação maior do gabinete da Secretaria.

O SR. JOSÉ MENTOR - Posso dar um exemplo que vi reiteradas vezes onde mesmo HAB e Resolo reclamam durante a execução de suas tarefas de falta de coisas mínimas, básicas, por exemplo, em muitos levantamentos de loteamentos, de fotografias, falta filme para fotografar, outro falta a gasolina para levar o técnico para fazer vistoria, são coisas, e aí o trabalho que tem que ter um ritmo com o pessoal disponível em cada setor acaba sendo prejudicado por questões secundárias de infra-estrutura básica para o exercício do trabalho. Não foi uma vez ou outra, mas reiteradas vezes que isso ocorreu e as coisas deixam de ser, mesmo o levantamento sócio econômico que HAB tem que fazer, deixa de fazer porque não tem recursos para executar. Não me parece que haja uma maior controle ficamos satisfeitos em ouvir, mas que falte material para executar as tarefas é uma coisa que libera de um lado e prende de outro.

O SR.

- O que eu posso dizer ao senhor é o

seguinte, nos últimos dois meses a Secretaria das Finanças vem liberando junto a Secretaria da Habitação, suplementação de dotações orçamentárias que possibilitam recomposição quando necessária desses itens. Realmente.....

23)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 4043 do proc.
n.º 491 do 1999
ISADEI P. S. HANASHIRU
Dir. Adm. Geral III

ROD.: Z08 FOLHA:1

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11

Realmente, no passado tivemos um período de contenção de despesas muito grande na área de custeio.

O SR. JOSÉ MENTOR - Essa é uma outra questão recorrente nos nossos debates, é um orçamento que em grande número de vezes depende previamente de suplementação. Se pensarmos assim não precisamos do orçamento. Estou radicalizando, mas se pensar, vai precisar de suplementação, o corte de 99,6 é real, ou daqui há três meses vamos precisar suplementar para ter verba para executar essa tarefa.

O SR. - Por enquanto, esse orçamento que está na Secretaria é um dos melhores orçamentos nos últimos anos, o que eu posso dizer é isso. Quando há necessidade de apoio na parte de custeio, o que disse, o gabinete socorre essas unidades, porque o gabinete possui dotações similares às unidades orçamentárias.

O SR. JOSÉ MENTOR - E a última questão que havia colocado, a minha conta excluindo o pessoal, o que pode ser mais grave, tem o pessoal para trabalhar e não tem infra-estrutura para trabalhar. Eu tinha feito uma outra indagação que é a relação entre o valor financiado e o valor com recursos próprios, e fiz a comparação daquilo que cresce efetivamente no orçamento 2000 e daquilo que é reduzido em relação a 99, e digo que é reduzido o Fundo Municipal de Habitação, em 44%, a linha verde em 80%, o controle do solo que é a fiscalização dos loteamentos clandestinos 47%, Cingapura quase 10%, e o Procave em 38,5%. Onde existem recursos de operações de crédito Bid e Bird, há um incremento significativo, onde são necessários recursos orçamentários da Prefeitura há uma diminuição dos investimentos. Isso quer dizer, se houver empréstimos, estamos investindo mais em habitação do que empréstimos e não porque há mais recursos orçamentários. Essa é a



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1001. Adm. Geral III

Folha n.º 1042 do proc.
n.º 491 de 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.: Z08 FOLHA:2	TAQ.: Morg.	COMISSÃO: Finanças
ORADOR:	DATA: 17-11	

minha pergunta, ou se comparando os recursos orçamentários de 99 para 2000, a previsão é de um crescimento de investimento. Se o senhor teria condições de me responder isso, se os recursos próprios de 99 em relação a 2000 significam um incremento de investimento em habitação, considerando a contra partida que a Prefeitura tem colocado para esses empréstimos.

O SR. - A Secretaria de Habitação realmente nos últimos anos vem se despontando como Secretaria que tem buscado financiamentos externos. Existe um crescimento e estão sendo realizados intenções para se conseguir novos investimentos. Com relação ao Programa Guarapiranga e o Projeto Billings, a tratativa junto ao BIRD e Governo do Estado, para a obtenção de empréstimos com valores aproximados de 160 milhões de dólares. Realmente há um crescimento, mas a Secretaria vem buscando a obtenção de linhas de financiamento. Com relação ao PROCAVE, é um contrato de empréstimo, compete à Secretaria de Vias Públicas e fazemos o reassentamento das unidades que estão ao redor dos córregos. Essas informações quanto à expansão ou não de linhas de financiamento, a Secretaria de Vias Públicas que poderia explicar melhor para o senhor.

O SR. JOSÉ MENTOR - O senhor não consegue obter isso hoje para mim?

O SR. - Eu precisaria entrar em contato com a Secretaria de Obras e Vias Públicas.

O SR. JOSÉ MENTOR - Pediria ao senhor o seguinte, se fosse possível, o seguinte número 99, recursos próprios, todos eles, contra partida, novos investimentos, na Habitação, quanto foi? Recurso orçamentário. Recurso do orçamento quanto foi. Quanto foi de

25



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 2043 do proc.
n.º 491 de 1999
funcionário

M. Adm. Geral III

ROD.: Z08 FOLHA:3

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11

empréstimos. 2000 quanto está previsto de recursos orçamentários e de empréstimos. Certo. Com certeza, excluindo o que é operação de crédito, vamos ter o que é recurso orçamentário.

O SR.

- É a contra partida.

O SR. JOSÉ MENTOR - Eu sei, eu disse isso, os recursos orçamentários, incluindo a contra partida quanto foi, em 99, por exemplo, gastamos em 99, 200 milhões, quanto foi financiamento, operação de crédito e quanto foi recursos próprios. Em 2000 o que está previsto de recursos próprios e de operações de crédito? Aí acho que vamos dizer, quanto estamos investindo em habitação. Ele vai separar.

O SR.

- Não atrapalhando, nem fazendo aparte, mas há lapsos de todas as assessorias. Todos esses valores que estão aqui menos 99, menos 90%, é porque estão sem pessoal. Chequei todos, então, a assessoria que preparou esse levantamento tirou o pessoal e colocou a despesa de manutenção. Por isso que está dando...se a gente rever o orçamento de 2000 com pessoal ele está equilibrado com o de 99.

O SR. JOSÉ MENTOR - Eu já tinha chegado a essa conclusão também.

O SR.

26 - E outra coisa, nas duas partes, no exercício de 99, aqui no projeto, no Resolo, regularização, houve um lapso nosso, no ano passado, no orçamento, que foi corrigido. Pode ver que a despesa de 99 está no nível de 25 milhões e orçamento para a proposta tem 25 milhões. Então, quero corrigir dizendo que há um equilíbrio.

O SR. JOSÉ MENTOR - Já estava previsto 25 milhões em 99?



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1044 do pro
n.º 491 do 1999
o Donário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Ch. Adm. Geral III

ROD.: Z08	FOLHA:4	TAQ.: Morg.	COMISSÃO: Finanças
ORADOR:			DATA: 17-11

O SR. - Foi um lapso, no ano passado.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD - Permita-me, fiz essa observação antes do Dr. Roberto estar aqui, que estava estipulado 200 mil e foi usado 24 milhões.

O SR. - A gente falou o que é verdade, as vezes a gente comete um lapso, eu só acho o seguinte, só erra quem trabalha.

O Sr. José mentor.....



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 9075 do proc.
n.º 491 do 1999
P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z09 FOLHA:1

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11

O SR. JOSÉ MENTOR - O senhor está dizendo que o orçamento de 99 tinha um erro nesse item que deveria ser 25 milhões a previsão e não 230 que constou?

O SR. - Exatamente, tanto é que na realização, até 31-10, pode ver está em torno de 25 milhões, e há um equilíbrio na proposta para 2000. Isto que eu queria deixar.

O SR. - E esta parte do Resolo é cem por cento financiada pelo BID, é lote legal.

O SR. JOSÉ MENTOR - Quero registrar a presença do Sr. José Luiz Rizzo, que representa a Vereadora Ana Martins, o Sr. Luiz Gonçalves, representa o Vereador Adriano Diogo, Mustara Assessoria Governo Popular, Jailton Pereira, Mutirão Itaim, Luiz Leopoldino, Mutirão Judas Pedras II, Isaura Makamoto, Judas Pedras 1 e Angelo Gabriel, da Enxave. Vou chamar a primeira inscrita para usar a palavra, dona Luci Valente, do Forum de Mutirões.

28
A SRA. LUCI VALENTE - Represento o Forum de Mutirões que reúne 84 associações, que estavam construindo 9 mil unidades, em 1993 e foram paralizadas pelo governo Maluf. Dessas 9 mil unidades até hoje queria informar para o Dr. Lazarim e para o Gilson, porque a gente negocia com a COHAB, então, temos os dados, no dia 19 de janeiro de 1999, tinha 4 mil unidades em andamento, foi negociado em audiência com o Prefeito Celso Pitta, um milhão por mês para o término das unidades. Até o mês de outubro, 30 de outubro, essa negociação foi reseitada, foram liberados para mutirões, 9 milhões 955 mil e 59 reais, ainda tem a promessa de mais dois meses, seriam mais dois milhões. Do total que tinha neste ano, do orçamento de 27, está sendo utilizado 50%, para terminar duas mil unidades, que ainda estão em



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 446 de 497
n.º 497 de 99
e o tabelião
ISAEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z09 FOLHA: 2

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11

andamento há dez anos, a gente precisaria de 15 milhões, que é o que está no orçamento deste ano. Mas se a gente for levar em consideração e isso até os senhores já disseram aí, que as dotações não são utilizadas, acho que o Vereador Mourad já levantou isso corretamente, são usadas apenas 60%, 30%, então, dá para ver que 15 milhões não dá pra terminar e as duas mil unidades não serão terminadas.

Fora os 15 milhões para terminar as unidades, precisaria por um levantamento de COHAB que o senhor disse que quem gerencia o fundo, mais 15 milhões para fazer a infra-estrutura e não é possível a gente morar nas casas e já tem conjuntos que não têm outra alternativa morando com gambiarra de luz, de água, de esgoto, porque na medida que a gente termina a casa, tem que entrar para dentro, senão vem outro e pega, com certeza, e entrando para dentro, sem a infra-estrutura, o senhor já viu o que está acontecendo em muitos bairros, na questão dos conjuntos de mutirão. Precisaria de mais 15 milhões para fazer a infra-estrutura. Tem também na própria audiência de 19 de janeiro, o Prefeito Celso Pitta se reportou a alguns protocolos de intenções assinados com vários movimentos na cidade, para início de novos projetos de mutirão. O Forum de Mutirões não sabe quantas unidades estão protocoladas intencionalmente para iniciar. Só que não iniciou nada até hoje. Ainda está naqueles mutirões que começaram em 89 a 92, não tem nenhum novo projeto iniciado até hoje.

29

No mês de março o Forum de Mutirões também começou a negociar em HAB, a questão de novos projetos, porque nós temos muitas famílias esperando, daí vários representantes de movimentos de moradias que estão esperando uma oportunidade de iniciar projeto em mutirão com auto-gestão porque a unidade são 40% mais barato do que com



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 2047 do proc.
n.º 491 do 99
Isabel P. S. Hanashiro
Secretária

ROD.: Z09 FOLHA:3

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11

empreiteira, com certeza, e o trabalhador de baixa renda vai poder pagar. Temos três áreas em vista para desapropriação, que já foram vistoriadas por técnicos, já foram visto quanto ficaria por metro quadrados para desapropriação e dá um custo de seis milhões, três áreas na zona leste, um custo estimado, que atenderia 1600 famílias e o apartamento em torno de 50 metros quadrados, sairia num custo mais ou menos 17 milhões a 21 milhões, que não é nenhum absurdo, a terra, o material de construção e a infra-estrutura incluídos. Temos nessa negociação, e por isso quando COHAB mandou montante que é de 97 milhões estariam incluídas essas obras também, essas desapropriações e os novos projetos até aquele protocolo de intenções que está sendo assinado com outros movimentos.

Esse é o relato que gostaria de trazer, solicitando a Comissão de Finanças, fazer alguma intervenção nessa situação que é muito precária e gostaria de lembrar que a cidade precisa de vários programas habitacionais, não pode ser um só, mas o programa Cingapura praticamente não atende à população de cortiços, de aluguel, que se ao longo do tempo, dez, vinte anos, for o único programa do município, o deficit habitacional vai ficar muito grande, porque atende a pessoa que já está na favela fazendo a infra-estrutura, tirando a pessoa do barraco e levando para um apartamento, não atende a necessidade de habitação dos novos casais e nem de que está morando em aluguel ou em cortiços. Se isso ficar mais vinte anos assim o déficit habitacional do Município de São Paulo vai ser muito grande. Esse é o relato que eu gostaria de fazer a respeito do orçamento de 2000.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1048 do proc.
n.º 401 de 99
Opcionário
ISAEL T. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z10 FOLHA:1

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11-99

....orçamento de 2000.

O SR. JOSÉ MENTOR - Gostaria de chamar para compor a Mesa, a Sra. Secretária de Habitação, Dra. Antonia Aparecida Pereira. O Dr. Lazarin para responder essa questão dos mutirões.

O SR. LAZARIN - Quanto a essa questão dos mutirões, como se colocou, está sendo honrado o compromisso do acordo que fizeram junto ao Prefeito, a liberação de um milhão por mês, já está reservado para novembro e dezembro, empenho e reserva, até dezembro está tudo certo, empenhado, reservado e o compromisso será honrado. O que coloquei no começo que o valor gasto em 99 não chega a 15 milhões, o que foi gasto efetivamente deve ser 12 milhões, o que a Luci colocou, e para o exercício de 2000 foi proposto pelo Executivo os 15 milhões. Isso não atende a proposta formatada pela COHAB, que vocês apresentaram isso num panfleto distribuído aí, eu não tinha conhecimento disso, e nós voltamos a dizer, o Prefeito se mostrou sensível ao problema social, aumentou, dobrando a porcentagem do orçamento, efetivamente, agora, privilegiar este ou aquele programa, caberia essa discussão. Os programas Guarapiranga e Billings são de assentamento de famílias que moram naquelas regiões de mananciais, junto com o Governo do Estado é uma maneira de atender a redução do déficit habitacional. Agora, a questão específica de mutirão acho que ficou claro a posição dos movimentos onde pelo menos a infra-estrutura é necessária com mais 15 milhões, que é o que vocês colocaram e eu acho que tem que ficar essa proposta com os vereadores, quem no final decide são eles, a proposta encaminhada pelo Executivo não satisfaz os movimentos, e cabe aos vereadores, agora, fazerem alguma emenda dentro do que sugeriram.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 9049 de 55 prec.
n.º 491 de 1999
ISABEL P. S. HANASCHKO

ROD.: Z10 FOLHA:2

TAQ.: Morg.

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11-99

A princípio o que deixamos claro é que o atendimento habitacional no Município de São Paulo para o exercício de 2000 é o dobro do ano passado.

O SR. JOSÉ MENTOR - Uma indagação para acertarmos os números. A expectativa de empenho até 31-12, que valor vamos ter. Até 31-10 temos 236, até 31-12 qual a expectativa, na Secretaria?

O SR. GILSON - Aproximadamente devemos fechar o nosso orçamento com aproximadamente 270 a 280 milhões, essa é a nossa expectativa, temos os meses de novembro e dezembro, aproximadamente seriam esses números.

O SR. JOSÉ MENTOR - Vamos passar a palavra para a dona Irene Pimenta, que representa o Vereador José Eduardo Martins Cardozo.

32
A SRA. IRENE PIMENTA - Bom dia Sra. Secretária, Srs. Assessores, Srs. Vereadores. Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Assessor, que disse que a dotação, a verba para a Secretaria de Habitação praticamente dobrou este ano para o próximo ano, orçamento 2000. No entanto, cerca dos 83% dos 514 milhões é apenas operações de crédito, operações essas que gostaria de saber quais estão com o contrato assinado e quais não estão com contrato. Existem vários contratos de Guarapiranga, Cingapura, Procentro, Billings, por favor, especifique qual o dinheiro que está garantido efetivamente, porque sabemos...

O SR. - Todos eles.

A SRA. IRENE PIMENTA - Todos eles já estão assinados?

O SR. - Eu passei agora.....



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 4050 do proc.
n.º 491 de 1999
e Ley Onório
ISABEL F. S. HANASHIRO

ROD.:Z11 FOLHA:1

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 17.11

...garantida efetivamente porque sabemos que... todos eles estão assinados?

O SR. - Todos. Passei agora para o Presidente uma relação dos financiamentos, estão em andamento, com exceção do processo cuja negociação está bastante adiantada, o banco tem interesse na revitalização do Centro da Cidade. Os outros estão, deixei um documento agora com o Presidente mostrando exatamente que todos os financiamentos estão assinados, estão funcionando.

A SRA. - Já estão garantidos, inclusive Singapura e Guarapiranga? Na verdade a Prefeitura não está investindo mais dinheiro. 83% é verba de contratos de empréstimos e financiamento externo. Gostaria de lembrar que não é um investimento da Prefeitura, são empréstimos de endividamento.

33 Além do mais, há a questão do fundo municipal de habitação que é a verba para mutirão. Em 1997, estava previsto 60 milhões, foi realizada apenas 29 milhões, 49% dessa verba. Em 1998, 40 milhões. Houve um decréscimo de 33% e apenas 17% dos 40 milhões foi realizado. Em 1999, 27 milhões e até outubro 6 milhões, ou seja, 22% da verba estimada para este ano. Para o ano 2000 houve 45% de decréscimo dessa verba, 15 milhões apenas. O Fundo Municipal de Habitação, que é a verba para mutirões, vem caindo desde o começo desse governo, já que o Executivo costuma comparar a execução de um ano para outro. De execução temos uma média de 20%, o máximo que houve foi 40% em 1997. A cada ano que passa diminui tanto a verba orçada quanto a aplicada nos anos.

Gostaria de saber quanto o senhor pretende executar da verba de 15 milhões para o ano que vem, já que a média está muito baixa.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 925/35 proc.
n.º 49/ do 1999

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z11 FOLHA:2

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:17.11

No orçamento o senhor previa uma entrega no ano de 1999 de 3 mil unidades. Gostaria de saber quantas unidades estão concluídas até então. Estamos já no mês de novembro. E para o ano 200 o senhor afirma, com a verba de 15 milhões, muito menor que a desse ano, a entrega de 12 mil unidades. Como o senhor está calculando isso porque não consegui chegar a esse resultado.

O SR.

- São várias as posições que você coloca.

Irei tentar responder. Quanto à questão do financiamento a que você se refere, insinuando que não é dinheiro de orçamento e sim externo, não tem nada a ver, esse dinheiro tem a sua contrapartida, terá o seu pagamento. É importante que se diga que pela primeira vez na história do município de São Paulo foi aprovado um projeto habitacional em âmbito internacional, por intermédio de um banco, e esse banco Interamericano aprovou e está bancando, parcialmente, esse projeto. O importante é que a solução habitacional para o setor específico de favelas foi aceita em âmbito internacional, o banco Interamericano. Se o dinheiro vem de recursos externos ou não, não importa, mas sim o atendimento habitacional à população que carece de habitação. É importante que se diga que o fato de ter sido aprovado é um prestígio para nós que somos de São Paulo pois é a primeira vez no Brasil que se aprova um projeto habitacional com financiamento desse tipo. Devemos nos orgulhar disso, a cidade de São Paulo conseguiu aprovar esse projeto para o setor específico de favelas.

Você fez colocações numéricas quanto à questão dos mutirões.

Os mutirões vinham, dentro de um projeto político da gestão de Erundina, com uma postura política daquela administração. Houve uma ênfase muito grande na aplicação de recursos por intermédio de



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1032 do proc
n.º 491 de 1999
e seu anexo
SALVO P. O. C. CHASSARO
Di. Adm. Geral III

ROD.:Z11 FOLHA:3

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 17.11

mutirão. No outro governo, você se lembra muito bem, tivemos um problema junto ao Tribunal de Contas em que ficamos praticamente dois anos em uma discussão grande na prestação de contas. Nesse período surgiram outros programas como Guarapiranga, o próprio Procave(?), o Singapura que foram desenvolvendo-se e com recursos externos.

Se formos discutir, é uma questão de decisão política. O Prefeito Celso Pitta, mostrando sua sensibilidade e aumentando violentamente os recursos destinados à habitação, também está privilegiando o mutirão, pelo menos na sua continuidade.

A Lucy fez a conta muito matematicamente certa, é difícil contestar. Está faltando dinheiro para infra-estrutura, pelo menos mais 15 milhões.

O que disse e repito é que a decisão do orçamento é da Câmara Municipal. Essa foi a proposta possível que o Executivo encaminhou aos senhores vereadores. Na realidade, vocês sabem, todos sabem, que a nossa pretensão junto ao Executivo foi muito maior do que isso, mas nem tudo é possível. Mesmo assim temos de reconhecer que o Prefeito, sensível ao problema, dobrou o orçamento.

35
Agora, os programas Guarabiranga, Bilings e Lote Legal tiveram privilégios porque além de recursos externos são programas que também atendem à redução do déficit habitacional, principalmente o Lote Legal que atende uma reivindicação violenta da população que é a regularização dos loteamentos.

Você fez muitas colocações, faltou alguma resposta?

A SRA.

- Na verdade (Carla)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 10513 do proc.
4919 1999
SAFFEL P. S. HANASHIRO
Dt. Adm. Geral III

ROD.:Z12- FOLHA:1

TAQ.:CARLA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11

A SRA. - Este ano estava prevista a entrega de 3 mil unidades e no ano que vem o senhor prevê 12 mil unidades com essa verba de 15 milhões. Gostaria de saber que conta o senhor está fazendo porque não estamos entendendo de que forma o senhor irá entregar 12 mil unidades...

O SR. LAZARIN- Não sei onde você viu 12 mil unidades, tenho aqui da Cohab...

A SRA. - Volume 1, dotação do orçamento, aparece lá: Programa de investimento no Fundo Municipal de Habitação para 1999. Implementação de conjuntos habitacionais incluindo mutirões, envolvendo produção superior a 3 mil unidades. Para o ano 2000 está escrito exatamente a mesma coisa, com 12 mil unidades.

O SR. LAZARIN- Não é a proposta da Cohab, 227 milhões?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Vamos ouvir qual é a objeção toda e em seguida respondemos.

36 A SRA. - Não existe uma coerência com o valor adotado e com o que está colocado como programas de investimentos. O senhor concorda comigo que com 15 milhões de reais não dá para entregar 12 mil unidades. Gostaria de saber o que houve e quantas unidades o senhor pretende entregar ainda este ano.

O SR. LAZARIN- Parece-me que o que você coloca é a proposta que a Cohab havia formatado para a Secretaria de Finanças. É uma proposta da Cohab, seria a ideal, mas não foi o que a Secretaria de Finanças considerou como possível.

Uma coisa é o que cada Secretaria pede para o Prefeito como ideal, outra coisa é o possível. Pedimos mais do que isso, vocês



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1054 do proc.
n.º 491 de 1999
função: *Isabel P. S. Hanashiro*
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z12- FOLHA:2

TAQ.:CARLA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11

sabem, e mesmo assim o Prefeito conseguiu dobrar o orçamento. A Cohab parece que pediu duzentos e poucos milhões, mas não foi possível.

Esses 15 milhões destinados para mutirão corresponde, mais ou menos, ao que conseguimos gastar com mutirões em 1999. Vamos chegar a 12 milhões até dezembro, o compromisso do Prefeito Celso Pitta com os mutirões está sendo honrado, estão pagando 1 milhão por mês aos mutirões, devemos chegar a 12 milhões. A proposta do Executivo à Câmara é 15 milhões para o exercício de 2000. A Lucy fez uma colocação que esses 15 milhões não serão suficientes para conclusão das obras de 2000 e muito menos para execução da infra-estrutura. A Lucy colocou perfeitamente isso. Estamos aqui para discutir, obviamente estamos defendendo uma proposta encaminhada pelo Prefeito à Câmara Municipal, mas a decisão é da Câmara. Estamos abertos a essa discussão.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Dr. Lazarin, para resolvermos essa pendência, solicitaria que nos encaminhasse a produção de unidades em mutirão em 1999, Singapura e pela Cohab e o planejamento para o ano 2000 dos mesmos três itens. Isso resolve a discussão. Aquilo que foi entregue em 1999 pelo Singapura, por mutirão e pela Cohab e qual a previsão desses três itens para o ano 2000.

37 Quereria registrar que o Dr. Antônio Maria foi designado pela Presidência da Cohab para representá-la nessa oportunidade. Ele é o gerente de planejamento e controle financeiro.. Ele está a caminho desta audiência.

Registro também a presença de D. Maria Cristina, do Gabinete do Vereador Wadih Mutran; Márcia Bueno, do Tribunal de Contas; Dilson C. também do Tribunal de Contas e Vera Lúcia Souza do Gabinete do Vereador José Mentor.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 10.55 do proc.
n.º 491 de 1999
Isabel P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z12- FOLHA:3

TAQ.:CARLA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11

Chamo o Sr. Luiz Russo para fazer uso da palavra, que representa o gabinete da Vereadora Ana Martins.

O SR. LUIZ - Bom dia. Dr. Lazarin, o senhor acabou de responder quanto à questão do gasto da verba do fundo dos mutirões. Até o momento, isso data de 31/10, a Prefeitura para a rubrica FH fundo dos mutirões gastou apenas 6, empenhou 6 e pagou 5. O senhor está se comprometendo a complementar os 15 nesses dois últimos meses?

Um outro dado...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Vai responder em bloco?

O SR. LUIZ - Uma das verbas que compõe o fundo municipal de habitação provém das operações interligadas. Sabemos, por questões outras, que estão embargadas na Justiça. Contudo, no ano 200, está previsto, segundo o Dr. Denis, uma receita de 30 milhões de operações interligadas remanescentes. Mas estas verbas estão indo para o projeto de verticalização de favelas que todos conhecem. Por que parte desses recursos não estão indo para o fundo já que são partes componentes do fundo? É princípio da Prefeitura destinar só para verticalização de favelas e esquecer o fundo de mutirões?

38 Terceira pergunta, mais um número que gostaria de saber. O senhor colocou que a Prefeitura está trabalhando 67 loteamentos, gastou até o momento 24 milhões. Gostaria de saber quantas famílias estão sendo beneficiadas nesses loteamentos.

O SR. LAZARIN - Começando pela última pergunta, são 22.101 lotes. (Pausa)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4056 do proc. 491 de 1999
n.º 19
SABR. R. S. KASHIRO
16. Adm. Geral III

ROD.: Z13	FOLHA: 1	TAQ.: valéria	COMISSÃO: finanças
ORADOR:			DATA:

(Pausa)

Em 99, tenho 12.239 lotes que já estão sendo atendidos... desses 67 loteamentos.

Bem a questão da...

O SR. JOSÉ MENTOR - Doutor Lazarin, me desculpe, mas quem não entendeu fui eu. Em 99, são 12 mil já atendidos e 22 mil são o total?

O SR. LAZARIN - Em 99, são 12.239 lotes em andamento, que estão sendo atendidos. O total do programa 22.101 lotes. Então, o restante deve ter início no ano 2000, para serem atendidos.

O SR. - A questão dessa conta, vamos explicar direitinho, pois parece que não está batendo. Ela falou, também, 6 milhões, que foram empenhados, o Gilson... Essa parte, gostaria que o Gilson colocasse.

O SR. GILSON- Quero explicar o seguinte: realmente, onerando o orçamento... nos dados que tenho aqui até 16 de novembro foram empenhados por volta de 6 milhões de reais para o Fundo Municipal da Habitação. O Fundo Municipal da Habitação trabalha num regime de repasse de recursos. A Secretaria da Habitação repassa recursos à Cohab e ela administra esses recursos aplicando nos empreendimentos. Então, o que acontece é o seguinte: havia recursos do ano passado - processos que se encontravam no Tesouro, aguardando liberação, autorização para pagamento - que oneraram o orçamento do ano passado. Esses recursos foram liberados. Por isso é que a conta da Dona Luci chega em 9 milhões, porque houve processos que estavam retidos no Tesouro; porque, como é um repasse, ele não tem a necessidade da competência de exercício, da anualidade. Então, havia um estoque de recursos no Tesouro, foram liberados; acoplados a esses 6 milhões que



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4057 do proc.
n.º 491 do 19.99
ISABEL P. S. MANTOVARO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z13 FOLHA: 2

TAQ.: valéria

COMISSÃO: finanças

ORADOR:

DATA:

já foram liberados, daria os 9 milhões e há o comprometimento de mais 1 milhão por mês, conforme vem sendo cumprido.

O SR. JOSÉ MENTOR - Réplica.

O SR. - Apenas um dado: é que nós, aqui, não trabalhamos com dados de 98, trabalhamos com dados de 99. Felizmente ou infelizmente, o pessoal, se recebeu esses 3 milhões, pela sua conta, a pergunta não é exatamente essa. Quero saber: o Lazarin falou que gastaria 15. Aí, entendo 15 com base neste exercício, não contando o exercício de 98. O exercício de 98 é findo, estou contando 99. Em 99, efetivamente, foram empenhados 6 milhões e 196 mil e pagos 5 milhões, que seja. Agora, queria saber: você está falando, agora, que vai colocar mais 1 milhão ao mês. Isso não bate com a proposta do Lazarin, que é de chegar até 15 mil. A não ser que o Godinho vá suplementar isso aí, vá colocar verbas. Pela sua fala, eu também não senti que a Secretaria está repassando recursos necessários ao Fundo.

O SR. GILSON- Não, o que vem ocorrendo é o seguinte: a Secretaria vem repassando 1 milhão de reais mensalmente ao Fundo Municipal de Habitação. Então, o que nós temos são esses 6 milhões; mais 3 milhões do ano passado daria 9 milhões e mais o mês de novembro, 1 milhão, e o mês de dezembro, mais 1 milhão. Chegaria num total de investimento...

40
O SR. JOSÉ MENTOR - Nós estamos falando aqui de duas coisas diferentes. Só para acertar os números: temos 3 milhões, que no ano de 98 restaram pendentes no orçamento, na execução, que foram liberados este ano. Portanto, no número que o senhor está dizendo existem 3 milhões que são de 98. Essa é a diferença com seus números. Esse é resto a pagar.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-103

Folha n.º 1038 de proc.
n.º 491 de 1999
S. HANASHIRO
C. Adm. Civil III

ROD.: Z13 FOLHA:3

TAQ.: valéria

COMISSÃO: finanças

ORADOR:

DATA:

O SR. - Eu não disse que iriam gastar 15 este ano de 99, falei 12! Que nos chegaríamos em 12 e que a proposta para 2000 é 15.

O SR. JOSÉ MENTOR - Então, a pergunta é essa: são 12, sem contar os 3 de 98?

O SR. - Não, não, incluído. Porque foi pago este ano.

Bem, a questão da operação interligada, que você coloca, acredito que o dr. Denis tenha feito uma previsão orçamentária em cima de alguma notícia de decisão judicial. (Manifestações fora do microfone). Ah, são restos? Remanescentes?

O SR. JOSÉ MENTOR - Na realidade, se me lembro bem, é que houve uma decisão, um embargo de declaração em que o Tribunal se manifestou e, segundo esse entendimento alguns processos que estavam em andamento poderão ser legalizados e gerarão recursos de 30 milhões. Essa é a informação que foi dada aqui.

O SR. - Bem, mais isso é uma expectativa, ainda, de recursos. Não entrou ainda. E você colocou que...(manifestações fora do microfone).

O SR. JOSÉ MENTOR - Só um minutinho. Vamos ouvir o Sr. Rizzo, pela última vez aqui.

O SR. RIZZO - Por que não está compondo o Fundo, já que é parte componente - efetivamente - do Fundo? Operações interligadas compõem o Fundo Municipal de Habitação. Então, gostaria de saber: por que, desses 30, pelo menos parte não está indo para o Fundo e, sim, para o projeto de verticalização de favelas?

O SR. - Eu não tenho essa informação, Vereador, porque...

O SR. RIZZO - Porque esse dinheiro, já está prevista a entrada dele e já está para o Cingapura?



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1059 do proc.
n.º 491 de 1991
ISABEL P. S. ITABASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z13 FOLHA:4

TAQ.: valéria

COMISSÃO: finanças

ORADOR:

DATA:

O SR. JOSÉ MENTOR - Vamos ouvir o próximo inscrito. O senhor me traga aqui...

O SR. - Eu gostaria de complementar essas informações e esclarecer: se esse remanescente das operações interligadas inclusive desse ano, e até do ano passado, se elas vieram todas para o Fundo ou se foram para o Projeto Cingapura ou para outros... Gostaríamos que a Secretaria desse esclarecimentos.

O SR. - Vão todas para o Fundo. É dinheiro carimbado. Operação interligada é dinheiro carimbado, é para o Fundo Municipal. É a resolução do Fundo que estabelece o destino desse dinheiro.

(pausa)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1030 do proc.
n.º 491 de 1999
ISABEL P. S. H. SILVA
Cl. Adm. Geral III

ROD.: Z14 FOLHA:1

TAQ. valéria:

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11

(pausa)

O SR. JOSÉ MENTOR - Está esclarecida a dúvida. Chamo para usar a palavra o Sr. Luis Leopoldino dos Santos, do Mutirão Rio das Pedras.

O SR. LUIS LEOPOLDINO DOS SANTOS - Senhores, bom dia. Quero cumprimentar a Mesa e a platéia. Tenho algumas considerações a serem feitas relativas a esse orçamento que está sendo proposto pela Secretaria de Habitação, para o Fundo Municipal. Seria de se estranhar - nós, que vimos acompanhando esse movimento há mais de 10 anos - que o Sr. Gilson, que está na Mesa, fosse defender o orçamento para mutirão, sendo que ele foi um dos responsáveis pela paralisação dos mutirões. Seria até estranho termos aqui, na mão, um orçamento defendido por essa Secretaria, para mutirão! Então, é um pessoal que ajudou a paralisar mutirão. Essa seria a primeira consideração que tenho a fazer.

43 Outra coisa que estranho é quando o Sr. Lazarin coloca que não conhecia o orçamento da Cohab. Como dois órgãos que trabalham interligados não conhecem o orçamento que foi apresentado pela Cohab, para mutirão? É estranho isso, pessoal. Eu não consigo entender, é com indignação que falamos, pois são dez anos que esses mutirões vêm se arrastando e ainda se fala em 15 milhões, que não dá para terminar as duas mil unidades no ritmo que está indo! Então, quero registrar essa nossa indignação. Por outro lado, numa reunião que tivemos com o Sr. Prefeito, em janeiro de 99, o Prefeito colocava bem claro: "Nós não vamos mais gastar dinheiro da Prefeitura para fazer Cingapura. Vamos fazer Cingapura com o dinheiro que está vindo do Bird, com o dinheiro que vem lá de fora", pois já ficou confirmado que o Cingapura fica mais caro que o mutirão. "É lógico que não iremos acabar com o Cingapura". Isso o Prefeito dizia naquela reunião do dia 19 de



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1061 do processo
n.º 491 de 1994
O (V) Signatário: *[Assinatura]*
ISABEL P. S. VENTURA
Cl. Adm. Geral III

ROD.: Z14 FOLHA:2

TAQ. valéria:

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11

janeiro. Fico indignado quando a Cohab, que é o órgão que está administrando ou gerenciando os mutirões, coloca, aqui, um orçamento que não é nenhum absurdo, se comparado ao orçamento da Câmara Municipal, se comparado ao orçamento do próprio Gabinete do Prefeito, se comparado ao orçamento do próprio Tribunal de Contas do Município, que, depois de quatro anos de investigação, não conseguiu achar dentro dos mutirões nenhum, como dito pela Secretaria. São coisas que para nós - que somos lideranças há mais de dez anos, que estamos acostumados a ver do dia-a-dia - não dá para conceber. Outro exemplo: área da garagem, que era área do Movimento, com 2.500 unidades. Foi construída em dois anos, em caráter eleitoreiro. Dois anos e pouco a Secretaria gastou para fazer aquela obra de 2.500 unidades. E obras que estão há dez anos se arrastando o pessoal coloca, aqui, 15 milhões, que seria 10% do que é necessário para sanar o problema dos mutirões, e aí vem o nosso representante da Secretaria dizer que o Prefeito, com sua boa vontade, terminou, vai terminar os mutirões. Até quando? Vamos saber! Precisamos lembrar, também, que estamos no lugar certo. Aqui aparece 135 milhões e 600 mil - se não estiver enganado, são dados que peguei ali - para Cingapura, ano que vem, que é um ano eleitoral, de novo, pessoal. Precisamos lembrar que estamos aqui na Casa, no local certo, para estar dando este recado. Até o panfleto foi bem escrito : "Senhores Vereadores, olhem para a eleição do ano 2000". Acho que é uma brincadeira o que essa Secretaria vem fazendo com os mutirões, não tem outra palavra a ser dita, porque...Realmente, se for me estender muito, vou acabar até passando dos limites, aqui, porque nós, que acompanhamos essa luta - essas lideranças que estão aqui -, sabemos do absurdo que está sendo proposto, de 15 milhões. Não poderíamos usar outra palavra: o absurdo de 15 milhões, que não dá



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n. 1082 do proc.
n. 491 da 1992
ISAEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z14 FOLHA: 3

TAQ. valéria:

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11

para terminar sequer os mutirões que estão em andamento. E, aí, fica parecendo que o Prefeito está brincando com a cara dos movimentos. Por que? Porque quando ele dizia que iríamos construir novos projetos, e deixa 15 milhões ... A Luci colocou alguns dados, de que se precisaria de 21 milhões só para desapropriações de três áreas. Isso, acho que o pessoal precisa explicar melhor para que os movimentos entendam que tem alguma para construir e tem alguma coisa a dizer para aquela população que está lá, esperando que essa Secretaria trate com mais dignidade os mutirões. Não acredito que dez anos de obra... quando as administrações anteriores, do Sr. Paulo Maluf, do próprio Celso Pitta - que temos de levar em consideração que está falida -, dizem que vão construir obras. Mas, como? Se, quando chega na Secretaria vamos falar com o Secretário... A Secretária, estamos conhecendo agora - é um prazer conhecê-la agora -, mas gostaríamos que ela explicasse essas matemáticas para que entendêssemos. Apesar do pouco tempo no cargo, acho que a senhora herdou uma bomba que tem de ser repensada. Pois essa Secretaria, com relação ao tratamento que vem dando aos mutirões, se fosse um país sério já tinha gente na cadeia. O Brasil é um país que defende, além da impunidade parlamentar de alguns vereadores, defende, também, a impunidade de alguns setores da sociedade. Ficamos indignados e espero que os Vereadores que podem mexer nesse orçamento que repensem melhor e realmente olhem para o ano que vem, pois, graças a Deus, esse orçamento vai estar sendo votado num ano de eleição. E vamos poder estar dando o troco lá nas bases para esses caras que votam contra a população. Esse é um recado também para os Vereadores, aqueles que não têm compromisso com o povo. Para concluir, gostaria que o pessoal explicasse para nós como a Cohab - o órgão que vai



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1063 do proc.
n.º 491 de 1992
ISABEL P. S. MANAHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z14 FOLHA:4

TAQ. valéria:

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-11

gerenciar os mutirões - pede 97 milhões e o pessoal propõe 15. Se realmente esperam que os mutirões demorem mais dez anos. Obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR - Obrigado. Com a palavra o Sr. Lazarin.

O SR. LAZARIN - Acho que a mesma preocupação do Luis é o que já falamos. A Luci levantou bem a questão no que se refere à possibilidade de terminar os mutirões em andamento e terminar a infraestrutura.

Precisaria de mais dinheiro... (Luiz Carlos)

46



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1064 do proc.
n.º 497 de 1999
e 1000 n.º 10
ISABEL P. S. HANASHIRO
Ot. Adm. Geral III

ROD.:Z15 FOLHA:1

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

... Precisaria de mais dinheiro. Isto está muito bem claro. E acho que a postura da Secretaria neste sentido também é clara. Nós pedimos mais do que isso. Não foi possível, mas isso está na fase de discussão.

Alguns mutirões, a exemplo do Luís, terminaram, não é, Luís? O teu lá encerrou, conseguiu terminar. Então, é um trabalho que vem sendo desenvolvido, na medida do possível. No último acordo os senhores do movimento concordaram nesse um milhão por mês. Isto está sendo honrado. Já está empenhado, já está reservado para os meses de novembro e dezembro. Acho que agora, Sr. Presidente, é os senhores analisarem as reivindicações dos movimentos que pleiteiam um aumento na verba dos mutirões. O que foi proposto pelos Executivo e o possível, por enquanto, foram esses 15 milhões que, na realidade, é o mesmo, um pouco mais, do que foi gasto em 99. Essa foi a justificativa que colocamos.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Pois não. A Secretária, Dra. Antonia quer dar uma palavra.

47
A SRA. ANTONIA APARECIDA PEREIRA (?) - Bom dia, meus amigos. Estou vendo aqui alguns rostos conhecidos, com quem trabalhei na época da elaboração da Lei Orgânica. Os senhores sabem que sou Procuradora da Prefeitura Municipal de São Paulo, de carreira e, nessa função, já exerci vários cargos na Administração Pública Municipal. Inclusive, na época da elaboração da Lei Orgânica dos Municípios, trabalhei aqui nesta Casa, assessorando a relatoria, os relatores da Lei Orgânica e a presidência da Constituinte Municipal. Então, vejo aqui, na Assessoria da Câmara, alguns rostos conhecidos de pessoas que na época da Lei Orgânica, estávamos juntos, trabalhando juntos. Estou com diversas... A agenda está muito apertada. Os senhores sabem como o rapaz, o Luís,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 9065 do proc. 491 de 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z15 FOLHA:2

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

se não me falha a memória, citou que estou há pouco tempo respondendo pelo cargo de Secretária da área. Foi solicitada a nossa colaboração, e estou há muito pouco tempo respondendo pelo cargo. Mas, na Administração Municipal, nos diversos cargos que ocupei, nas diversas administrações, porque estou na prefeitura desde... Entrei no finalzinho do Governo Setúbal, aprovada em concurso de provas e títulos - a minha carreira foi uma carreira concursada, de Procuradora do Município -, e já conhecemos o problema da Habitação.

A agenda hoje está muito apertada, tenho um outro compromisso aqui na Câmara, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, mas fiz questão de vir até aqui, de sentir qual era o principal problema levantado pela população.

Acho que esse debate, essa é a casa do povo, esse debate é muito importante, é a oportunidade da participação da sociedade. Os senhores Vereadores, a partir dessa participação, vão estar realmente conduzindo as discussões do Orçamento. A proposta do Executivo foi a propostas possível. A Secretaria da Habitação até pleiteava uma proposta maior, mas o Executivo tem que ver o que é possível, tendo em vista a reivindicação de todos os Secretário.

48 Então, de qualquer forma, como já ressaltado pelo Lazzarin, houve um aumento no Orçamento da Secretaria da Habitação em relação ao ano anterior. Então, já senti aqui qual é a principal reivindicação dos senhores. Por isso que fiz questão de aqui estar, de cumprimentar a Mesa, o Presidente da Mesa, os senhores Vereadores presentes. O Lazzarin e o Gílson levarão para nós, e vou para o outro compromisso. Mas fiz questão de vir aqui e cumprimentar a todos vocês.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1066 do proc.
n.º 491 de 1999
ISAFEL P. S. HANASHIRO
Ot. Adm. Geral III

ROD.:Z15 FOLHA:3

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.11.99

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Muito obrigado, Sra. Secretária, pela presença.

Chamo para usar da palavra o Sr. Parrian José de Carvalho, do Fórum de Mutirões.

O SR. PARRIAN JOSÉ DE CARVALHO - Sr. Presidente da Mesa, Vereador José Mentor, Sr. Relator, Mohamad Said Mourad, representantes da Cohab e da Secretaria da Habitação, companheiros do plenário, gostaria, na minha fala, de chamar um pouco a atenção, principalmente dos Srs. Vereadores, e contar um pouquinho da história dos mutirões de São Paulo.

Para nós, o Dr. Antonio Lazarin até ajudou um pouco a responder algumas coisas: a diferença e os objetivos de um governo municipal para outro. Os mutirões de São Paulo foram iniciados em um governo popular, que tinha o objetivo de atender a uma parte da população mais carente da cidade, em um trabalho social, organizando essas pessoas, de uma forma mais social, na questão da Habitação, devido ao déficit habitacional que tem a cidade de São Paulo.

49 Como os senhores perceberam, a Luci apresentou aqui, de forma bem clara, que durante esses sete, oito anos, tivemos que acompanhar todo esse trabalho, e até mesmo criar um grupo de acompanhamento, para fazer valer as nossas reivindicações. Por quê? Há uma diferença de base, senhores, no tratamento da verba pública.

Para situar bem essa questão, o meu mutirão, por exemplo, quando iniciou, que foi dividido em dez parcelas, com três parcelas, fizemos 50% da obra. Mudando a administração, passando-se sete anos, essa obra parou, faltando 10%. E, com o mesmo total...



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1067 do proc.
n.º 491 de 1999
funçãoário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III.

ROD.:Z16 FOLHA:1

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 17-11-99

(Parrian José de Carvalho)

E, com o mesmo total das verbas, não terminamos a obra. A administração, na tentativa de mostrar aqui os movimentos representantes do povo, não tendo capacidade de gerenciar dinheiro público, levou todas essas entidades para o Tribunal de Contas, demorou quatro anos fazendo auditoria, paralisou todas as obras e com isso onerou as entidades e mutirões.

Nesse sentido, digo porque gastaram nove milhões de reais durante o ano num acordo de 12 milhões de reais. Quando se faz a negociação com o Sr. Prefeito, já passamos por todas as secretarias, chegando até o Sr. Prefeito se conseguir tal negociação. Se se conseguiu negociar, não foi o necessário que era preciso, mas o mínimo necessário para não paralisar as obras. Por isso conseguimos esse acordo. Quanto à Cohab, quando sentamos à mesa para negociar, temos de aceitar, por exemplo, em um mutirão que tem uma parcela de 300 mil reais, temos de aceitar metade dessa parcela, para podermos dividir com todos os mutirões, ou também recebermos apenas a parcela, não recebendo o reajuste.

Portanto, companheiros, qualquer obra que tenha esse trajeto é uma obra que ficará muito mais cara. Estamos onerando as unidades habitacionais e pessoas que já são carentes. A Administração Pública está tentando fazer o seu trabalho. Estamos chamando a atenção dos vereadores para aprovarem esses projetos. Digo que as entidades de bairros e as comunidades estão se propondo a ajudar as administrações, sejam quais forem, a fim de construírem habitações para pessoas mais carentes. Trabalhar em mutirão não é fácil, é uma necessidade, porque o Cingapura não atende às necessidades sociais da Cidade. Então, a



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 9068 do proc.
491 de 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z16 FOLHA:2

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 17-11-99

população está fazendo um sacrifício a mais para obter sua habitação e se propondo a trabalhar nos finais de semana, com financiamento do dinheiro público. Queremos aproveitar bem esse dinheiro, mas da forma que esse assunto está sendo tratado, este dinheiro público não está sendo bem aplicado, porque esse trabalho é dificultado. Estamos procurando, de todas as formas a ter um bom relacionamento, seja com os Sr. Paulo Maluf, seja com o Sr. Celso Pitta, seja com qualquer pessoa, mas que se aproveite bem o dinheiro público que é orçado para os mutirões.

Gostaria de saber se a Secretaria se baseou no dinheiro gasto anteriormente pelos mutirões para fazer o Orçamento seguinte. Se for assim, seremos prejudicados porque para se arrancar um tostão de lá, custou muita luta. Então, essa questão não ficou bem clara. Quando a Cohab emitiu pelo fundo municipal um valor de 97 milhões de reais para mutirão mais 17 milhões de reais para infra-estrutura, é porque pensam em fazer um programa e trabalhar junto mesmo no próximo ano, para atender muito mais famílias com mais rapidez, usando melhor esse dinheiro público. Estamos oferecendo nossa contribuição ao próprio Prefeito.

51 O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Muito obrigado. Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Antônio Maria, gerente de planejamento e controle financeiro, que foi designado pela Cohab para representá-la nesta oportunidade. O cálculo orçamentário que foi feito levou em consideração os valores anteriores do mutirão? Se foram, estão errados, porque aqueles valores estão onerados pela demora com que a obra se desenvolveu. É isso mesmo?



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-100

Folha n.º 00609 Jo. prec.
491 de 1999
ISABEL P. S. HANAUER
Adm. Geral

ROD.:Z16 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 17-11-99

O SR.

- Não sei exatamente se o Sr.

Prefeito, na hora de elaborar essa conta se embasou no dinheiro gasto em 1999. A princípio, digo aos senhores que o dinheiro oferecido para o exercício do ano 2000 é exatamente o mesmo ou quase o mesmo que foi gasto em 1999. Quanto a essa postura de raciocínio, se houve ou não a interferência do que se conseguiu gastar em 1999, não sei dizer. V.Exa. coloca que poderia ter sido gasto muito mais se não houvesse vários atrasos e a interferência dos senhores junto ao Sr. Prefeito.

Como S.Exa. fez aquele acordo com os senhores, e estar honrando o acordo de dar um milhão de reais por mês, pode ser até que S.Exa. tenha se embasado nisso para propor 15 milhões de reais. Volto a dizer que a senhora Luci tem uma conta que poderia ser entregue para nós, mostrando que faltariam pelo menos mais 15 milhões de reais para a infra-estrutura. Quanto à proposta pedida pela Cohab, obviamente voltamos ao primeiro assunto discutido por nós. É claro que cada secretaria, cada companhia pública quer o melhor para si e para o desempenho de suas atividades, e propõe o que seria o ideal. O ideal não sempre é possível, e é isso o que aconteceu. A Cohab pediu, em 1997, e está sendo proposto somente esses 15 milhões de reais.

52 O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Um dos temas bastante debatidos aqui é a questão dos mutirões e o fundo municipal de habitação, e há colocações que o Sr. Lazarini e o Sr. Gilson, apesar do esforço, careciam de informações sobre a Cohab.

Gostaria de repassar (Carla)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 1070 do proc.

n.º 491 de 1992

func.ário
ISABEL F. S. HANASHIRO

ROD.:Z17 FOLHA:1

TAQ.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 17.11

Gostaria de repassar ao senhor esta primeira informação com relação à verba de apenas 15 milhões destinada ao Fundo Municipal de Habitação e qual a destinação que será dada pois é insuficiente quer para os mutirões, quer para conclusões ou infra-estrutura. Essa foi uma primeira questão levantada.

O SR. - Estamos com a presença do Diretor de Planejamento da Cohab e estamos vendo números propostos, números alterados. O valor que tinha, inicialmente, da proposta da Secretaria da Habitação para o Fundo Municipal de Habitação da Cohab era 270 milhões. Esse valor foi reduzido para 15 milhões. Ano passado estava previsto 27 milhões nesse fundo e aqui foi colocado que 3 milhões de repasse, de 1998, foram utilizados e mais 6 milhões efetivamente de 1999. Os mutirões necessitam de que esta verba seja maior para agilizarem os seus términos que já estão há mais de dez anos. Esse é o conjunto.

Tenho aqui outros valores, não sei de onde o pessoal tirou 97 milhões, a unificação dos mutirões, pelo menos nesse informativo colocou que tem 97 milhões que querem que seja aprovado, é o valor apresentado pela Cohab e também 17 milhões que é para infra-estrutura. Temos essas duas partes.

53 Aqui temos a questão dos números. Os 15 milhões não são suficientes para agilizar mais ainda os que estão pendentes e os que estão aguardando o início de obras por parte dos mutirões.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - No orçamento não há verba para qualquer novo mutirão. Esta verba é insuficiente para concluir as 5.489 casas que estão em andamento.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 40311 do proc.
n.º 491 de 1977
ISABEL P. S. HANASHIRO
Cl. Adm. Geral III

ROD.:Z17	FOLHA:2	TAQ.:Carla	COMISSÃO:FIN
ORADOR:			DATA: 17.11

O SR. - Esta verba é insuficiente para concluir o que existe. A primeira pergunta: existe algum projeto de novos mutirões avaliados pela Cohab, uma proposta para o ano que vem?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Uma outra pendência é se os recursos de operações interligadas estão indo para o Fundo Municipal de Educação.

O SR. Boa tarde. Desculpem o atraso, mas fui informado no último momento. Estou vendo nas mãos das pessoas os números encaminhados da proposta original.

Como funciona? A Cohab é uma empresa subordinada, orçamentariamente, à Secretaria de Habitação. O orçamento da Cohab, tanto com seus recursos próprios quanto com recursos do Município, tem de passar pela Secretaria e serão inseridos no orçamento do Município como um todo. Esses números que os senhores têm em mãos, 97 milhões para mutirões e 17 milhões para estrutura, como do Dr. Lazarin já disse, são os números ideais, ou seja, a Cohab é a área técnica, faz um estudo, faz um levantamento em função de todos os mutirões que foram transferidos através do fundo municipal, aqueles que têm condições de serem terminados, os que estão em fase de término, pelo menos, com a intenção de não prolongar muito a obra para efeito de custo como o companheiro já colocou. É a situação ideal.

54
Por obrigação técnica a Cohab não pode já partir do princípio que não haverá recursos disponíveis. Por obrigação técnica nessa proposta ela coloca de fato o que seria ideal, também dentro de uma certa lógica e possibilidade técnica que teria de tocar durante o exercício.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1032 do proc.
n.º 491 de 1999

A função

ISAEL F. S. HANASHIRO
Ol. Ass. Cont. III

ROD.:Z17 FOLHA:3

TAQ.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 17.11

Essa proposta vai para a Secretaria, é discutida no âmbito do Município e da Secretaria e novos valores são propostos tendo em vista a disponibilidade do município em função dos seus recursos. Aí a Cohab não tem condições de entrar no mérito da questão.

Já foi dito aqui que para o ano passado foi aprovado 32 milhões de recursos e essa quantia não foi liberada em função de dificuldades orçamentárias do município.

Há uma certa dificuldade porque em anos anteriores os valores liberados foram maiores. Trouxe um levantamento que mostra que de 1995 até agora, com todos os problemas, o Fundo conseguiu liberar 107 milhões. Em exercícios anteriores foi possível realizar valores maiores, em 1996, em 1997. A partir de 1998 a situação ficou complicada.

A Cohab sempre conta com a possibilidade de novos projetos. Ela não fecha a porta para novas mutirões, mas o percentual é muito pequeno. Dentro desses 97 milhões posso garantir que em torno de 95% seria destinado para o término dos mutirões já implantados. Apenas uma reserva técnica seria destinada a uma emergência. De repente há um deslizamento, outro motivo de força maior e somos obrigados a construir ou por mutirão ou qualquer outro sistema construtivo especial. Resumindo, os 97 milhões prioritariamente seriam para os mutirões em andamento e 5% apenas uma reserva de contingência.

A segunda questão não me lembro, seriam sobre novos projetos? Operação interligada. Temos conhecimento de que o pessoal da interligada tem uma legislação específica, um tanto complexa, e sabemos que constitui recursos que poderiam ir para o Fundo Municipal de Habitação. O que recebemos lá são os recursos orçamentários diretos



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1073 do proc.
n.º 491 de 1979
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z17 FOLHA:4

TAQ.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 17.11

nas rubricas do Fundo Municipal que são liberados para mutirões e para as obras vinculadas ao Fundo Municipal. Nós, da Cohab, não temos condições de saber, já informamos isso para o Tribunal de Contas - eles perguntam insistentemente - desses 107 milhões que recebemos desde a implantação do Fundo Municipal quanto há de recursos de operações interligadas ou se não há recursos de operações interligadas.

Sabemos que conceitualmente, pela legislação do Fundo, os recursos de operações interligadas a Cohab defende que sejam encaminhados para as contas do Fundo Municipal, não só para mutirão como para as demais obras vinculadas.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) (Segue Carla)

56



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 497 de 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z18 FOLHA:1

TAQ.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:17.11

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Só um detalhe importante. A destinação dos recursos é feita por SF e lá é o controle do que é operação interligada e quais são os outros recursos do Fundo? Dr. Godin, o senhor poderia nos informar se a destinação de operações interligadas estão indo todas para o Fundo Municipal de Educação?

O SR. GODIN - Preciso verificar, não tenho nenhuma posição da Secretaria para passar para a Mesa.

O SR. - Mas operação interligada já está encerrada faz tempo.

- Comentários simultâneos.

O SR. - Quando da liminar, parou tudo, não entrou mais nada, ficou "sub judice". Inclusive existem empresas que pagaram a operação interligada e hoje não conseguem construir porque não aprovam a liberação por uma determinação judicial.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - De qualquer maneira, vamos tentar pegar esse...

O SR. - Esse ano o que está no orçamento é o que o Dr. Diniz colocou, são resíduos da operação Faria Lima.

O SR. - É urbana, não é interligada. Interligada era dinheiro carimbado especificamente para...

SA
O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tinha operação interligada. Úrsula, por favor, deixe-me ver aquela discriminação, se não me engano há 30 milhões de operação interligada e um outro valor de 30 milhões para a Faria Lima. Se não me falhe a memória são dois valores diversos. Na justificativa há um valor de 30 milhões para operação interligada e outro igual para...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:Z18 FOLHA:2

TAO.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:17.11

Está aqui. Singapura 11 milhões; interligada 30 milhões; Faria Lima 30 milhões; programa de regulação urbana, saneamento ambiental ponto 3. (?) família 3.1. São 60 milhões, 30 de interligadas e 30 de Faria Lima.

De qualquer maneira essa informação é importante porque a Cohab que administra o Fundo não tem informações da origem dos recursos. Ela recebe um montante e é com aquele montante que trabalha. Estamos perguntando para SF que é quem destina os recursos a natureza de cada um deles. O senhor poderia, Dr. Godin, nos informar o mais rápido possível?

O SR. GODIN - Irei anotar para trazer para a Mesa uma resposta.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Chamo para usar a palavra o Sr. Juvenal José dos Santos, da unificação do Fórum de Mutirões.

O SR. JUVENAL JOSÉ DOS SANTOS - Boa tarde Mesa, pessoal presente, agradeço a presença do Presidente da Mesa que já ouviu nossas dilemas ,e o companheiro Vereador presente, nas regiões e sentiu as necessidades das regiões e o nosso ideal. Agradeço ao representante da Cohab. A minha primeira pergunta à Mesa seria por que não havia um representante da Cohab. Retiro essa pergunta porque finalmente apareceu um. A questão principal era quanto à questão do término dos mutirões e novos projetos de mutirão com autogestão.

Só uma comparação rápida, os cronogramas assinados pela Prefeitura previam, em 1989, 18 meses para terminar as obras, diante dos dados da equipe técnica. O Gilson fazia parte, naquela época, do Fundo (?). Gilson fazia parte de ABE(?) que era SEABE(?), depois



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1076 em pres.
n.º 491 de 19 99
Func. 09/13
Ass. Adm. Geral 10

ROD.:Z18 FOLHA:3

TAQ.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:17.11

terminou a questão do Fundo Expedido(?), depois passou à administração da Cohab. Enquanto isso, temos uma média de quase 120 meses.

Outra colocação, Dr. Lanzerin é quanto à questão do orçamento de 1999 que estava previsto no Fundo Municipal de Habitação 27 milhões de reais e não terminou mutirões que já estão há dez anos, começaram em 1989 e até agora não terminaram. Estão abandonados.

Quando se fala em habitação, todo programa é viável. Temos de ver com bons olhos, seja Singapura, mas que tenha uma comparação com a necessidade da população dos nossos bairros.

A grande parte dos grandes representantes públicos do nosso País vão às nossas favelas quando precisam, às nossas vilas, são irmãos dos negros, dos favelados, dos cegos, dos deficientes e - com respeito a vários companheiros da Câmara Municipal que têm dignidade - quando chegam a seus gabinetes nos esquecem. No panfleto deixamos bem claro um lembrete: "Srs. Vereadores, olhem para as eleições de 2000."

Dos 106 convênios assinados com a Prefeitura, quando o Sr. Lazarin falou do acordo com o Fórum dos Mutirões com o Prefeito Celso Pitta, houve questão do compromisso de liberar 1 milhão de reais por mês. Enquanto isso, Sr. Lazarin, chegamos ao ponto de ficarmos até 4 ou 5 meses sem receber uma medição. Enquanto isso era previsto, o valor para sair (Regina)

59



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1055 do proc.
n.º 491 de 1992
Alto Sertão III

ROD.: Z19 FOLHA:1

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-11

...uma outra sair "super-mais-barato", que é a empreiteira, está dobrando, e as famílias não querem dessa forma. Queremos terminar o mutirão para poder pagar o órgão público, e não ficar com as gambiarras que lá estão. Por exemplo, atualmente o senhor disse que tem provavelmente empenhado mais dois milhões, que são novembro e dezembro. Só para o senhor ter uma idéia, entregamos a medição em agosto, recebemos em duas vezes e ficaram de acertar em 90 dias. Não há administração pública ou órgão, qualquer que seja, que consiga levar uma obra, a custo baixo, que você entrega uma medição e recebe 60 ou 90 dias depois! Isso porque foi feito acordo com o Prefeito. Temos aí associações que estão com a medição entregue, lá dentro, já fiscalizada pela Cohab e não receberam porque não tem verba no fundo. Eu me sinto aqui quase inútil, represento 315 famílias, são 315 sobrados que estamos construindo e começamos em 89. Ficamos seis anos para concluir a infra-estrutura e está pela metade. Não terminamos a obra por falta de liberação de verba.

60
Concluindo, rapidamente, Sr. Lazarine, se com 27 milhões no fundo em 99 e não chegamos a concluir, não terminamos as obras dos mutirões, imagina para 2000 com 15 milhões de reais! Sabe onde vamos parar, senhores? Vamos acabar virando as costas para aqueles grandes companheiros, que dizem ser nossos companheiros. Quando eles chegarem em nossas bases, explicaremos o que estamos preparando claramente para 2000: se não for aprovado todos os dados que a Cohab discutiu com os fóruns, com todos os movimentos, as respostas para vocês em 2000 serão críticas, e críticas péssimas. Obrigado. (Palmas)

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra o Sr. José Domingos, da Unificação(?) dos Mutirões.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 01028 do proc.
n.º 497 de 1999
func. 10
ISA
Of. Adm. Geral

ROD.: Z19 FOLHA:2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-11

O SR. JOSÉ DOMINGOS - Boa tarde, companheiros e companheiras, presidente da Mesa, Vereador José Mentor e o outro vereador que está ali. Primeiramente, quero dizer que sou da Unificação(?) dos Mutirões Leste II, trabalho também junto do Fórum dos Mutirões de São Paulo e sou presidente por dois mandatos do Conjunto Campanha Gaúcha, que se encontra concluído. Em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Lazarine e ao Sr. Gilson que a Campanha Gaúcha em 1993 foi para o TCM e comprovaram que não houve roubo e foi terminada. Isso é bom dizer para que a Mesa saiba do ocorrido.

Quero também dizer que a Cohab, junto aos mutirões, está pedindo R\$ 97.407.259,00 milhões, uma diferença muito grande, o que eu acho que é uma vergonha para quem está tentando reduzir o Orçamento do Fundo de Habitação para o ano que vem. Uma diferença de 82 milhões e pouco é muito grande. Queria deixar esse recado porque é uma vergonha. E vou falar logo, Sr. Lazarine, seja para quem estiver, o Secretário, o Prefeito Celso Pitta, que não tirem 1% do Orçamento da Secretaria de Habitação porque vão ter no ano 2000 dor de cabeça muito grande. Vão ter de tirar 1% da verba de vocês para comprar anador e dipirona, porque o Movimento de Moradia, os mutirões vão para as ruas! Hoje a Unificação tem 6.640 famílias só na demanda. Imagine, Sr. Lazarine e Mesa dos trabalhos, a unificação junto com o Fórum dos Mutirões, com os movimentos de moradia, vamos todos às ruas se for aprovado 15 milhões! Porque são 17 milhões e tanto só para infra-estrutura. Vocês acham que vai dar para concluir, junto aos companheiros da grande São Paulo, os mutirões e fazer infra-estrutura? É uma vergonha, é uma calamidade pública. Gostaria de voltar ao que a Secretária da Habitação, a Dona Maria disse porque ela conhece o problema da habitação, ela conhece, concordo; a Cohab



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4079 do pres
n.º 497 de 19 99
M

ROD.: Z19 FOLHA:3

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-11

conhece, a Secretaria da Habitação conhece no papel e na democracia mas não conhecem o problema da periferia, dos bairros pobres, aonde está o povo pobre, as comunidades. Garanto a vocês e à Mesa que todos os companheiros, aqui representando os mutirões, não são remunerados, não ganham. Estamos trabalhando, dia após dia, sábados e domingos nos mutirões porque temos responsabilidade com o povo carente da periferia de São Paulo, e não só pela unificação mas pelos movimentos existentes em São Paulo. Afirmo ao Sr. Lazarine que se para o ano que vem for aprovado os 15 milhões, e não o que os mutirões estão querendo, os 97, vão ter de comprar muita dipirona porque vamos às ruas, como já fomos outras vezes, vamos à Cohab.

Gostaria também de deixar um recado ao Presidente da Mesa, Vereador José Mentor e ao Vereador Mourad, procurem entrar em contato com todos os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, vamos estar aqui, trabalhando juntos, queremos o apoio do Sr. Presidente da Mesa, para que se mude o Orçamento do ano 2000, caso contrário, a moradia vai às ruas, como já fizemos muitas e muitas vezes. Vamos estar indo às ruas se não for mudado o valor do Orçamento. Acho uma vergonha para a cidade de São Paulo, para a periferia de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Registro as presenças dos Vereadores Bruno Feder e Amorim.

62 Indago se há mais alguma inscrição? (Pausa) Chamo a assessoria para que faça a inscrição do nosso amigo, aqui na frente. (Pausa) Marta? (Pausa) Regina, por favor.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 9080 do proc.
497 de 1991

ROD.: Z19 FOLHA:4

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-11

Chamo o Sr. Luís Sales que representa o Vereador Adriano Diogo. (Pausa) Quando o senhor acabar de falar, encerraremos as inscrições.

O SR. LUÍS SALES - Bom, as dúvidas que tenho são as seguintes. A primeira é em(Z20)



ROD.: Z20 FOLHA:1

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-11

A primeira é em relação à regularização de loteamentos e arruamentos, que no Orçamento de 99 tem apenas 200 mil e dois foi suplementado, 25 milhões. A resposta dada foi que houve um erro e qual foi o tipo de erro que aconteceu? Lembro que no ano passado ocorreu ao contrário, havia orçamento de 2,9 milhões e depois foi reduzido para 265 mil, valor bastante próximo desse ano. O erro foi baseado no Orçamento do ano passado, qual foi o tipo de erro?

Queria entender como funciona o Procave, o dinheiro externo, o que vem do Banco Mundial. Este ano temos 30 milhões, foram empenhados 46%. Então, a menos que a Prefeitura nos próximos 40 dias gaste os 15 milhões, o dinheiro está sobrando. No ano que vem tem proposta de 18 milhões, esses 18,5 milhões é dinheiro novo do banco que vem ou é dinheiro que sobrou deste ano, como que é?

A terceira questão, em relação às obras de desenvolvimento em Cohabs, é uma dotação pequena em relação às demais, apenas 150 mil reais, mas este ano não foi gasto nada. No ano passado havia também 150 mil reais e nada foi gasto, e para o ano que vem está sendo proposto 150 mil reais também. Queria o que vem a ser isso, obras com desenvolvimento urbano em Cohabs e o por que não está sendo gasto nada desse dinheiro.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Sr. Lazarine(?) tem a palavra.

O SR. ANTONIO LAZARIN - Sobre a questão dos valores de Procave, o Gilson quer responder.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 9082 do proc.

491 de 1999

10.10.1999

10.10.1999

10.10.1999

ROD.: Z20 FOLHA:2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-11

O SR. GILSON - Bem, o que posso dizer a você é o seguinte: o Procave é um programa originário da Secretaria de Vias Públicas. O contrato de empréstimo junto ao BID, o detentor do contrato de empréstimo é Vias Públicas. Fazemos apenas o reassentamento das famílias que estão ao redor do córrego. Então, não recebemos recursos desse contrato de empréstimo. Esse reassentamento, no contrato de empréstimo é contrapartida Prefeitura. Todo contrato de empréstimo tem uma base de financiamento externo e uma base de investimento local. Esse reassentamento é 100% investimento local. Não temos esse acréscimo não. Todo dinheiro colocado no reassentamento é dinheiro da Prefeitura. Quem recebe esse recurso é SVP e é importante o reassentamento porque vai dar frente de obras para que a Secretaria de Vias Públicas possa fazer a canalização do córrego. Esse ponto já esclareci.

65

Em relação ao Lote Legal, ao Ressolo, o Ressolo possui outros programas também. Tem o programa Consi(?), preciso pegar o nome completo, Programa de Controle e Parcelamento do Solo Irregular. O Lote Legal começou em julho deste ano. Todo e qualquer gasto de 98 para atrás, não estava previsto na despesa do Ressolo. Por isso, quando estávamos com os contratos prontos para serem assinados, com toda aprovação do Banco, com tudo certinho, com as concorrências internacionais todas elas já terminadas, a Secretaria das Finanças fez aporte de recurso de 24 milhões, possibilitando a assinatura desses contratos. Então, a partir de julho de 99, começou o programa Lote Legal e estariam mais ou menos 12 mil loteamentos em andamento. E para o ano de 2000, mais 25 milhões o que daria continuidade ao programa. Esse montante, esse programa é totalmente financiado pelo BID. Quando



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4083 do pres.
n.º 491 do 1989
11/11/89

ROD.: Z20 FOLHA:3

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-11

houve a proposta de financiamento do banco, o banco destinou uma parcela do empréstimo para regularização dos loteamentos.

Quanto à dotação de infra-estrutura para conjuntos habitacionais da Cohab, a dotação já existe há diversos exercícios, está disponível quando necessária para utilização em algum conjunto habitacional. Atualmente todas as nossas obras estão sendo atendidas pelos programas Cingapura, Guarapiranga. Não há vinculação específica dessas obras em desenvolvimento em urbanização em conjuntos habitacionais com obras específicas da Cohab, é uma dotação aberta, a questão de três, quatro ano atrás era dotação carimbada e achamos por bem que não fosse dotação carimbada exclusivamente para empreendimentos da Cohab. Poderia então ser utilizada, quando necessário, para outros empreendimentos. A dotação existe e por enquanto não houve a necessidade de se fazer a utilização porque os conjuntos são plenamente atendidos pelos demais programas da Secretaria.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Dr. Godinho, sobre a questão do valor previsto em 99 para o Lote Legal?

66 O SR. GODINHO - Acho que o Gilson explicou. Como estavam previsto para começar no meio do ano, e quando começamos o Orçamento temos algumas dificuldades para equacionar despesa e receita. A gente às vezes sacrifica uma dotação, tira recursos para atender outras necessidades. E ficou o compromisso de suplementar como ocorreu na execução, à medida em que o programa começou a ser desenvolvido. Por isso é que falei, às vezes necessitamos. Este ano, também, (Idelci)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n. 1089 do proc.
n. 491 do 1932
AEL P. S. Mendonça
Cl. Adm. Geral III

ROD.: Z-21 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 17.11.99

Este ano aqui, também, não só na proposta de 2000, há alguns ajustes que precisei fazer para poder fechar o Orçamento; porque a receita é limitada, as despesas ultrapassam mais de 100% as solicitações das secretarias, tenho de fazer os cortes. Quando chega-se ao fechamento do Orçamento são necessários alguns ajustes. Foi nesse momento, no ano passado, que precisei mexer nesse lote (?) legal e remanejar recursos para as secretarias e equacionar, ou mesmo para tirar mesmo para acertar o equilíbrio entre receita e despesa, porque tenho de apresentar um orçamento equilibrado. Gostaria de poder apresentar uma receita de 10 e uma despesa de 1.000, mas a lei não permite, e também seria uma loucura fazer isso, porque nada técnico. Então tenho de equilibrar o Orçamento dentro das minhas possibilidades de receita. E é o que eu faço.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra o Sr. Galdino Oliveira Teixeira, da Associação Defesa dos Direitos de Pessoas Deficientes e de Mobilidade Reduzida, do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente.

67 O SR. GALDINO OLIVEIRA TEIXEIRA - Bom dia senhores, bom dia Mesa, obrigado pela presença de todos os companheiros. Gostaria de fazer algumas indagações a serem respondidas pela Mesa. É sobre a necessidade de a Cohab e a Prefeitura, nas edificações respeitarem a adequação imobiliárias a 9050 (?) para atendimento ao deficiente. São construídos projetos de conjuntos sem adequações, quantos banheiros sem medidas padrão para que possa entrar uma cadeira de rodas. Isso é muito grave. Uma explicação da remoção do pessoal do Águas Espraiadas, que foi levado para Santa Etelvina, em Cidade Tiradentes. Aqueles embriões em Cidade Tiradentes, estavam com a Sehab e agora passaram para a Cohab. Esta semana as pessoas receberam uma carta dizendo que vão despejar porque não estão pagando. Primeiro, as pessoas não



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4085 de 33 pags.
n.º 441 de 19 pags.
O. Adm. Geral III

ROD.: Z-21 FOLHA:2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 17.11.99

pediram para sair de lá. Segundo, as pessoas não conseguem arrumar emprego devido à distância. Muitos saem da Cidade Tiradentes para ir trabalhar em Santo Amaro. Terceiro, não sei as razões, mas quando as pessoas saíram de lá assinaram um documentos de que vão receber 1.500 reais. Só que a própria pessoa que ocupou o imóvel não (?) assinou esse documento. Quero saber por que e qual a razão.

Outra questão: os projetos especiais são da Sehab, parece que é por cinco anos. Qual a razão de a Cohab estar agora sendo responsável pelos conjuntos de Santa Etelvina, ou seja, os embriões? São dois andares. Era para cada família pegar essas casinhas, em cima e em baixo. A Cohab pôs uma família em cima e outra em baixa e está cobrando das duas. queria saber quais as razões.

Sobre reintegração de posse. Se a Cohab quer tirar essas pessoas, que são seiscentas e poucas famílias que estão nesse local, por que as pessoas das 178 famílias que há três anos estão morando no alojamento, não conseguem nem conversar com o pessoal de Habs (?). a gente está tentando negociação mas sempre há barreiras. Gostaria de conversar com o Dr. Lazzarini e com a Secretária. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Obrigado, senhor. Dr. Lazzarini.

6B
O SR. ANTONIO LAZARIN - Na questão da acessibilidade para deficientes físicos, gostaria de dizer que todos projetos habitacionais da Sehab, principalmente Cingapura, no 1º andar, estão sendo adaptados à Lei 9050, que foi criada na gestão anterior, tratando da acessibilidade. Temos a CPAA (?), que é uma questão própria, que cuida de toda a acessibilidade no Município de São Paulo, tem orçamento próprio, tem gerenciadora. Temos hoje, pela primeira vez, no Município de São Paulo, uma lei que estabelece critérios, obrigando que todo local de reuniões para mais de 100 pessoas tenha



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-100

Folha n.º 9086 do pres
n.º 491 de 19 99
Ass. Adm. Geral III

ROD.: Z-21 FOLHA:3

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 17.11.99

acessibilidade para deficiente físico, e todo espaço para mais de 600 pessoas - é o caso da Câmara - também teria de ter acessibilidade e banheiros seguindo aquela norma, que é um tipo de NBE (?). Está sendo exigido em todo projeto novo. Nenhum projeto novo passa pela Prefeitura se não estiver atendida a legislação de acessibilidade. E o prazo de adaptação dos prédios velhos já se esgotou. Ontem tivemos uma reunião específica sobre isso, exigindo que a Prefeitura tome medidas de fiscalização punitiva para os locais que não se adaptaram. No caso específico da habitação, o Cingapura tem, no primeiro andar, sempre uma porcentagem, não se dizer se é 1%, das unidades adaptadas dentro da legislação para deficientes físicos.

A questão da Cohab eu passaria para ...

- Aparte fora do microfone.

O SR. GALDINO OLIVEIRA TEIXEIRA - Não vamos entrar em detalhes. Só para o senhor ficar a par. O Conjunto Chácara das Flores é recente, tem três ou quatro anos, não foi adaptado. Gostaria de conversar com a pessoa e juntamente com o engenheiro. Gostaria de conversar a esse respeito, para agora a gente não se alongar.

O SR. ANTONIO LAZARIN - O Chácara das Flores parece-me que foi operação interligada, na época das operações interligadas, onde não havia sido previsto que as empresas que forneciam habitação tinham de ter esse 1%. Depois é que criou-se essa disposição - não sei se é uma portaria - que obriga todo conjunto de Sehab a ter 1% de atendimento a deficiente físico.

O SR. GALDINO OLIVEIRA TEIXEIRA - E está bom.

O SR. _____ - Em primeiro lugar gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer o seguinte: o Fundo Municipal de Habitação, que foi criado em 94 e implantado em 95...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DE SÃO PAULO

Folha n.º 1087 do processo
491 de 1999
P. E. HANASHIRO
Of. Adm. Gorai III

ROD.:Z-22 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11.99

O Fundo Municipal da Habitação, que foi criado em 94 e implantado em 95, do qual tive o prazer e o privilégio de participar até da elaboração da legislação específica, ou seja, grande parte conceitual, porque o objetivo era colocar dentro do Fundo o atendimento a todos os programas habitacionais de caráter social do Município. E neste programa tivemos o privilégio, e foi aprovado, de garantir uma reserva, em todo imóvel vinculado ao Fundo Municipal, uma reserva para os deficientes físicos. então a Cohab está à disposição para prestar maiores esclarecimentos ao senhor. Gostaríamos muito de receber propostas que seriam bem-vindas até a nível técnico. Quer dizer, não há necessidade de ser através da Câmara ou da Presidência da Cohab. A área técnica da Cohab teria muito prazer em receber propostas do senhor.

20 Em relação ao Águas Espraiadas é o seguinte? a Cohab é uma administradora do Fundo Municipal, ou seja, é um instrumento de garantir que os recursos aplicados na habitação de caráter social, retornem, através do Fundo, para serem revertidos depois na aplicação em novas habitações. Quer dizer, agora com o Fundo é possível que todo recurso que é aplicado num mutirão ou numa obra por empreiteira - uma obra de caráter social - se tiver algum retorno por um valor justo, este valor vai ser revertido em habitação. Isso vale para unidades que são da própria Cohab, ou seja, que são produzidas em terrenos da própria Cohab, com projeto da própria Cohab e vale também para as unidades da Prefeitura como um todo. Não importa. Até o Cingapura, se possível, a Cohab pode administrar. Pode ser a urbanização de uma favela etc. Na verdade, ela é um instrumento administrativo da habitação social. No caso do Águas Espraiadas aconteceu o seguinte: a



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4088 do proc. 4491 de 1999
ISAEL P. S. HANASHIRO
Cl. Adm. Geral III

ROD.:Z-22 FOLHA:2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11.99

Secretaria de Vias Públicas precisou construir uma avenida etc. e tal. As pessoas, então, tinham de ser colocadas em algum lugar. O quê aconteceu? O Município, através de SVP e Sehab adquiriu essas unidades da Cohab, que já as tinha prontas, com recursos próprios ou do Fundo de Garantia. Tínhamos determinadas unidades prontas. Constituiu-se uma prioridade. Não podíamos deixar essas pessoas nem a Prefeitura tinha onde as colocar, porque os alojamentos provisórios na época eram suficientes. Então essas unidades foram compradas. A Cohab não podia ceder porque esses recursos têm destino, tem retornar ao FGTS ou à Cohab, que é uma empresa do Município e, portanto, no interesse de todos os munícipes. E nós administramos, está certo? Então, o que eu posso dizer é que essas unidades do Águas Espraiadas são unidades da Prefeitura que estão agora na Cohab, para administração. Ou seja, a Cohab está emitindo prestações ou até fazendo a reintegração. Reservome o direito de não comentar muito as condições da reintegração, porque não sei comentar muito. Acho que a área jurídica deve ser procurada, porque tem de haver critérios, não pode ser feito de qualquer forma. Agora, a Cohab tem essa obrigação legal: depois de concedidas todas as oportunidades de flexibilização para as pessoas, feita uma análise social, em último caso, é necessário, às vezes, reintegrar. A maioria das pessoas é honesta, mas há as que não pagam podendo pagar. Existem 400 mil pessoas na fila, todas interessadas. Posso dizer que no caso da reintegração, a Cohab está cumprindo uma atribuição como empresa, em função do que foi assinado por essas pessoas. Comprometo-me a obter mais informações para os casos de reintegração. Coloco-me à disposição do senhor para que me procure na Cohab, 13º andar, para encaminhá-lo às pessoas mais apropriadas.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4089 do proc.
4413 1989
SAL. L. P. C. TANASIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z-22 FOLHA:3

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11.99

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Restou a pergunta dos dois andares, o de cima e o de baixo, que estão sendo ocupadas por duas famílias.

O SR. _____ - Ah, sim. Não sei se foi um erro de comunicação, mas na produção habitacional existem unidades. Cada unidade é um contrato. Então existem unidades geminadas, outras que têm dois andares, até nos mutirões. Não existe a intenção de fazer uma unidade como se fosse uma mansão, com dois andares. É certo que existe algum projeto de mutirão que já nasceu assim. Mas a grande maioria, não. Tenho certeza que em Santa Etelvina, quando tem dois pavimentos são duas unidades. É a tipologia de unidades sobrepostas. É como se fosse um edifício com menos andares. Para a Cohab funciona como unidades independentes. Certo? São valores independentes, instrumentos contratuais, mutuários - pessoas beneficiadas - independentes. Desconheço algum compromisso enquanto Cohab, de que no caso das sobrepostas de Santa Etelvina, fosse considerada uma única. Nós desconhecemos. Pode ser que exista. Aí a Cohab vai acatar o instrumento formalizado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Sr. Galdino Oliveira Teixeira.

72
O SR. GALDINO OLIVEIRA TEIXEIRA - Sr. Lazzarini, são 176 famílias no alojamento Santa Etelvina, Cidade Tiradentes. Estão lá há três anos, era para ficarem no máximo seis meses. Algumas famílias gostariam até de conversar com a Sra. Secretária. Eles gostariam da reintegração de posse de algumas unidades em outros locais, porque eles têm condições, no momento, de estar pagando o projeto Cingapura. Gostaria de conversar com o senhor e a Sra. Secretária.

O SR. ANTONIO LAZARIN - Esse pessoal que está nesses abrigos provém de onde?

- Aparte fora do microfone.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 9097 do proc.
441 do 19 97
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:Z-22 FOLHA:4

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11.99

O SR. ANTONIO LAZARIN - É porque existem várias situações.

O SR. GALDINO OLIVEIRA TEIXEIRA - Eles vieram do complexo Lidiani (?), que é ali no Limão; outros vieram do Carandiru. Mas são poucas pessoas que manifestaram a vontade da reintegração de posse para sair do local.

O SR. ANTONIO LAZARIN - Elas devem estar cadastradas na Hab ou na própria Cohab. No caso de alojamento provisório é na Sehab. É preciso ver caso a caso. É o que estávamos discutindo, a questão do Procave. Toda canalização de riacho é feita com número de unidades correspondente aos ocupantes no momento do cadastro. Só que demora tanto para fazer a obra que tinha 100 e à hora que vai fazer o córrego, tem 200 famílias. Então esses casos tem de ser analisados separadamente. Mas com muito prazer quero receber o senhor lá no Gabinete Vou deixar um cartão no final da reunião...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4091 de pres.
n.º 491 de 91
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z-23 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11.99

Vou deixar um cartão no final da reunião. Quero ver o caso específico, pondo alguém lá para me explicar.

O SR. GALDINO OLIVEIRA TEIXEIRA - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra o nobre Vereador Mohamad Said Mourad.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Quero aproveitar a presença do Antônio Maria da Cohab para duas coisas: temos a programação de investimento, de que foi feita até uma avaliação, se não me engano pelo Guizzo. Na programação de investimentos 1999/2000, passou de 2.700 unidades para 3.400. Continua o projeto de 25.000 famílias beneficiadas. No Fundo Municipal de Habitação, a implementação de conjuntos. Em 99, 3.000; para o ano 2000 está previsto 12.000 unidades. Aí é que houve aquele desencaixe da verba suficiente para atender a implementação de conjuntos habitacionais, incluindo mutirões, que em 99 era 3.000 e passou para 12.000. A parte de implementação de obras também está para atender 7.000 famílias, continua a ser 7.000 famílias. Regularização de obras é de uma forma genérica. Desenvolvimento de novos projetos de habitação de caráter social. Isso aí na parte da Cohab. No demonstrativo de fundos e usos da Cohab, eu queria, pelo menos, que colocássemos como é que está no Orçamento de 1999/2000. Recursos totais de 1999, 259 milhões. Proposta do ano 2000, 235 milhões, 9% a menos de variação. Aí tem recursos próprios, receitas operacionais, repasses ao Fundo Municipal da Habitação, quem em 1999 não foi atendido da maneira que precisava. Foram atendidos seis milhões de 99 mesmo e mais três milhões de 98. E a proposta de 15, que é muito pequena para atender pelo menos o término desses mutirões. Recursos do Tesouro, aí seria um aumento de



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1092 do proc.
n.º 491 do 12 99
SABEL P. S. HANSEN
Of. Adm. Geral III

ROD.: Z-23 FOLHA:2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11.99

capital, 40 milhões - 40 milhões. operações de crédito, 50 milhões em 99, 40 milhões em 2000. Gostaria que comentasse sobre essas operações de crédito.

Aplicações, também: 250 milhões, reduziu para 235. Investimentos da Cohab e os totais. Aqui os investimentos principais ficaram justamente no setor do Fundo Municipal de Habitação. Gostaria que comentasse a respeito disso.

O SR. _____ - Vou comentar sobre a proposta original, porque não recebi ainda a proposta com os cortes. Por que que não muda o número de unidades, o número de famílias? Porque os valores que são solicitados, inclusive dentro de um exercício, são os valores necessários para os cronogramas que seriam executados. Em termos técnicos, seriam possíveis de ser tocados naquele exercício. Não adiantaria nada a Cohab solicitar muito mais dinheiro, o valor suficiente para terminar a obra, sendo que dentro do exercício ela não conseguirá terminar a obra. Mas, para efeito de unidades, a gente coloca quais são as unidades envolvidas. A gente usa esse termo para não confundir com concluídas. Quando a gente coloca concluídas, seriam entregues em torno de 12.000 unidades. Aí, sim, estaríamos pensando na possibilidade de terminar as obras que já estão iniciadas e em estágio avançado. Ou seja, falta muito pouco do cronograma para serem concluídas. Ou seja, se o recurso vier, passa a ser apenas um problema de mão (?), extensão das mãos etc. Então, no caso, a expectativa do número de unidades entregues seria aquela que, os 97 milhões, no caso de mutirão - que não é só mutirão para essas 12.000 unidades, também tem as obras por regime de empreiteiras - e também as obras de construção com recursos próprios. Na verdade quando é feito o corte, o



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1043 do proc.
n.º 497 de 1999

ROD.: Z-23 FOLHA:3

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11.99

que vai acontecer? Vamos fazer ajustes provavelmente na quantidade de unidades a serem entregues e o número de unidades envolvidas acaba sendo o mesmo, porque estamos tentando terminar as obras iniciadas e paralizadas, cujo maior número são os mutirões. Está certo?

76

Operações de crédito é o seguinte: são os recursos que a Cohab São Paulo, como agente financeiro do Sistema Financeiro da Habitação, estamos credenciados para operar com recursos do FGTS ou até recursos próprios. Projetos próprios não temos. Todos os nossos projetos estão incluídos no Fundo Municipal e não poderia ser diferente. Não teria sentido a Cohab ter política de habitação diferente da do Município. Mas podemos buscar recursos em algum programa do Governo Federal. Os programas do Governo Federal que são oferecidos agora são complicados, tem carta de crédito, tem muita exigência. precisaria ser uma empresa, como a gente diz, Cohab da Suíça para atender. Mas não perdemos as esperanças. A gente pesquisa em função da legislação vigente e do orçamento do FGTS, os valores que vão ser aplicados em habitação de baixa renda, onde se concentra a nossa demanda. Temos projetos já, inclusive na Caixa, para aprovação em torno de 40 milhões, para tocar essas unidades com recursos do FGTS. Esses são os 40 milhões com que contamos. A dúvida é tão grande em relação à aprovação, que a gente não considera nem receita em função desses valores de operação de crédito. Ele entra e sai, até porque temos encontrado muita dificuldade. Mas acho importante colocar no Orçamento, porque o projeto existe, já foi encaminhado para o Governo Federal, e para deixar claro que estamos brigando também por esses recursos, não só pelos do município. OK? Se deixei de responder alguma coisa o senhor me desculpe.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 1094 do proc.
n.º 491 do 99
S. PAULO, 17.11.99
S. PAULO, 17.11.99
S. PAULO, 17.11.99

ROD.: Z-23 FOLHA:4

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11.99

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - E, tivemos todas as respostas...

O SR. _____ - Só complementando. O senhor falou os recursos disponíveis. Os recursos que aparecem nos usos e fundos (?). Temos grande parte dos recursos próprios oriundos da carteira imobiliária já implantada. Temos cerca de 100.000 unidades produzidas com recursos do Fundo de Garantia. A maioria desses recursos, tanto na entrada quanto na saída, estão comprometidos com a carteira imobiliária. Em função da alta inadimplência esse valor que está previsto aí já é considerando a inadimplência, é insuficiente para pagar os empréstimos com a Caixa. Por isso é que há uma previsão de aumento de capital, em função desse déficit com o Tesouro.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Estou registrando a presença do Vereador Goulart.

Indago da Mesa, da Sehab se há alguma questão mais a ser esclarecida?(Pausa) Dr. Lazzarini...

O SR. ANTONIO LAZARIN - Eu acho que, em princípio, tudo foi mais ou menos esclarecido. Obviamente, com essa divergência que está existindo nos valores dos mutirões, acho que essa discussão vai continuar. Estamos lá à disposição, Sr. Presidente, para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Nós é que agradecemos. Aquelas duas pendências...

77



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1295 do proc.

n.º 491 de 1997

ISABEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.: Z-24 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17.11.99

Aquelas duas pendências que ficaram, aguardo que V.Sa. depois possa providenciar...

O SR. ANTONIO LAZARIN - Só para confirmar, da Cohab seria mutirões entregues (?) de unidades habitacionais, Cingapura, Heliópolis...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - 1999 e 2000.

O SR. ANTONIO LAZARIN - Isso, entre 99 e 2000. Produção de 99, Cingapura, mutirão e Cohab.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Isto. E aquela separação do que é o valor de operações de crédito e recursos próprios de 99 e 2000.

O SR. ANTONIO LAZARIN - Tá, tá.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Aqui está condensado. Seria dobrado. Está bem?

O SR. ANTONIO LAZARIN - Está condensado. Tá.

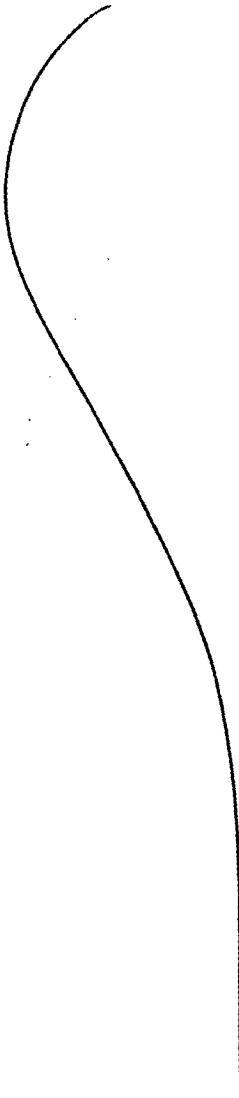
O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Nada mais? (Pausa) Dr. Godinho? (Pausa) Vereador Goulart? (Pausa)

Agradecendo a presença dos representantes da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Dr. Antônio Lazarin, Sr. Gilson, do representante da Sra. Secretária, que esteve conosco durante algum tempo, e do representante da Cohab, Dr. Antônio Maria...

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Gostaria de agradecer a presença da Sra. Secretária e dos demais...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Agradeço, também, a presença do Dr. Godinho, que mais uma vez esteve conosco.

Declaro encerrada a presente sessão.



LAJ
MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Data documento (si rubr
18-11-92
18-11-92
ISABE
01: Anexo verbal III



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



M E M B R O S: JOSÉ MENTOR - PRESIDENTE
FARIA LIMA
MIGUEL COLASUONNO
CELSO CARDOSO
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
DITO SALIM
DALTON SILVANO
LIDIA CORREA
MOHAMAD SAID MOURAD

**REUNIÃO TÉCNICA- ORÇAMENTO PARA O ANO 2000-
REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO EM 18 DE
NOVEMBRO DE 1999.**

SOLICITANTE: VEREADOR JOSÉ MENTOR

(MEMO Nº107/99)

SECRET. MARTA RAVENA



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 497 de 499 pres.
n.º 497 de 1999
S.º T.º VESTIÁRIO
Of. Adm. Geral III

ROD.: P01 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Vamos dar início à 8ª reunião temática do debate do Orçamento 2000 da cidade de São Paulo. Hoje o tema é transportes. Quero registrar a presença dos Vereadores Mohamad Said Mourad, relator do Orçamento, que já se encontra à mesa. Convido para participar da mesa o Dr. Roberto Godinho, que representa a Secretaria das Finanças; representando a Secretaria de Transportes, o Sr. Alexandre Motonaga, chefe de gabinete do Secretário, a quem concedo a palavra por 10 a 15 minutos, para que apresente a proposta orçamentária da Secretaria de Transportes para 2000.

O SR. ALEXANDRE MOTONAGA - Sr. Presidente, Sr. Vereador Mourad, colegas, gostaria inicialmente de agradecer o convite, enaltecendo o que li recentemente, que esta Casa tem feito reuniões sobre o Orçamento junto à população, iniciativa louvável que eu reputo da maior importância.

2
Especificamente sobre o transporte, temos alguns projetos para o ano 2000 de importância relevante para a Cidade. Vou começar minha exposição tratando primeiramente do trânsito. Em relação ao trânsito, pretendemos, através da CET, aumentar o efetivo de "amarelinhos" em 200 pessoas, ao mesmo tempo que as operadoras de Zona Azul, aumentar um número de 60, e continuar com o serviço prestado pela CET nesta cidade que tem um trânsito conturbado, procurando melhorar e introduzir inovações de ordem tecnológica e outras inovações.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Se V.Sa. já vai abordar o CET, eu gostaria de chamar o Sr. Érico Costa Barros e a Sra. Maria Luísa Maciel, diretores do CET, para tomarem assento à mesa. (Pausa)

Está com a palavra... (P02)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n. 1018 do processo
n. 491 de 1997
ISABEL P. S. II
Of. Adm. Geral III

ROD.: P02 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

Está com a palavra.

O SR. ALEXANDRE MOTONAGA - Bem, agora o Dr. Érico e com a Malu podem dar maiores esclarecimentos sobre a CET.

Temos também, em termos de trânsito, o projeto da Marginal que esta Casa está analisando e que tem como objetivo melhorar a fluidez na Marginal Tietê. O tema já foi objeto de outras audiências públicas e acho que já está suficientemente esclarecido.

3 Em termos de transportes, estamos construindo a primeira linha do VLP(?) do Parque Dom Pedro, pretendemos implantar, iniciar as obras de cinco novos corredores e mudar a forma de regulamentação do transporte coletivo da modalidade comum, ou seja, dos ônibus, ao mesmo tempo em que estamos regulamentando, após aprovação de lei municipal, os perueiros, procurando com isso dar maior segurança ao passageiro, ao motorista e à população em geral, regulamentando essa modalidade. Recentemente regulamentamos também o moto-frete, mais conhecido como "motoboy", ou seja, pretendemos dar treinamento para que essas pessoas respeitem o cidadão ao mesmo tempo em que preservam sua segurança. A questão do "motoboy" é uma questão que a Cidade toda sente e é importante que eles sejam regulamentados. Pretendemos finalizar também os CTAs, ou seja, os semáforos inteligentes, dando à cidade de São Paulo um sistema de semáforos de última geração. É um projeto antigo e pretende-se terminar esse projeto.

Essas são as linhas gerais. Estamos também, em conjunto com o CPTran, procurando dar condições básicas para que eles possam desempenhar suas tarefa através de uma parceria e dar conta de alguns materiais. Acho que isso é importante para o trânsito e para a segurança da população, pois o policial militar do CPTrans está



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1100 do proc.
991 da 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: P02 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

10 milhões na proposta de 2000. Fundo Municipal dos Corredores não tinha nada em 99, tem 60 milhões na proposta de 2000. Tem outros dados aqui: desenvolvimento tecnológico, 500 mil, foi usado 108, e outros dados, mas eu vou me referir a alguns. Reformulação do sistema semaforico, Semco(?) 2, estava previsto 5 milhões, foi usado 6,2 milhões até outubro; e tem uma proposta de 17 milhões, ou seja. 240% a maior com referência ao orçamento de 99; e implantação do fura-fila, veículo leve sobre pneus, 120 milhões orçados em 99, foi realizado até outubro 16,5 milhões e tem a proposta de 175 milhões para o orçamento de 2000.

Na parte de projetos... (Camilo)

8



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10
SHEL P. S. H. NASHIRO
Of. Adm. Coral III

Folha n.º 11017 do proc.

n.º 491 de 1999

1.º de 1999

ROD.:P03 FOLHA:1

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 18-11-99

(Mohamad Said Mourad)

Na parte de projetos, há um destaque especial na participação da construção do rodoanel, 30 milhões de reais, não foi integralizado nada. Há uma verba de 10 milhões de reais para a proposta do ano 2000, que seria somente 66%, uma redução de 1/3 do Orçamento de 1999. Essa é a parte dos projetos.

Na parte de atividades, seria bom vermos como está a subvenção à SPTrans. 23 milhões de reais estava no Orçamento e 66 milhões de reais foram executados.

Quanto aos serviços de engenharia de tráfego do CET, praticamente 140 milhões de reais já foram executados em outubro, e está previsto 160 milhões de reais para o Orçamento do ano 2000.

Corredores segregados, foram propostos 50 milhões de reais, mas só foram realizados 4,5 milhões de reais e não há nada na proposta para o Orçamento do ano 2000.

6
Quanto ao serviço de gerenciamento de transporte, São Paulo Transporte, não havia nada previsto, e há uma verba de 136 milhões de reais. Não foi nada previsto no Orçamento de 1999, mas para o Orçamento do ano 2000 há 136 milhões de reais. Esse é conjunto com referência à Secretaria Municipal de Transportes. Depois entraríamos nos detalhes da São Paulo Transportes, a CET e os investimentos da São Paulo Transportes. O total do pessoal é de 3,9 milhões de reais; projetos, 173 milhões de reais; e outras despesa 360 milhões de reais. A previsão, segundo a Secretaria, vai ficar em 508 milhões de reais, mas já passou de 538 milhões de reais.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1102 do processo
n.º 491 de 1999
SAUEL P. S. HANASHIRO
M. Adm. Geral III

ROD.:P03 FOLHA:2

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 18-11-99

Tem a palavra o Sr. Roberto Godinho, para falar sobre esses itens e fazer algumas avaliações sobre elas.

O SR. ROBERTO GODINHO - No Fundo Municipal de Sistema de Corredores Segregados, no Orçamento de 1999, foram previstos 50 milhões de reais, e nesta análise que os senhores observaram pela Assessoria da Comissão, também pularam o valor, deixando-o em branco. Então, no projeto 3007, há 50 milhões de reais no Orçamento de 1999.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - No executado, há algum valor?

O SR. ROBERTO GODINHO - O executado é 4,404 milhões de reais.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Muito obrigado.

O SR. ROBERTO GODINHO - Somente para complementar, porque ajuda na discussão.

7 O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - O projeto 3007 está aqui no fundo municipal.

O SR. ROBERTO GODINHO - No exercício do ano 2000, foi considerado projeto esse fundo, por isso que está havendo essa divergência de valor. No exercício de 1999, está considerado como atividade, mas vai ser considerado, no Orçamento de 2000, como projeto, que foi um acerto que fizemos com a Secretaria. Foi uma solicitação; em função das análises, chegamos à conclusão que isso é



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 1103 do proc. n.º 491 de 1999
funcionário
SABER, C. F. M. R. O.
Ot. Adm. Geral III

ROD.:P03 FOLHA:3

TAQU.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 18-11-99

um projeto. Por esse motivo que ele foi deslocado. Só para efeito de análise, digo que podemos trabalhar com o valor de 50 milhões de reais.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Só para V.Exa. complementar a análise dos pontos iniciais, além dos que o nobre Vereador Mohamad Said Mourad já indagou, falando em termos genéricos, há outros que gostaria que V.Exa. pudesse nos informar.

O item 4033 está com zero no Orçamento de 1999 e 136 milhões de reais para a proposta de 2000. Em que consiste, qual sua composição, para que se destina e o seu detalhamento? Quanto aos subsídios, o nobre Vereador falou em termos gerais. Pegaria o item 4023 e o 4031 para tratar sobre subsídios. Haviam previsto 40 milhões de reais em 1999 e foram gastos 95 milhões de reais; e no item 4031 estavam previstos 40 milhões de reais e foram gastos 140 milhões de reais; e os dois estão com valores simbólicos para o ano 2000.

Quanto aos recursos próprios operacionais do SPTrans, em 99, há o valor de 1,444 bilhão de reais. Em dados do Orçamento de 1999, não tenho a informação. Na proposta do ano 2000, aumentam-se 68%, indo para 2,431 milhões de reais. Gostaria de saber essa justificativa.

Quanto a essa previsão da dívida, em 1999, havia uma previsão de 6,5 milhões de reais, e em 2000 há uma previsão de 180 milhões de reais. Em 2000, há 683%. Gostaria também de saber se esse valor já está englobado, consolidada a dívida até o final do ano, se é uma dívida consolidada com o SPTrans.

O SR. ROBERTO GODINHO - Quanto a essas indagações, se me esquecer de alguma, V.Exas. me lembrem, por favor. Primeiramente, vou



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1104 do proc.
n.º 491 de 1999
Tur. P. S. II
ISABEL P. S. II
Of. Adm. Geral III

ROD.:P03 FOLHA:4

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 18-11-99

responder ao nobre Vereador José Mentor quanto à questão do aumento da dotação do serviço de gerenciamento de transporte SPTrans. Na atual estrutura do Orçamento, existia uma rubrica chamada subvenção à SPTrans, além do subsídio ao sistema e subsídio à tarifa.

As duas primeiras (Dagmar)

9



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n. 1103 do proc.
497 de 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:P04	FOLHA:1	TAQ.:dagmar	COMISSÃO:CFO
ORADOR:			DATA:18-11

As duas primeiras dizem respeito ao custeio da São Paulo Transportes e ao custeio do Transporte Coletivo, ou seja, os terminais, sua limpeza, segurança etc.

Entendemos que foi melhor unificar essas duas rubricas, denominada Serviços de Gerenciamento de Transportes, ao mesmo tempo em que estamos elaborando um contrato de prestação de serviços. Como a São Paulo é uma empresa vinculada à Secretaria, achamos melhor ter esse contrato nos mesmos moldes da CEP, que a gente chama de contratação, de forma íntima, de prestação de serviços em que toda verba é repassada para ela numa única rubrica. Entendemos que isso também é importante em relação à São Paulo Transportes, englobando todos os recursos.

A São Paulo tem custos herdados da CMTC, pois assumiu seus ativos e passivos, por isso englobamos numa única rubrica e contrato, que é a melhor forma de gerenciamento.

Em relação ao subsídio à tarifa, houve substancial diminuição porque foi aprovada uma lei na Casa facultando ao Prefeito utilizar a lei federal das concessões. Com isso pretendemos diminuir o subsídio à tarifa. Na Secretaria entendemos que o subsídio à tarifa é uma coisa importante para o passageiro que não tem realmente condições de comprar o bilhete. Mas na forma que existe na Lei 11.037 estamos de certa forma subsidiando o empresário. Sei que isso pode causar polêmica na Casa, mas infelizmente foi o que ocorreu nesse período. A idéia da Lei 11.037 foi importante como um novo modelo de transporte coletivo na Cidade, porém isso é oneroso para o Município, e pelas suas carências não pode ser mantido.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4106 do pres.
491 de 1999

SECRET. G. HANASHIRO

Ol. Adm. Geral III

ROD.:P04 FOLHA:2

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-11

Voltando às indagações do Vereador Mohamad Said Mourad, vou pegar ponto por ponto. Em relação ao Semco II, os semáforos inteligentes, para aumentar sua implantação precisamos do orçamento de 17 milhões, como foi colocado.

O "fura-fila" é um sistema de transporte de média capacidade que poderá vir a complementar todo o sistema, e a Administração achou importante. Com o valor de 175 milhões pretendemos concluir parte do projeto.

Em relação ao rodoanel esses 30 milhões não foram usados porque estamos aguardando a aprovação pela Câmara do convênio com o Estado.

Sobre a subvenção já foi respondido ao Vereador José Mentor.

Para a CET houve talvez um pequeno aumento em função do aumento do efetivo dos "amarelinhos", 200 pessoas, e Zona Azul, 60 pessoas.

Corredores: tinha 50 milhões e este ano tem 60 milhões para construção de alguns corredores, forma encontrada para privilegiar o transporte coletivo.

A questão do gerenciamento da São Paulo Transportes, eu expliquei que juntamos as rubricas.

Espero ter respondido todas as questões, mas se houver mais alguma...

O SR. JOSÉ MENTOR - Aquela informação de aumentar em quase 70% a Receita Operacional de 1.4 para 2.4. E Essa questão da dívida de 6.4 para 180 milhões.

(O sr. - Em relação)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 0909 do proc.
791 de 1999
ISABEL P. S. H. NASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:P05 FOLHA:1

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-11

O SR. ALEXANDRE - Em relação à Receita acho que a Sílvia poderia me ajudar. Sobre a Dívida é em função do sistema vigente até há pouco tempo em que os empresários recebiam por quilômetro rodado enquanto que a Prefeitura recebia pela catraca. O empresário recebia pelo custo fixo, independente se transportava uma ou 100 pessoas. Essa idéia existiu para aumentar a oferta de ônibus, mas isso é muito custoso. O transporte alternativo obrigou a Prefeitura a aumentar seu subsídio a dívida.

Outro ponto que ajudou para o decréscimo da receita das catracas foi a recessão e o desemprego.

Em relação à Receita tenho de consultar a técnica aqui...

O SR. JOSÉ MENTOR - Nós aguardamos.

Convido para vir à Mesa o sub-relator do tema, Vereador Celso Cardoso.

12 Registro a presença do Sr. Marco Antonio Manfredini, do Gabinete do Vereador Carlos Neder, Sr. Norberto Antonio Batista, do Gabinete da Vereadora Ana Maria Quadros, Sr. José Luiz Rizo, do Gabinete da Vereadora Ana Martins, Sra. Marilene Guarda Baze, da Vereadora Lúcia Correa, Sr. Chuair, do Vereador Mourad, Sr. William Sampaio, do Vereador Nelson Proença, do Sr. Tirson Ferreira da Cruz, do TCMSP, do Sr. Luiz Peron, da SMT, do Sr. Galdino Oliveira Teixeira, do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente, e da Dona Josela Ferreira Dosete.

O Sr. Alexandre, para a resposta.

O SR. ALEXANDRE - Parece que há um equívoco na informação. A Receita está em torno de 1,4 milhão e não 2,4 milhões. Peço à



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1008 do processo
497 de 1999
ISABEL P. S. H. NASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:P05 FOLHA:2

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-11

Assessoria, por obséquio, checar essa receita da SP Trans para o ano 2000.

Vereador Celso Cardoso.

O SR. CELSO CARDOSO - Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Galdino Oliveira Teixeira pudesse fazer parte da Mesa e fazer as suas colocações.

O SR. JOSÉ MENTOR - Convido o Sr. Galdino para tomar assento à mesa.

Estamos aguardando a técnica da SP Trans sobre os números. Enquanto isso passo a palavra ao Vereador Devanir Ribeiro e depois ao Sr. Galdino.

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Gostaria de obter informações também sobre os investimentos da SP Trans, com base no Orçamento geral, em relação ao trólebus, LP, Funcor, informatização e outros.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n. 1109 do processo
n. 491 de 1999
ISABEL P. S. H. NASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: P6 FOLHA: 1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

... Funcor, informatização e outros investimentos. No orçamento de 98, outros investimentos era 1,268 milhão; em 1999, 1,668 milhão, um aumento de 31.5. Para o ano 2000 deu um salto aqui para 366.223.459, um acréscimo de 21.855%. Como se explica esse salto de 1,668 milhão para 366 milhões?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Vamos agilizar, por favor? Tem só essa ou tem outras?

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT) - Só essa.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - No detalhamento do investimento do SPTrans o Vereador Devanir Ribeiro diz que a reforma de trolebus que teve em 98, depois aqui, BNDS, financiamento VLP do Funcor, 175,8, 60 milhões, a informatização 260 e outros investimentos, 366,2, quando em 98 foi 1.2 milhão, em 99 foi 1,6 milhão.

O SR. - Qual é a dotação, Vereador?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Investimento da São Paulo Transportes, investimentos. É o detalhamento disso aqui. (Pausa)

O SR. - Estamos vendo aqui, Vereador.

14
O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Pois não. Eu vou repetir os números. Vereador Devanir, por favor acompanhe para ver se é a mesma posição. Orçamento de 2000, previsão de VLP, 175,8 milhões; Funcor, 60 milhões; informatização, 260,004; outros investimentos, 366.223.459. Podia pegar na peça orçamentária... Assessoria venha aqui, por favor, vamos pegar aqui para mostrar onde é que está na peça orçamentária. Eu só queria lembrar ao Sr. Alexandre que aquela questão que eu levantei sobre a dívida, a previsão de pagamento nesse ano de 2000 de 170



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 9910 do processo 497 de 1999
CADEL P. G. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: P6 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

milhões, eu aguardaria uma informação de V.Sa. ainda, de SPTrans com as empresas.

O SR. ALEXANDRE MOTONAGA - A origem da dívida?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Não, não. A origem eu sei. Eu estou perguntando se nós estamos prevendo o pagamento de 180 milhões, quando neste ano de 99 foram pagos 6 milhões. (Pausa)

Para ganharmos tempo, vamos passar ao próximo orador inscrito. Em seguida, então, aguardando essas três pendências: com relação ao pagamento da dívida, com relação à receita operacional, incremento e com relação a esses investimentos, outros investimentos.

Passo a palavra ao ...

O SR. - A palavra para o Sr. Galdino, coordenador do Grupo de Transportes do Conselho Municipal de Pessoas deficientes. Ele tem umas perguntas para fazer.

O SR. GALDINO - Bom dia, senhores. Agradeço estar com vocês à mesa e agradeço também a presença de todos. Gostaria de saber da Secretaria de Transportes referente aos 400 ônibus adaptados, que no momento só se encontram 182 operando.

Então, há uma defasagem... (Camilo)

15



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 114 do processo 491 de 1999
P. S. MANASSIRO
C. A. G. C. P.

ROD.:P07 FOLHA:1

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 18-11-99

(Galdino)

Então, há uma defasagem de 218 ônibus, com a perspectiva de dar entrada nesses coletivos no sistema.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Sr. Galdino, essa é a única indagação ou há outras? Gostaria que o senhor fizesse todas, por obséquio.

O SR. GALDINO - Perfeito. Em relação aos perueiros, referente à lei, segundo as informações, eles terão de transportar idosos e deficientes, só que não estão respeitando isso. Como isso será fiscalizado?

Quanto ao Atende, recentemente foi colocado, no Jornal do ônibus do dia 29 de outubro até 7 de novembro, uma matéria sobre o desembarque a deficientes fora de pontos. Os carros do Atende que operam nas linhas circulares e centrais, não podem embarcar e desembarcar deficientes foras de pontos. O mesmo está acontecendo no sistema de transporte coletivo, porque, até o presente momento, a linha circular se incluiu o carro adaptado para atendimento ao deficiente. Isso está no documento da São Paulo Transporte. Gostaria que a gerência do São Paulo Transporte, no Atende, fizesse uma observação, porque essa é uma propaganda enganosa.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra o Sr. Alexandre, para as considerações do Sr. Galdino.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1188 do proc.
n.º 991 de 1999
Fundação
ISAEL P. S. HANASHIRO

ROD.:P07	FOLHA:2	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:CFO
ORADOR:			DATA: 18-11-99

O SR. ALEXANDRE - Só não entendi uma questão em relação ao atende.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - O Sr. Galdino disse que o recolhimento de pessoas e desembarques só se dava nos pontos e não durante o trajeto.

O SR. ALEXANDRE - Quanto à questão dos perueiros, existe a regulamentação que realmente prevê a gratuidade dos deficientes e das pessoas idosas. Como eventualmente isso será coibido no caso de desrespeito? Seria necessário haver um imediato contato do deficiente que foi desrespeitado junto à SPTrans ou mesmo a Secretaria, identificando qual o perueiro que praticou tal ato. Neste caso, tomaríamos as medidas administrativas cabíveis. Por isso é importante haver a regulamentação dos perueiros, para que regulamentados, sintam-se obrigados, já que saíram da legalidade, a cumprirem as normas da lei do decreto. Dessa forma, podemos identificar inclusive quem chegou a desrespeitar uma norma legal, que prevê o atendimento ao idoso e do deficiente.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Quando vão operar os 400 ônibus?

O SR. ALEXANDRE - Em relação aos 400 ônibus, parece que existe um esforço da SPTrans no sentido de obrigar os empresários a colocar os 400 ônibus ou eventualmente estudar uma alternativa para que o deficiente possa se locomover na cidade de São Paulo. Aí não tenho maiores detalhes técnicos. Existe uma questão técnica em relação a



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1713 do processo
n.º 491 de 1999
funcionário
ISAHEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:P07	FOLHA:3	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:CFO
ORADOR:			DATA:18-11-99

esses 400 ônibus, existe uma grande restrição por parte dos empresários. Existe um esforço no sentido de efetivamente ou obrigando-os a cumprir essa norma ou, no caso não ser isso possível a nível técnico, encontrar uma forma para que eles possam se locomover, ou uma ampliação do Atende. Tem de existir um modelo para que São Paulo atenda essa parcela da população.

Por fim, falo da questão do Atende. Pelo que me consta, o Atende tem como objetivo transportar o deficiente de ponto a ponto, ou seja, da sua casa até o seu local de trabalho ou até à AACD. Ele não teria a função de pegar as pessoas no ponto. Por isso que estranhei um pouco a questão levantada; seria um serviço ponto a ponto.

18 O SR. GALDINO - Faço apenas uma observação. Na inauguração das linhas circulares centrais, como não foram incluídos os casos adaptados para deficientes, o Sr. Prefeito autorizou que quatro viaturas do Atende fizessem o itinerário dos ônibus. Como estão fazendo o itinerário dos ônibus, na lei 11.992, de 16 de janeiro de 1996, o deficiente deverá desembarcar fora de ponto, solicitando isso ao operador. Gostaria de saber sobre isso, porque no documento da viatura do Atende, está escrito que isso é proibido. Então, essa é uma propaganda enganosa. Gostaria que V.Sa. verificasse isso com a gerência do Atende.

O SR. ALEXANDRE - Agora entendi que não é somente na linha central circular.

O SR. GALDINO - Perfeitamente.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 10122 do proc.
n.º 497 de 1999

funcionário

ISABEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.:P07 FOLHA:4

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-11-99

O SR. ALEXANDRE - Nesse caso, se existe isso, é uma coisa que devemos investigar e ver o porquê isso ocorre. À medida que o deficiente precisa do Atende, deve ser atendido pela própria situação de ser deficiente. Vou apurar isso na SPTrans, levando a reclamação do Sr. Galdino. Vamos tentar resolver isso.

O SR. GALDINO - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Sr. Alexandre, quantos veículos fazem o Atende?

O SR. ALEXANDRE - Nobre Vereador, parece-me que atualmente existem 70 vans do projeto Atende.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Digo isso porque há uma reclamação crescente quanto à demanda de deficientes em relação a esse tipo de serviço, pois há pessoas que não conseguem se cadastrar para serem atendidas no Atende. Está previsto algum crescimento ou alguma ampliação desse serviço?

O SR. ALEXANDRE - (Camilo)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 11153 do proc.
n.º 491 de 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:P08	FOLHA:1	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:CFO
ORADOR:			DATA: 18-11-99

O SR. ALEXANDRE - Não, existe realmente uma demanda muito grande, o crescimento da demanda, porque o serviço prestado é muito bom, porém a demanda é maior. Para se credenciar, existe uma fila para os credenciados. Isso é um grande problema.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - O senhor tem idéia do número de pessoas que ficam nas filas?

O SR. ALEXANDRE - Não tenho. Posso eventualmente mandar depois esses dados.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - O senhor poderia responder esse ponto para a Comissão de Finanças e Orçamento.

O SR. ALEXANDRE - Ficamos preocupados com esse tipo de problema. Começamos a estudar eventualmente a possibilidade de criar uma parceria com a iniciativa privada. Esta colocaria algumas vans e faria a manutenção em troca de um apoio institucional. Essa forma poderia ser mais barata para o Município, atendendo essa demanda reprimida.

20 Indago a V.Sa. se já temos condições de debater aquelas duas questões pendentes.

O SR. ALEXANDRE - Peço ajuda ao Sr. Godinho.

O SR. GODINHO - Como falei ontem, neste plenário, quem trabalha está sujeito a erros. Nesta folha de investimentos da



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 7028 do pres.
491 de 1999
Tribuna do Júri
Isabel Cristina de Aguiar
Ch. Adm. Geral III

ROD.:P08 FOLHA:2

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 18-11-99

SPTrans, realmente há uma equívoco nessas receitas. Houve um lapso de visão da coleta dos números, que a receita total é 1,459 milhão de reais; e em baixo, há um desembolso total de 2,471 milhões de reais. Então, peço ao Presidente da Comissão da Mesa que nos dê um prazo para substituírmos esta folha até amanhã sem falta, para podermos acertar esse lapso. Na parte de investimento, também houve um equívoco, e ele está dobrado, está somado duas vezes o mesmo valor. Há uma inconsistência na receita da empresa prevista e na parte da investimentos, que são os dois valores que precisamos corrigir para acertarmos essa demonstração de investimentos da SPTrans, mas não serão alteradas muitas coisas. Vai ser diminuída a parte de investimentos, que ficará coerente com o que previsto, os 366 milhões de reais e a parte da receita, que vamos acertar.

Amanhã, sem falta, encaminho à Comissão o quadro a ser acertado. Se for possível mandarmos hoje, mandamos. Amanhã cedo temos condições de estarmos encaminhando esse quadro corrigido.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - E em relação ao pagamento da dívida de 180 milhões de reais?

O SR. CELSO CARDOSO (PPB) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Celso Cardoso.

O SR. CELSO CARDOSO (PPB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, gostaria de voltar ao assunto do Atende.

21



Folha n.º 1010 do proc.
491 de 19 99
função: Diretor
MANTASHIRO
2.ª. Adm. Geral 14

Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:P08 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 18-11-99

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Gostaria de fazer uma última pendência que ficou em relação a uma resposta.

Tem a palavra o Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE - Pelo que me foi apresentado aqui, esse valor está apontado na folha de demonstrativo de fontes e uso.

O SR. ALEXANDRE(?) - Sr. Presidente, parece-me que ficou uma dúvida sobre os 180 milhões de reais. Posso esclarecer isso. Essa dívida já é conhecida pela Secretaria Municipal das Finanças; é uma despesa de exercício anterior; é uma dívida até 1998. Como o Tribunal não tem nos autorizado a fazer despesa de exercícios anteriores, embora é que houve aquelas recomendações na aprovação de contas do balanço de 1998, com as restrições sobre as despesas de exercícios anteriores. Tenho um levantamento que passei ao Sr. Secretário. Provavelmente, na próxima sexta-feira, S.Exa. irá conversar com os conselheiros do Tribunal a respeito de todas as despesas de exercícios anteriores da Prefeitura. Essa dívida está prevista na nossa conversa com o Tribunal.

202 Recebemos uma orientação para não colocarmos essa matéria no Orçamento. Por isso que não está constando do Orçamento esse valor dessa dívida de 180 milhões de reais como despesa de exercícios anteriores na Secretaria Municipal de Transportes. Se conseguirmos uma negociação com o Tribunal este ano, talvez comecemos a arrumar uma solução já neste exercício. Ela já vem sendo paga, não é mais de 180 milhões de reais. De certa forma, precisamos ter um acerto com o Tribunal para podermos atender essa dívida.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-01

Folha n.º 11/84 do proc.
n.º 491 de 19 99
função: Secretário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:P08	FOLHA:4	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:CFO
ORADOR:			DATA: 18-11-99

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Mas de qualquer maneira, no quadro da SPTrans, está previsto o pagamento integral dessa dívida de 180 milhões de reais no ano 2000.

O SR. ALEXANDRE - Isso está demonstrado. É uma coisa que existe, não podemos omitir essa informação. Tal fato é de conhecimento público, inclusive. Então, tem de constar na demonstração da dívida da empresa.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra o nobre Vereador Celso Cardoso.

O SR. CELSO CARDOSO (PPB) - Faço uma pergunta para o Sr. Alexandre. Sabemos da dificuldade que há no serviço Atende. Muitas vezes, precisamos de intervir para que as pessoas possam ser levadas e trazidas aos locais que estejam fazendo terapia. Por que não ampliar esse trabalho? Por que não estender de forma que possa abranger os quatro cantos da Cidade? A dificuldade é muito grande.

Segundo, na linha Vila Mariana-Pirituba, já existe um sistema de suspensão, para que os passageiros deficientes possam utilizar, para que possam adentrar aos ônibus, mas isso não foi comunicado ao Conselho Municipal nem ao CPA. Essas são as duas perguntas que faço.

O SR. ALEXANDRE - Em relação a não comunicação desse serviço na linha Vila Mariana-Pirituba, realmente não tenho condições de responder isso. Posso questionar a SPTrans porque disso.

Se é uma obrigação legal, (Camilo)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1049 do proc.
490 de 1999
S. HANASHIRO
C. Adm. Geral III

ROD.:P09 FOLHA:1

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 18-11-99

(Alexandre)

Se é uma obrigação legal, eles deveriam ter feito isso. Assim, saberíamos o que aconteceu.

Em segundo lugar, em relação ao Atende, por que não ampliar os serviços? Como afirmei, existe uma grande demanda e a oferta não é correspondente. O problema é que o serviço do Atende, por ser especializado, é custoso, é muito caro. Apesar da quando do deficiente ser uma prioridade, não podemos nos esquecer das restrições orçamentárias e financeiras por qual passa a cidade de São Paulo e o país. Estamos estudando formas de baratear esse serviço e aumentar o atendimento. Ele é caro e não temos, dentro das condições econômicas atuais, condições de atender. Por isso, estamos estudando uma forma de fazer uma parceria com a iniciativa privada para que se aumente o número de vans ou mesmo mudar a forma de gerenciamento do Atende. Porém, a mudança nas coisas não podem ser feitas de forma impensada. Temos de analisar as coisas detalhadamente e procurar alternativas.

O SR.

- Gostaria de fazer mais uma

pergunta: são 70 ou 102 viaturas do Atende? Ao mesmo tempo, faço uma sugestão. Já que estão estudando a privatização do serviço Atende, por que não dar esse subsídio aos próprios hospitais, para que eles possam fazer esse trabalho? Aí, eles não dependeriam de ninguém. Os próprios hospitais que marcam atendimentos fariam a remoção das pessoas.

O SR. ALEXANDRE - Em relação ao número de vans, tenho a informação de que são 70 viaturas, mas talvez sejam 102. A idéia não é



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 1124 do proc.
497 do 19 99
ISABEL P. S. H. NASHIRO

ROD.:P09 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-11-99

milhões de reais. Houve um acordo com os vários técnicos de Finanças, em várias reuniões, procurando adaptar o Orçamento à realidade fiscal da Cidade. Planejavamos fazer outros projetos. A idéia seria aumentar em "n" campos os projetos da Secretaria Municipal de Transportes. Sabendo das restrições, sentamos com os técnicos de Finanças e chegamos a esse valor acordado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Esse corte atingiu que áreas?

O SR. ALEXANDRE - Não tenho detalhes aqui. Posso ver isso posteriormente.

Em relação ao Atende, digo que há 101 vans operando.

O SR. - Então, confirma, Sr. Alexandre?

O SR. ALEXANDRE - São 101 vans e não 70.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE - Tenho algumas informações aqui, Sr. Presidente. No gabinete,

tínhamos solicitado 44 milhões (Idelci)

26



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1122 do proc.
497 de 1999
JOSÉ P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: P-10 FOLHA:1

TAQ.: IDELCI

COMISSÃO: cfo

ORADOR:

DATA: 18.11.99

Tínhamos solicitado 44 milhões. Ao final ficamos com cerca de 12,5 milhões. A CET tinha solicitado 308 milhões, ao final ficamos com 191,7 milhões. A São Paulo Transportes tinha solicitado 847,5 milhões, ficou com 410 milhões.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Esses são os principais números. Os senhor havia falado de outros projetos...

O SR. _____ - Vi o total por empresa e pelo gabinete.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - O detalhamento o senhor poderia nos mandar, por obséquio? (Pausa)

Tem a palavra a Sra. Maria Luíza Maciel, diretora, representante dos funcionários da CET. (Pausa) Nesse microfone, por favor.

A SRA. MARIA LUIZA MACIEL - Bom dia a todos, membros da Mesa, participantes da plenária. Meu nome é Maria Luíza. Sou diretora de representação dos empregados da Companhia de Engenharia de Tráfego. Diretora eleita pelos empregados.

27 Temos algumas considerações a fazer com relação ao Orçamento previsto para a CET. mais do que dúvidas, temos, na verdade, considerações a fazer até aos Srs. Vereadores, para que a gente possa garantir um trânsito de verdade, com menos mortes, uma qualidade da intervenção que é o final da linha da nossa atuação: mais vidas salvas nesse trânsito.

Percebemos em relação à proposta elaborada internamente pela CET, a grande diferença que já é quase histórica, que vem de muitos anos, do que é autorizado. Isso vem vindo numa evolução muito



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1123 do pres.
491 de 1999
func.ário
SAO PAULO, 18.11.99
Of. Adm. Geral III

ROD.: P-10 FOLHA:2

TAQ.: IDELCI

COMISSÃO: cfo

ORADOR:

DATA: 18.11.99

comprometedora com relação aos serviços que a gente presta. Em função dessa afirmativa, gostaria de dar algum detalhamento.

Estamos vivenciando na CET, devido à crescente demanda da nossa frota, conseqüentemente, da necessidade dos serviços, temos, na central de operações, diariamente reclamações dos munícipes em função da ausência operacional que se tem em várias áreas da Cidade, principalmente a periferia. A periferia não está sendo operada. Fundamentalmente a CET é recursos humanos. Nesse material que apresentamos à Mesa - estamos esperando chegar um pouco mais para distribuímos a todos - temos uma queda considerável nesse item, recursos humanos. Apesar de muitos esforços, apesar de o próprio Tribunal de Contas do Município ter, de certa forma, elogiado a condução das contas do CET, o próprio Tribunal de Contas considera que é necessário mais investimentos.

Outro aspecto, com relação ao Orçamento, é a verba para educação, que a gente também quer salientar. Nós consideramos o que está estabelecido, muito pouco diante da grandiosidade colocada pelo próprio Código Nacional de Trânsito, com relação à educação para o trânsito. Gostaríamos de atentar para esse volume previsto, porque é um tanto irrisório, diante dessa consideração do próprio Código.

28
Gostaria de retomar para falar mais um pouquinho do perigo dessa situação, dessa evolução na diminuição, do que se necessita, do que se pede, do que se autoriza que é muito menos do que o necessário. Se continuar essa quadro, temos um número de afastamentos por doenças laborativas muito considerável, principalmente na operação. Nossos funcionários estão ficando doentes porque estão ficando sobrecarregados. Se olharmos, nesse material, a frota crescente, em detrimento do acompanhamento desse crescimento dos recursos humanos;



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 10/24 do proc.
991 de 1999
o for. nº 10/24
ISAEL P. MASHIRO
Ot. Adm. Geral III

ROD.: P-10 FOLHA: 3

TAQ.: IDELCI

COMISSÃO: cfo

ORADOR:

DATA: 18.11.99

e, diria mais, do envelhecimento da nossa frota... Temos de ter gente na rua, mas temos de ter gente com os equipamentos necessários na rua. A frota, a nossa rádio-comunicação obsoleta. A gente vem com esse peso. Hoje temos um edital sendo preparado, para locação de rádio-comunicação. É um edital da Prefeitura, CPTrans, enfim. Hoje temos o edital sendo publicado. Mas o que acarretou foi que até hoje tivemos muitos problemas estressantes, até por conta desse detalhe que é a nossa rádio-comunicação. Eu diria rádio-comunicação, frota - para retirar as intervenções que acabam causando congestionamentos - e recursos humanos. Isso é vital.

Terminando, gostaria de considerar a necessidade, para que tudo isso ocorra - se eu estiver errada, que as pessoas me corrijam, por favor - temos no nosso Orçamento, um item chamado Expansão.

A gente pede mas ele não aparece...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10, Adm. Geral III

Folha n.º 11235 do proc.
491 de 1999
ISABEL P. S. HENRIQUE

ROD.:P11 FOLHA:1

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:finanças e orçamento

ORADOR:

DATA:18.11.99

... Expansão a gente pede, mas ele não aparece, ele some do autorizado. Nós consideramos que nesse sentido expansão é isso tudo que estamos colocando aqui, todas essas necessidades que estamos colocando aqui, se ele não aparece, se não temos um tostão vindo nesse item, na verdade estando nem mantendo os serviços e aí acho que cabe aqui colocar dessa forma, até com reflexão dos presentes, porque somos todos cidadãos e convivemos no trânsito e sabemos o quanto ele é complicado. O Trânsito é o lugar mais democrático que existe, mundialmente talvez, porque no trânsito somos pedestres, somos motoristas, e somos todos iguais e passamos pelos problemas que precisam ser olhados com melhores olhos, na nossa opinião.

Acho que mais que qualquer dúvida, talvez a única dúvida nossa seja em relação à verba para a educação. Se fica uma dúvida ou mais que isso, um alerta e um pedido para se recuperar essas questões aqui levantadas por nós. Obrigada.

O SR. JOSÉ MENTOR - Eu faria uma indagação à Dona Maria Luiza, se ela tem o número da expansão que ela propôs inicialmente para esse item expansão?

A SRA.

- Eu estou sem ele no meu material, mas acho que a CET tem.

30
O SR. JOSÉ MENTOR - Sessenta e cinco milhões. Queria registrar a presença do Vereador Roberto Tripoli, presidente da Comissão de Justiça da Câmara.

Tem a palavra o primeiro inscrito, Sr. Marcos Manfredini, representante do Vereador Carlos Neder.

O SR. MARCOS MANFREDINI - Bom-dia, Sr. Presidente, bom-dia representantes da Câmara Municipal, representastes da Secretaria de



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1026 do prod.
n.º 491 de 1999
o funcionário
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ALM. Geral III

ROD.:P11 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:finanças e orçamento

ORADOR:

DATA:18.11.99

Transportes, nós recebemos uma documentação que foi encaminhada pela Diretoria de Representantes dos Empregados da CET, que nós julgamos que é uma documentação muito importante na medida que ela coloca a redução que se teve na cidade de São Paulo em termos de mortes e para nós que atuamos na área da saúde, sem sombra de dúvidas, é importante esse trabalho feito pela CET nos últimos anos, poupar vidas e também reduzir vítimas de acidentes.

Agora, ao se analisar a proposta orçamentária para o ano 2000 se verifica que para uma proposição inicial de 308 milhões, está sendo proposto 192 milhões e a questão mais séria, que a própria Malu já colocou, diz respeito aos investimentos. A proposta inicial elaborada pela empresa propunha 65 milhões de investimentos e a proposta que consta, inclusive na documentação distribuída pela Comissão de Finanças, aponta para um valor de apenas oito e meio milhões.

Nós trouxemos um recente acórdão que o Tribunal de Contas do Município votou, as contas da CET relativa ao ano de 98 e nessa parte de investimentos, de um total previsto de oito milhões e 400 mil apenas 819 mil foram gastos, quer dizer, menos que 10%. Desse valor que foi gasto no acórdão do Tribunal de Contas do Município, todo com recursos próprios da CET.

31 Então acho que seria importante estar revendo essa questão relacionada aos investimentos, até para que a gente consiga dar conta dessa questão de redução de número de acidentes, redução de mortes e também realização de campanhas educativas.

O mesmo acórdão do Tribunal de Contas do Município aponta para uma dívida da Emurb com a CET da ordem de aproximadamente quatro milhões de reais, uma parte já havia sido paga e outra não. Então queria saber dos representantes da Secretaria de Transportes com esta



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1127 do pro.
n.º 091 de 1999
Func. 1000

ROD.:P11 FOLHA:3

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:finanças e orçamento

ORADOR:

DATA:18.11.99

esse equacionamento da dívida da Emurb com a CET, que consta do acórdão do Tribunal de Contas do Município.

Outra questão que também vem afligindo os funcionários tanto da CET como da SPTrans é a proposta de fusão das duas empresas. Isso, inclusive, foi objeto de reunião da Comissão de Administração Pública na semana passada, estava sendo discutida a situação da praça Roosevelt, que é uma ameaça de que os funcionários da CET sejam desalojados da Praça Roosevelt em benefício do supermercado do Grupo Pão de Açúcar e a Comissão de Administração Pública já está tomando providências no sentido de preservar a continuidade dos trabalhos da CET na Praça Roosevelt. Nessa oportunidade foi colocada de novo essa dúvida dos servidores com relação à parte dessa possível fusão da CET com a SPTrans, que, inclusive, foi matéria de jornal, no "Diário Popular", numa declaração do Secretário Freitas defendendo essa posição.

A questão dos corredores também, que acho que é um aspecto importante, gostaria que fosse explicado o motivo pelo qual não vem sendo aplicado os recursos dentro do Funcor, se a gente fizer o que foi executado em corredores a gente observa que a execução orçamentária está muito aquém do desejado.

32 Por fim a questão das multas, porque se fala muito e se falou muito, em especial na gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade que havia uma indústria de multas nesta cidade e isso foi objeto, inclusive, da campanha do então candidato a Prefeito Paulo Maluf. Documento distribuído pela Comissão de Finanças aponta que foram arrecadados em multas em 98, 215 milhões, e até 31 de julho de 99, 104 milhões e 600 mil.



Folha n.º 4028 do proc. 491 de 1999
Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:P11 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:finanças e orçamento

ORADOR:

DATA:18.11.99

Então queria saber por parte tanto do representante da Secretaria de Finanças como por parte do representante da Secretaria de Transportes, como vem sendo feito esse equacionamento das multas, esse repasse dos recursos para CET, até porque se nós analisar, o valor arrecadado ...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1

Folha n.º 1139 do processo
n.º 491 de 1999
e funcionário
SABEL P. S. HANASHIRO
Dt. Adm. Geral III

ROD.:P12 FOLHA:1

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:finanças e orçamento

ORADOR:

DATA:18.11

...até porque se formos analisar, o valor arrecadado no ano de 98 foi bem superior ao valor efetivamente gasto com a empresa.

O SR. JOSÉ MENTOR - Tem a palavra o Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE - Vou pedir o auxílio do diretor, Dr. Érico.

O SR. ÉRICO - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, demais componentes da mesa, senhoras e senhores, o meu muito bom-dia. Eu gostaria de falar um pouco sobre o que o representante que esteve aqui agora, porque me falha sobre de onde ele é representante, sobre uma pequena sobre investimentos e expansão.

O que nós havíamos colocado de 65 milhões, que estão falando, não é de investimento. Seria um possível investimento de operações da companhia. O que vem a ser investimento? Quando falamos em investimentos que são dois milhões de reais estamos falando na compra de computadores, estamos falando em reforma de prédios, compra de prédios, coletores de multas, coisas desse tipo. Dos 65 milhões nós estávamos falando em expansão da operação, que seria basicamente aumento de funcionários. Isso, de certa forma, estávamos falando em aumentar em 500 funcionários, S.Exa. o Sr. Prefeito já autorizou esse aumento em 260 funcionários.

34 Como vamos contornar essa situação de não expansão? Nós temos em curso dentro da companhia um grande programa da qualidade, que é reciclar os funcionários, melhorar o conhecimento dos funcionários, enfim, modernizar o nosso corpo de funcionários através da informatização, com isso temos conseguido diminuir o número de trabalho rotineira e de retrabalho, que era algo de 30% à 40%, isso já



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1031. Adm. Geral III

Folha n.º 1130 do proc.
n.º 491 de 1999
Supl. Anário
ISABEL F. S. HAMASHIRO

ROD.:P12 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:finanças e orçamento

ORADOR:

DATA:18.11

diminui bastante, e essa mão-de-obra que era desperdiçada no retrabalho nós estamos aproveitando em outras coisas.

Ainda na expansão estávamos falando desses 65 milhões. Se houvesse expansão certamente haveria aumento de faturamento. De 65 milhões, seis milhões referem-se a impostos. Parte dos 65 milhões iria para a sinalização, estávamos propondo colocar placas Los Angeles, essas azuis, coloridas e iluminadas que estávamos colocando e que nós vamos fazer de outra forma, não é que vamos deixar de fazer, ao invés de fazer a Los Angeles vamos fazer as convencionais e recuperarmos internamente todas as nossas placas.

Quanto à frota. Realmente, falando de investimento, temos um frota envelhecida, mas na medida do possível estamos fazendo. Acabo de autorizar a compra, a abertura de licitação para compra de 40 motocicletas para nossas gerências de trânsito. Na frota veículo propriamente dito nós temos autorização do Conselho de Administração que seria troca de ativo, que seria da Telesp, Telefonica, Telebrás, que tínhamos algo em torno de um bilhão de reais em ações, que íamos vender, com autorização, lógico, do Conselho, para cumpra de viaturas, aí seria troca de ativos, aí seria investimento. Por que não fizemos isso na época oportuna? Quando nós tínhamos um milhão houve o crack da bolsa, baixou isso para 500 mil reais e estamos esperando uma melhor oportunidade. Com isso vamos trocar um pouco da frota.

25
Quanto à questão da Emurb, que foi colocado, nós tínhamos um contrato com Emurb, algo em torno de dois milhões ou dois milhões e meio, mais ou menos, que corrigido dava quatro milhões, desse total hoje a Emurb só nos deve algo em torno de 400 mil ou 500 mil reais



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Adm. Geral III

Folha n.º 1431 de 1999
n.º 491 de 1999
func.ário
ISABEL P. S. HARASHINO

ROD.:P12	FOLHA:3	TAQ.:Marcelo	COMISSÃO:finanças e orçamento
ORADOR:			DATA:18.11

somente, que já está previsto na cronologia de pagamento até o final do ano.

Era o esclarecimento que tinha. Se houve alguma coisa a mais eu estou à disposição.

O SR. JOSÉ MENTOR - Eu chamo para usar a palavra o Sr. Norberto Batista, que representa a Vereadora Ana Maria Quadros.

O SR. NORBERTO BATISTA - Eu tenho várias perguntas a fazer. Não sei se faço todas de uma vez ou vamos por etapas.

O SR. JOSÉ MENTOR - Todas de uma vez e depois a réplica, se for necessário.

O SR. NORBERTO BATISTA - A primeira vez diz respeito à verba. Repito, pela terceira vez vou fazer essa pergunta, a verba do serviço de gerenciamento a São Paulo Transportes, prevista para o ano 2000, que é de 136,4 milhões, em substituição a dois itens: subvenção à São Paulo Transportes, de 23,2 milhões, e gestão do sistema, de oito milhões, ou seja, um total de 31,2 milhões. Portanto, ela teve um aumento de 437%.

36 Por outro lado, ainda com relação a essa pergunta, o representante da Secretaria de Finanças informou que o Secretário de Transportes estava desejando manter na São Paulo Transportes uma assessoria da Secretaria. Agora, a minha pergunta com relação a essa colocação é a seguinte: por que essa assessoria na São Paulo Transportes e não na Secretaria dos Transportes? Isto é para fugir do teto da Prefeitura em termos de salários ou qual é a explicação?

Em relação à explicação que você deu anteriormente, que isso substituiu os subsídios, eu não concordo com isso porque os subsídios



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1032 do proc.
n.º 491 de 19 99
o funcionário
ISABEL M. G. HANASHIRO

ROD.:P12 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:finanças e orçamento

ORADOR:

DATA:18.11

eram pagamentos feitos às empresas de transportes, então isso é uma despesa da São Paulo Transportes, o que é diferente.

A segunda, ainda com relação à São Paulo Transportes é que eu gostaria de saber qual é o sistema de fiscalização que a São Paulo Transportes tem com relação aos ônibus com catraca? Eu pergunto isso porque sei que tem uma fita magnética na caixa que marca e por ali a São Paulo Transportes reembolsa as empresas. Por outro lado, eu sei também que no mercado está cheio de passes

37



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-100f. Adm. Geral III

Folha n.º 1133 do proc.
n.º 491 do 19 93
o 19 Donário Isabel P. S. H. NASHIRO

ROD.: P13 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

... também que no mercado está cheio de passes desmagnetizados porém não picotados, e esses voltam para o mercado e eu não sei por que acontece isso. Eu sei também que tem os passes que a caixinha, a máquina picota e esse bilhete picotado depois volta para o mercado. Inclusive, se você quiser, eu tenho dois aqui para ilustrar. Eu não sei por que isso está na minha mão, porque isso deveria estar inutilizado totalmente.

- Falas fora do microfone.

O SR. - Não, ele não passa mais, mas ele entrou na catraca e saiu para o mercado, voltou para o mercado.

- Falas fora do microfone.

O SR. - Dou, por que não?

- Falas fora do microfone.

38
O SR. - Não, esse aí está picotado, ele passou mas voltou para o mercado, e é trocado - sei lá - por maço de cigarro. Por qualquer coisa, ou vendido, vendido pelos camelôs na porta. Eu mesmo já comprei para pegar o ônibus. Eu não tinha isso aí, comprei na porta onde tinha o ponto de ônibus. Então, eu gostaria de saber qual a fiscalização disso. Aliás, eu sei também que tem empresas, não sei quem e não sei como - me reservo o direito de não dizer -, que, para não ter esse picote e para desmagnetizar, tem um dispositivo que corta o picote porém aceita o tíquete.

E tem mais. Por isso eu perguntei se seria bom fazer as perguntas e ir respondendo. Continuo?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Continua.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1134 do processo n.º 491 de 1999
O funcionário Sr. Geraldo III

ROD.: P13 FOLHA:2	TAQ.: Vianna	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:	DATA: 18.11.1999	

O SR. - Ainda falando sobre a catraca eletrônica,

eu gostaria de saber como é que está isso aí e quem é o grande beneficiário da catraca eletrônica. Sabemos que o cobrador não é beneficiário porque ele está prestes a perder o emprego; só não perdeu ainda por decreto do Prefeito. A população, por outro lado, está com esse problema. Em relação aos ônibus ainda, nós temos o seguinte: hoje a passagem de ônibus é R\$1,15, a chamada social. Todavia, ela foi fixada em R\$ 1,25. Quem comprar o passe, o vale-transporte, paga R\$1,25. Porém, muitas empresas conseguiram liminar e estão pagando R\$1,15. Só que quando as empresas de ônibus vão receber isso da São Paulo Transportes, recebem por R\$1,25. Quem arca, e quanto significa esse valor? Mais uma coisa: na planilha de custos da São Paulo Transportes, quando veio para cá, o custo calculado por passageiro foi R\$1,15. Todavia, na capa, na primeira folha estava R\$1,25. Depois, acho que com a pressão, o aumento percentual era muito alto, qualquer coisa desse tipo, resolveu-se instituir no dia seguinte a tarifa social de R\$1,15. Eu gostaria de uma explicação a respeito disso. O representante falou que serão construídos cinco corredores. Quais serão os corredores, se um pequeno na João Dias está totalmente parado há mais de um ano e até hoje não tem nada que possa se considerar início de obra? Outro aspecto seria em relação ao CET e à indústria de multas a que o rapaz ali muito bem se referiu. Nós sabemos que há empresas privadas que estão explorando a parte de multas e as multas para o ano 2000 representam 4% das receitas próprias do município, que é a verba significativa de 280 milhões. Qual a participação dessas empresas, quanto recebem percentualmente e qual o valor previsto para elas receberem? Ainda em relação à indústria de multas, tenho dois aspectos interessantes com relação a multas, que é um custo social da

39



Folha n.º 1133 de 1999
n.º 491 de 1999
o funcionário Sr. Alex. Geral III

Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: P13 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

população, do meu ponto de vista, gerado por erros tais como: um Gol transitando pela via esquerda de uma avenida e sendo multado por ser considerado veículo pesado - isso é o que estava na multa; outro que diz que uma multa na esquina da Giovani Gronchi com Santo Américo dizendo que ultrapassou pelo canteiro, só que ali não tem canteiro e sim uma entrada, o canteiro tem 100 metros antes. De duas, uma: ou o erro foi na colocação do local ou na colocação do enquadramento. Bom, eu fico por aqui.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Sr. Alexandre, por favor, para as respostas.

O SR. - Sr. Presidente, pela ordem. O nosso amigo Galdino está precisando sair agora, se o senhor permitir.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Sem dúvida. Muito obrigado pela presença.

40
O SR. - Eu vou falar sobre as multas que a CET aplica através dos nossos funcionários "amarelinhos" ou através do fiscalização eletrônica. Temos na cidade de São Paulo algo em torno de 4,8 milhões de veículos; trafegam por dia 3,3 milhões de veículos por dia, numa média de 4 viagens, dando 12 milhões de viagens por dia. Se multiplicarmos isso por 30 ou 20, se quiserem, dias úteis, vamos chegar a 240 milhões de viagens por mês dentro da cidade de São Paulo, e só aplicamos 200 mil multas por mês, aproximadamente.

Eu não acho que há indústria nenhuma... (P14)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 11364 do proc.
n.º 497 de 19 99
funcionário
ISABEL S. HANUSCHNO
Adm. Geral III

ROD.: P14 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

41

Eu não acho que há indústria de multa nenhuma, 75% dos condutores não têm multa na Cidade, 17% têm mais de uma multa e 4% têm mais de duas multas aplicadas. Há um contrato que foi firmado há quatro anos, foi feita uma licitação sobre a exploração dos radares, assim conhecidos, e as empresas que fazem isso têm uma participação hoje de algo em torno de R\$18,00, aproximadamente, cada empresa ganha por multa efetivamente paga. Isso dá uma despesa total para a Companhia de algo em torno de 1 milhão de reais por mês. No que diz respeito ao aspecto multa, é isso. Agora, precisamos ver que, por causa dessa fiscalização mais eficiente, nós conseguimos reduzir as velocidades nos grandes trechos, principalmente nas Marginais, trouxemos a cidade de São Paulo para o Primeiro Mundo. É conhecido pela literatura da engenharia de tráfego que é aceitável em todos os lugares do mundo que um índice respeitável e aceitável são três mortos por cada 10 mil veículos em operação. Na cidade de São Paulo, no último mês de setembro, nós fechamos com 3,2. Ou seja, tivemos 3,2 mortes por 10 mil veículos, e a média mundial aceita são 3 a cada 10 mil. A baixa dessas mortes na cidade de São Paulo acarreta também menos custo social, ou seja, os hospitais estão mais vazios. É só ver a declaração do próprio Hospital das Clínicas que diz que houve diminuição efetiva no setor de traumatologia, liberando leitos. Quanto aos erros apontados, é claro que deve haver erro. Em 200 mil multas ele apontou duas, pode apontar dez, pode apontar mil. Existem as JARIs, que são as Juntas Administrativas de Recursos Interpostas, que o cidadão vai lá e recorre. Se for deferido, ótimo; se for indeferido, ele ainda tem outro recurso que é Detran, em que ele pode fazer o recurso em segunda instância. Se os casos são abusivos, ainda que não forem concedidos, ainda há a justiça. Quer dizer, nós não temos o



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1137 do proc.
n.º 491 de 1999
o funcionário
ISAEL P. S. HANASHIRO
Ct. Adm. Geral III

ROD.: P14 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

menor interesse em multar, não recebemos as multas, não vêm para nós, não é o nosso caso; o nosso caso é fazer engenharia de tráfego. Evidentemente que tem que haver respeito, e essa minoria que está infringindo o Código de Trânsito e está matando gente precisa ser punida de uma forma ou de outra. Então, o termo "indústria de multa" eu não sei se posso concordar com ele. Existem as multas, ela não é indústria, mas ela é aplicada e faz parte do serviço que nós prestamos à população, e esse serviço acarretou em redução substancial de mortes na Cidade, e isso nós precisamos louvar e não tentar botar a culpa de um serviço de multas em indústria de multas etc., de meia dúzia de pessoas que não respeita. Por exemplo: nós não conseguimos até hoje pegar um carro que trafega na noite de São Paulo a 200km por hora, porque ele mascara a placa, faz alguma coisa e a polícia ainda não conseguiu pegar. Esse tipo de coisa que nós temos que ver, o lucro que demos à Cidade reduzindo as mortes, diminuindo o número de deficientes. Obrigado.

O SR.

42 - Eu vou responder as questões do assessor da Vereadora Ana Maria Quadros, mas antes eu queria falar da fusão, que foi perguntado e eu não esclareci. É um tema que sei que inquieta inclusive a Malu. O que foi noticiado foi um primeiro movimento no sentido de pensar a fusão. Só fazendo um relato, eu não era da área de transportes, cheguei há um ano. Na primeira reunião que eu fui, um técnico reconhecido, o Ailton Brasiliense, disse que na opinião dele é um absurdo ter duas empresas, uma de transporte, uma de trânsito, e me cobrou isso. Eu mal tinha chegado e falei: vou analisar. Comecei a pensar a questão que existem duas correntes, uma que entende que transporte e trânsito têm que ser pensados conjuntamente no mesmo órgão, por um mesmo grupo; outra que entende que não é necessário,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1138 do proc.
n.º 491 do 19 99

ROD.: P14 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

podem ser duas empresas. Então, o que houve foi uma discussão, o Secretário Getúlio Hanashiro foi questionado sobre isso, deu uma primeira opinião, porém não existe nenhum projeto em andamento sobre a tal fusão. Eu até brinco com a Malu que vou deixar para o próximo prefeito, vamos ver o que eles determinam fazer. O que existe é um questionamento de ordem técnica. Quando a gente fala em fusão, não é a fusão para diminuir custos, essa onda neoliberal perversa; a idéia é operar junto um e outro, só isso. Mas não existe nada em andamento. Eu sei que os funcionários das duas empresas estão preocupados com isso. O que houve foi um primeiro momento em que se discutiu o assunto, mas não tem nada, a gente pode eventualmente vir a discutir, mas há muitos outros problemas maiores e mais problemáticos do que isso.

43

Em relação à catraca eletrônica, eu não tinha conhecimento dessa fraude apontada pela pessoa, vou levar para a São Paulo Transporte. Inclusive fico surpreso, pois imaginava que o sistema fosse seguro, de certa forma. E por que a catraca eletrônica? Eu sei que as pessoas dizem que a catraca gera desemprego, é algo de certa forma perverso, com o que eu também concordo. A busca do pleno emprego é básico do papel do estado. Mas a gente não pode também deixar de lado as inovações tecnológicas necessárias. Eventualmente, o cobrador dispensado deve ser treinado para ocupar outros postos. A idéia da catraca é dar maior controle sobre o número de passageiros transportados e, de certa forma, diminuir custos. Se aconteceu isso, eu vou levar para a diretoria da São Paulo Transporte tomar as medidas necessárias em relação à catraca.

Em relação à passagem... (Idelci)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 11397 do proc.
n.º 497 de 19 99
o signatário La

ROD.: P-15 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18.11.99

Em relação a passagem, o vale-transporte custa R\$1,25 e o bilhete social custa R\$1,15. Algumas empresas obtiveram liminar - isso até venho acompanhando de perto - mas depois o Tribunal de Justiça revogou a liminar, obrigando-as a pagar R\$1,25. Então, quando a empresa vai comprar o vale-transporte ela paga R\$1,25; eu, pessoa física, quando vou comprar, pago R\$1,15. A idéia é essa. A história da liminar já foi cassada, já foi revogada.

A questão da subvenção, subsídio, aquela questão da rubrica, que o colega levantou pela segunda vez, porque acho que não fui claro, mas agora vim preparado. Atualmente existem duas rubricas. Uma chamada Subvenção à São Paulo Transportes e outra chamada Subsídio ao Sistema.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Pode dar o número das rubricas, por favor?

44
O SR. ALEXANDRE - Pois não. A Subvenção à São Paulo Transportes é 4.004-3212, que foi executada até agora, cerca de 74,3 milhões. A outra rubrica, que é 4003-3212, é denominada Subsídio ao Sistema; não subsídio à tarifa. Foi executada agora, 59,5 milhões. Somando a grosso modo, dá 133 milhões, ou seja, mais ou menos o valor... Então nós pegamos as duas rubricas, juntamos e criamos essa outra que consta do Orçamento, que é Prestação de Serviços pela São Paulo Transportes, da ordem de 136 milhões. Existe uma certa coerência. Pegamos as duas, transformamos em uma só e chamamos de Serviços de Gerenciamento de Transportes. A São Paulo presta um serviço para nós, nós queremos ter um contrato em uma única rubrica. Inclusive o pessoal da São Paulo questiona que existe um espólio, que eles devem carregar de certa forma. Mas isso faz parte do momento que



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1140 do proc.
n.º 497 do 19 92
funcionário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: P-15 FOLHA: 2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18.11.99

houve a transformação da CMTc em São Paulo Transportes, transferiu-se como falei, o ativo e o passivo. Essa é a explicação da junção.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Só um detalhe, pela oportunidade. Na minha primeira indagação, reiterada pelo Norberto: há uma diferenciação de natureza dos recursos. Acho que essa é a questão que está colocada. Subvenção é uma coisa. Gerenciamento, pagamento de serviços é outra. Outro item: subsídio é uma coisa, pagar serviços é outra. Também nesse componente há indagação formulada.

45 O SR. ALEXANDRE - Na minha opinião a denominação existente no Orçamento atualmente é equivocada. Quando falo Subsídio ao Sistema, o que estou fazendo nessa dotação? Estou pagando algumas empresas fornecedoras para manterem os corredores e os terminais. Isso aí é um pagamento a fornecedor, vim a aprender agora. Isso não é subsídio. É um serviço que a São Paulo contrata, de manter os corredores. Poderia fazer ela mesma, só que contrata terceiros. E subvenção à São Paulo é o próprio custo da empresa, ou seja, funcionários, locação do prédio etc. Na opinião atual da Administração isso faz parte de um único custo. A São Paulo poderia eventualmente assumir o Subsídio ao Sistema, ou seja, poderia contratar seguranças para cuidar dos terminais, cuidar da limpeza, mas terceiriza isso. É uma coisa que já existe. Só que a gente entende que é uma coisa só, é um serviço prestado pela São Paulo Transportes.

Em relação aos cinco corredores, não tenho os nomes, não trouxe aqui mas posso mandar.

- Aparte fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE - O pessoal trouxe.

- Aparte fora do microfone.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1141 do pres.
n.º 491 de 19 29
ISABEL P. S. HENASHIRO
Cz. Adm. Geral III

ROD.: P-15 FOLHA:3

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18.11.99

O SR. ALEXANDRE - Os corredores são: Rio Bonito, Guarapiranga, Carvalho Pinto, São João e Pirituba. a construção desses corredores está vinculada inclusive ao empréstimo que a Prefeitura está negociando com o BNDES há certo tempo e parece que vai sair. Até que enfim o BNDES vai cumprir seu papel de banco social.

Acho que respondi todas as questões levantadas.

O SR. _____ - Sr. Presidente, gostaria que o Alexandre repetisse quais os corredores. Ele falou muito depressa não deu para anotar. Guarapiranga, Pirituba...

O SR. ALEXANDRE - Perdão, Vereador. Vou ler novamente: Rio Bonito, Guarapiranga, Carvalho Pinto, São João e Pirituba.

O SR. _____ - Obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Restou uma questão que é o volume de recursos arrecadado com as multas ser inferior à destinação de recursos à CET.

Tem a palavra o Vereador Mohamad Said Mourad.

46
O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Quero aproveitar essa questão. No novo Código de Trânsito, artigo 230: "A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego e de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. Parágrafo único. O percentual de 5% do valor das multas de trânsito arrecadadas, será depositada mensalmente na conta do Fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito".

O SR. ALEXANDRE - A questão da aplicação das multas...



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10. Geral III

Folha n.º 1742 do proc.
497 de 19 99
ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.: P-15 FOLHA: 4	TAQ.: Idelci	COMISSÃO: CFO
ORADOR:	DATA: 18.11.99	

Queria saber, com referência a esse artigo do Código Nacional de Trânsito, se está sendo efetivamente cumprido e quais são os valores.

47



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1143 do proc.
n.º 491 do 1932
e fl. Diário
MASHIRO
1.º. Adm. Geral III

ROD.: P16 FOLHA:1

TAQ.: Regina

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18-11

A questão da aplicação das multas, da aplicação das regras de trânsito, acho que o Godinho pode me ajudar, mas acho que o entendimento é que engenharia de trânsito é algo mais amplo do que simplesmente o gasto com a CET. Temos gastos com o SPTrans, que faz parte da engenharia de trânsito e temos outros gastos. Eu não tenho esse detalhamento. Em relação à questão do Funcet, que é o fundo dos 5% destinados à educação de trânsito, que é fundo federal, o que ocorre é que o Denatran, órgão federal que cuida do trânsito, ainda não regulamentou, tem alguns problemas internos quanto a isso. Enquanto não houver a regulamentação, São Paulo se reserva o direito de deixar o dinheiro nos cofres municipais, posteriormente o dinheiro vai para lá. A idéia do fundo é que o dinheiro vá para lá e depois seja distribuído. Nós da Secretaria, como técnico de transporte, temos como objetivo que o dinheiro volte para São Paulo, a idéia de pagar ao Funcet(?) e que o dinheiro vá para outro município, não nos agrada.

98 O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Completando, gostaria de saber quanto tem de disponibilidade a aonde estão os recursos, se está sendo utilizado ou não pela Prefeitura? O que queria dizer é que nos valores das multas, no IPVA, também temos uma parcela de 1,5 bilhão que é a parcela que fica no Município de São Paulo. Como é que fica esse dinheiro, vai para um fundo? É distribuído? Essa é a parte do trânsito, temos o nosso trânsito que é muito grande, temos os automóveis, as multas dos mesmos, e a segurança do trânsito, temos a parcela do IPVA e não sei se há alguma parcela do seguro obrigatório que fica para o Município de São Paulo. Seria uma receita e gostaríamos de saber como é que ela é trabalhada, ou na Secretaria dos Transportes ou na Secretaria das Finanças.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 12194 do pres.

n.º 497 do 19 39

19 39

19 39

19 39

ROD.: P16 FOLHA: 2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18-11

O SR. - A questão do IPVA é estadual e uma quota-parte é transferida para o Município de São Paulo, que pelos meus conhecimentos, eu não sei a porcentagem, até o Godinho pode dar explicação melhor, porque pelos meus conhecimentos financeiros, isto entra no caixa da Prefeitura e não tem obrigatoriedade de ser usado no transporte. É imposto arrecadado, é imposto que pelo próprio Código Tributário não pode ter destinação específica, entra no caixa e pode ser usado em diversas áreas. Não é isso Godinho.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra o Dr. Godinho.

O SR. GODINHO - Veja bem, a colocação do Sr. Alexandre é pertinente, é assim que funciona mesmo. A arrecadação entra para receita própria da Prefeitura e é gasto com todas as despesas da Prefeitura, o dinheiro não é carimbado. Ele se dilui nas despesas gerais da Prefeitura.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Em relação às multas, a informação é de que não é só o CET que recebe os recursos porque a engenharia de tráfego tem outras empresas(?)

O SR. GODINHO - Veja bem, esse recurso se dilui na Secretaria dos Transportes como um todo, não especificamente na CET. Talvez a CET tenha uma participação maior, mas não tenho controle desse percentual, mas é todo voltado à Secretaria dos Transportes.

49
O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra o Sr. José Borges, do gabinete do Vereador Devanir Ribeiro. (Pausa) Um minutinho só. É réplica? (Pausa)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1143 de 1143
n.º 297 de 1999
o furo de 1999
Sinal M

ROD.: P16 FOLHA:3

TAQ.: Regina

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18-11

O SR. - Com relação a pergunta que tinha feito, referente às multas ficou faltando ainda uma resposta sobre: quais as empresas que estão credenciadas ou que fazem parte do sistema de multas privatizadas, vamos dizer assim? Agora, com relação ao problema de gerenciamento e dos dados que você citou, diria o seguinte: subsídio ao transporte coletivo tinha uma verba de 40 milhões em 99 e até agora foram gastos 96, como está nessa relação. Subsídio a tarifa, tinha 40 e foram gastos 140, o que não bate com os números que você citou. Na realidade foram gastos 236 milhões e isso até 31 de outubro. Agora, ...(Pausa) Como? Com relação ao subsídio ao transporte coletivo, você disse um número que não me recordo qual, que estava previsto no Orçamento 40 e foram gastos 95,7. Com relação ao subsídio à tarifa, estavam previstos 40 e foram gastos 140, num total de 236 milhões só nesses dois itens, independente da parte de gerenciamento, gestão de sistema, subvenção da São Paulo Transportes, etcétera. Você também disse anteriormente que aqueles 180 milhões, que estavam na dívida da São Paulo Transportes, se referia, imagino eu, a subsídios não pagos. É isso? Sendo assim, temos um total de subsídios pagos de 236 mais 180, o que dá 400 milhões em subsídios nesse período, o que corresponde a sei lá, mil e não sei quantos reais por dia, o que é um negócio bastante vantajado. Isso independente daquela parte de gerenciamento, de subvenção à São Paulo Transportes para operacionalidade, gestão do sistema, aposentadoria complementar, etcétera, que é outra parte e não dá para confundir as duas. É isso.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Muito bem. Sr. Alexandre, por favor.

O SR. ALEXANDRE - Acho que a questão do...(Pausa)

50



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1146 do proc.
n.º 491 de 1999
funcionário

ROD.: P16 FOLHA:4

TAQ.: Regina

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18-11

O SR. - O senhor quer saber o nome das empresas que ganharam as concorrências para prestar serviço de radar, é isso que o senhor perguntou? (Pausa) Não, não é que ninguém sabe, se foi concorrência pública, todo mundo sabe. O nome delas, eu não sei o nome completo...

51



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 147 do pres.
n.º 491 de 1999
funcionário
ISS-SP
Ass. Adm. Geral III

ROD.: P17 FOLHA:1

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 18-11

É que ninguém sabe. Se foi uma concorrência pública, todo mundo sabe. O nome delas, completo, não sei, mas posso dar o "logo" delas: Consladel, Inepar e Engebrás. São três empresas. Não tenho o nome completo nem a forma pela qual estão consorciadas, se é que estão, mas posso depois passar isso, se for o caso, com mais detalhes.

O SR. JOSÉ MENTOR - A questão ainda do gerenciamento, que está colocada...

O SR. GODINHO - Só quero me dirigir ao Alexandre, sobre a questão da Vereadora Ana Maria Quadros. Ele está fazendo uma confusão, em minha opinião, sobre o que é subsídio à tarifa e ao sistema. Subsídio à tarifa é aquela diferença que a gente paga no preço da passagem, que o Alexandre já explicou e que, se ele olhar no orçamento para 2000, vai ver que tem 1 milhão, perto dos 140 que ele colocou. E o Alexandre já explicou, no início de sua explanação, que esse sistema foi mudado e nós não iremos pagar mais esse subsídio à tarifa. Tem de ficar bem claro isso: a tarifa é uma coisa e o sistema é outro. Depois, o dr. Alexandre irá explicar o que é, como é que funciona o sistema. Então, ele não pode somar, extrapolar esses valores jogando tudo nessa atividade nova que é a 40.23, relativa a serviço de gerenciamento de transporte da SPTrans. Esses 140 não estão dentro desse serviço que vai ser contratado: gerenciamento da São Paulo Transportes. Isso vai cair, vai estar fora, não está mais no sistema. E acho que isso é um ganho muito grande da Prefeitura, acho que é uma posição muito acertada, pois esse dinheiro que a gente gastou nessa... Não sou ninguém para colocar isso, mas vou agora falar não como técnico, mas como população. Acho que poderíamos ter investido isso em mutirões, entre aspas, em vez de pagar o subsídio à tarifa. Acho que é... Não sei, a política existiu até hoje e não posso falar nada. Mas,

52



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-P6

Folha n.º 1143 do pres.
n.º 491 de 19 99
o funcionário
ISABEL C. M. MASHIRO
Adm. Geral III

ROD.: P17 FOLHA:2

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 18-11

a partir do ano que vem ela não vai existir mais. Então, esses 140 milhões que estão aqui, gastos, "subsídio à tarifa", é uma coisa. Agora, a Secretaria dos Transportes... Já defendi uma vez aqui, na primeira explanação que tivemos, que o atual Secretário quer fazer um gerenciamento da Secretaria. O dr. Alexandre pode explicar melhor essa minha colocação. Então, ele juntou três atividades - o colega disse duas, mas na verdade são três -: gestão do sistema de transporte, subvenção e subsídio ao sistema; juntou essas três atividades e vai fazer um contrato de gerenciamento, como ele já tão bem explicou e colocou para a Mesa. Era isso que eu queria...

O SR. JOSÉ MENTOR - Essa gestão, qual é o item?

O SR. GODINHO - É o 40.42: gestão ao sistema de transporte. É, então, isso é pequeno, por isto é que estou falando... Na verdade, essa que seria a grande... onde caberia o "contratão" da São Paulo Transportes, o gerenciamento do sistema de transporte. Mas eles houveram por bem criar essa atividade de serviço de gerenciamento do sistema de transporte para o exercício de 2000. Então, elas englobam esses três valores...

O SR. JOSÉ MENTOR - Mas, Godinho, veja só uma coisa: o orçado para esses três itens - é o que eu tinha feito com dois, o senhor havia dito que são três - são 71 milhões, orçados em 99. O efetivamente gasto, 170 milhões. E o previsto para 2000, 136. Esses são os itens que o senhor acabou de falar para nós.

O SR. GODINHO- Sim. É porque dentro da subvenção a São Paulo Transportes tem aquela parte que eles pagam aquela dívida, como o dr. Alexandre colocou; incorporou ativo e passivo e tem uma parte, aí, dos aposentados. Não é isso, Alexandre?



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10M, Adm. Geral III

Folha n.º 491 do preb
491 de 1999
ISAEL P. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.: P17 FOLHA:3

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 18-11

O SR. ALEXANDRE - As decisões judiciais, trabalhistas, parece que são quatro milhões ao mês.

O SR. GODINHO - Então, elas vêm surgindo e é uma coisa que não está prevista no orçamento porque não temos conhecimento. E isso vem gerar uma pressão orçamentária e a despesa vai ...Então, achamos que nesse orçamento de transporte para 2000 também, talvez, ocorra alguma pressão. Mas esse número que está aí, projetado, é sem o subsídio à tarifa. Se vocês olharem mais ou menos e somarem, é mais ou menos o que vem mantendo a média de gasto da Secretaria nos últimos anos.

O SR. JOSÉ MENTOR - Minha pergunta é a seguinte: por que não reduzimos, então - só para entender direito - cerca de 35, 40 milhões? Os três itens que foram colocados aqui, efetivamente gastos, executados, 66 e pouco, 95 e pouco e os 2,5 e pouco, porque esses três, juntos, reduzem para 136? Por que 170, mais ou menos, são reduzidos para 136, se é a mesma coisa?

O SR. GODINHO - Essa execução do presente ano é em função desses gastos inesperados e pretendemos, ano que vem, gerenciar, de forma mais eficaz...

54
O SR. JOSÉ MENTOR - Um instante, para que eu possa entender. Subvenção à São Paulo Transportes: orçado 23.2; executado 66.2. É isso? Depois: subsídio ao sistema de transporte - como o dr. Godinho já havia notado essa diferença -: orçado, 40; gasto, 95.7, que dá 160 milhões. Orçado na gestão de sistema de transporte, 8 milhões; gasto, 2.2. Então, são 162.5 que foram gastos, efetivamente, em 99. Para que? Para os serviços de gerenciamento de transporte da SPTrans. Por que está reduzindo para 136?

O SR. GODINHO - O ano passado, quando cheguei lá, o orçamento já estava em andamento. Então, não sei o porquê desses valores de 140



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-Adm. Geral III

Folha n.º 1150 do proc.
n.º 497 de 1999
F. DEL. S. NAKASHIRO

ROD.: P17 FOLHA:4

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 18-11

milhões ou valores abaixo, que não correspondem à realidade ou não se aproximam da realidade de 160 milhões....

JS



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 1157 do proc.
n.º 491 de 1999
Func. 1013
ISABEL P. S. HANASHIRO
Tol. Adm. Geral III

ROD.: P18 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

... valores abaixo que não correspondem à realidade, não se aproximam da realidade de 160 milhões executados até agora.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tudo bem. O que já foi gasto, eu estou falando de 31.10. Nós vamos aí para 60 milhões. Deve ter motivos palpáveis para reduzir 60 milhões no gerenciamento, não é uma coisa que estala o dedo e reduz. Eu queria saber quais os motivos que reduziram as três dotações em cerca de 60 milhões.

O SR. - De 160 para 136?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - É, de 190 para 140.

O SR. - A idéia é tentar melhorar o gerenciamento, internamente cortar custos, locação de imóveis que eventualmente podem ser caros, diminuir isso, e outras medidas de ordem administrativa. É um projeto, tanto que no orçamento (ininteligível) a gente tem uma meta a ser trabalhada.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Como nós estamos esperando aqui, também. Veja só, o orçado aqui foi tão irreal quanto o orçado em 99, Foi irreal, 22 para 66 são três vezes, 40 para 95 é o dobro, 8 para 2,5 é irreal pelo inverso.

O SR. - Mas hoje em dia, acho que 136 para 160 é um orçamento real ou próximo...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Desde que (ininteligível) aumentar para 200.

O SR. - Aí eu não posso fazer esse exercício de futurologia.

56



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10¹dm. Geral III

Folha n.º 1152 do proc.
n.º 491 de 1999
TSABEL F. S. HAYASHIRO
FUGU D. B. B. 10

ROD.: P18 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Está bom. Vamos chamar para usar a palavra o Sr. José Borges, pela última...

- Falas fora do microfone.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Está em ordem aqui e para todos eu dei direito à réplica e aqui é uma tréplica.

O SR. - O problema é o seguinte: eu quero só... O Godinho falou que precisa entender bem a diferença entre tarifa e subsídio, subsídio da tarifa, subsídio do sistema. Eu queria informar ao Godinho que o subsídio da tarifa, isso aí já há vários anos que existe, senão me falha a memória, desde 89 ou 90. No entanto, a rubrica subsídio à tarifa foi implantada em 98. Quer dizer, primeiro o que existia era subsídio ao transporte coletivo. Então, é uma questão de dar nomes. Você está equivocado.

O SR. - Eu não estou equivocado, não.

O SR. - Eu sei muito bem o que é um e o que é outro. A única coisa é que não tem explicação coerente para o que é um e o que é outro. Só isso.

57
O SR. - Olha, a explicação existe, Sr. Presidente. Tanto existe que está aprovada no Orçamento. A Secretaria percebeu que isso estava dando algum problema e pediu para separar, tanto é que existem duas atividades, ao sistema e à tarifa. Eles perceberam que na execução eles estavam sentindo algum problema e pediram para separar isso aí. Estava dando problema de gestão lá na empresa, na Secretaria, então eles pediram para separar mesmo. Por isso foram criadas duas atividades, dos últimos dois anos para cá, disso aí, para acertar, entendeu? Era esse o problema. Então, a gente já detectou um problema



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 2153 do pres.
491 de 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO
C. Adm. Geral III

ROD.: P18 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

anterior e está tentando acertar. A gente não quer complicar, a gente quer acertar mesmo, então foi criado. Agora, com esse orçamento projetado de 136 milhões, Sr. Presidente, isso é uma racionalização que a Secretaria espera alcançar fazendo esse gerenciamento desse contrato com a São Paulo Transporte. É uma racionalização, por isso que há uma expectativa de realmente diminuir essas despesas. É nesse sentido que o Alexandre está... o Getúlio, o Secretário Getúlio Hanashiro, representado aqui pelo Alexandre, tem... no sentimento, na gestão da Secretaria, é alcançar esses objetivos.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra o Sr. José Borges, da assessoria do Vereador Devanir Ribeiro.

58
O SR. JOSÉ BORGES - Boa tarde a todos. Primeiro, lamentar a ausência do Secretário de Transportes e do Presidente da São Paulo Transportes. Com certeza, muitas das dúvidas e das ausências de respostas convincentes não existiriam. Acho que as respostas não estão sendo objetivamente dadas, a gente continua com sérias dúvidas e cada vez que vocês tentam explicar mais confuso fica. Mas quero ressaltar alguns pontos. Tem vários pontos, mas em função do tempo a gente vai fixar em dois pontos apenas. O problema da tarifa: o que aconteceu com a tarifa de ônibus na cidade de São Paulo nesses dois governos, Maluf e Pitta? Na verdade são governos de uma mesma família, porque os mesmos administradores permaneceram na gestão do transporte ao longo desses quase oito anos. Maluf assumiu o governo de São Paulo em 93 e a tarifa, em dezembro de 92, equivalia a R\$0,40 de hoje. Deflacionando pelo IPC-FIPE, você vai encontrar o valor da tarifa em R\$0,40, valores de dezembro de 92. Maluf entra em 93 e pratica o maior tarifaço que já se viu na Cidade, em termos de repasse de custo de transporte para o



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 11844 do processo nº 491 de 1999
Isabel P. S. Hanashiro
Of. Adm. Geral III

ROD.: P18 FOLHA: 4

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

usuário. As finalidades dele a gente sabe, foi evitar que o subsídio público fosse comprometido no abrandamento do impacto da tarifa no orçamento das pessoas que usam o transporte, evidentemente usando esse dinheiro em outras atividades. Esse tarifaço, praticado pelo Maluf ao longo dos seus quatro anos de governo, ele entregou ao governo Pitta em 96 com a tarifa duplicada, o valor real da tarifa. As pessoas que pagavam uma tarifa só em dezembro de 92 estavam pagando, no final do governo Maluf, duas tarifas de ônibus para andar a mesma coisa que andavam em dezembro de 92. O governo Pitta continuou essa política de reajustes tarifários acima do valor... acima da inflação, chegando agora, em janeiro de 99, acumulando o período desses dois governos, em 188% acima do valor real da tarifa que vigia em dezembro de 92. Portanto, o Maluf duplicou a tarifa e o Pitta quase triplicou a tarifa, se a gente tomar como base dezembro de 92.

Além disso, além de impor... (P19)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 497 do processo 178-3
1999
ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.: P19 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

Além disso, além de impor aos usuários de ônibus essa perversidade, ele fez com que mexesse no perfil da demanda. Ao aumentar o valor da tarifa acima da capacidade de absorção dos usuários, ele provoca uma queda da demanda, é evidente. O produto passou a ser um produto elásticos, ele é muito sensível à alteração de preço. O que aconteceu? As pessoas passaram a deixar... Um dos motivos, também. E aí a necessidade de subsídio aumenta, porque o contrato é pelo custo, o pagamento é pelo custo; então você tem de aportar mas recursos para cobrir a ausência de demanda produzida por uma política maluca, doida. Na verdade, a gente tem que verificar um pouco essa história, o que aconteceu com a tarifa, e verificar o que estão querendo fazer agora. Muitas perguntas que não foram respondidas a gente sabe quais as respostas. Por exemplo, os 136 milhões orçados agora para uma dotação específica, centralizada, de gestão, do ponto de vista conceitual é correto. Só que os 136 milhões vão servir para pagar a administração dos terminais. Hoje, a Socican(?), que é uma empresa que administra seis terminais de ônibus de transferência, recebe 8 milhões por mês para administrar seis terminais, e aqui estão os nomes dos terminais que a Socican administra, só para dar uma idéia da dimensão dessa questão. A Socican administra os terminais Bandeira, Capelinha, Dom Pedro II, Princesa Isabel, Santo Amaro e Cidade Tiradentes. Por esses seis terminais ela recebe 8 milhões. Esta verba que é gasta está incluída no provisionamento dos 136 milhões, que deve dar em torno de 90 milhões por ano só para administrar os terminais. Ou seja, dos 136 milhões, 90 serão retirados, se a Socican continuar administrando só esses seis. Se aumentar para os demais terminais - a tendência agora é transferir a administração dos terminais para as empresas privadas, talvez a Socican ganhe - a despesa será mais de 90

60



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 11/56 - do pre
n.º 491 de 10 99
o V.º Jônã
ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.: P19 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

61

milhões. Do ponto de vista do subsídio, o subsídio é retirado, o subsídio não está na dotação de gestão. Por quê? Porque o Prefeito está pretendendo, agora em janeiro, fazer um novo tipo de contratação, que é a concessão do serviço de transportes para a empresa; portanto, não vai ter subsídio mais. O subsídio hoje, que é responsável pelo abrandamento de, em média, 15% do valor da tarifa, vai ser retirado e esse valor será coberto pelo passageiro, o passageiro vai ter de pagar 15% a mais na tarifa por conta desse novo modelo de contratação que será implementado pela Prefeitura de São Paulo, a partir de janeiro, em 70% dos contratos existentes hoje. Quer dizer, está clara a intenção da administração pública em transferir para o passageiro o ônus do custo do transporte. Essa é uma inversão de prioridade que ao longo desses oito anos foi se consolidando e agora a gente vê a possibilidade concreta de se consagrar a idéia de transferir todo o custo do transporte para o passageiro. É uma política, equivocada, mas é uma política. Outro aspecto que eu gostaria que fosse respondido diz respeito ao pagamento, á remuneração das empresas de ônibus do sistema trolebus . A gente sabe que os trolebus, os carros, os veículos trolebus são a chamada frota pública. Os trolebus eram de propriedade da CMTC e foram repassados para as empresas que sucederam a CMTC, que é a Viação Santo Amaro, Eletrobus e Transbraçal. Essas empresas fizeram a reforma dos ônibus com dinheiro público, cada ônibus foi reformado por, em média, 129 mil reais. Esses ônibus elétricos que estão circulando são da frota pública e foram reformados com dinheiro público, 129 mil reais. Essas empresas, portanto, não tiveram dispêndio de investimento de capital para operar o sistema. Essas empresas recebem, por ônibus, em torno de 15 mil reais por mês, o último levantamento de agosto de 99. As demais empresas que são



Folha n.º 491 do processo 1154
n.º 1299
func. 10
ISABEL F. S. HARASHINO
Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Com. Geral III

ROD.: P19 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.11.1999

proprietárias dos seus veículos recebem em torno de 10 mil reais. Ou seja, há um diferencial de 50% pago às empresas que operam a frota pública, que não é delas a frota pública, e não têm despesa nenhuma. Eu acho que a gente precisa responder essas questões com mais clareza e tem que mandar as pessoas corretas para dar essas respostas. Apesar de toda a competência do Alexandre, na verdade a gente precisa de respostas concretas. Obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE MOTONAGA - Vou tentar responder às indagações bem fundamentadas do Borges, assumindo um lado técnico e um lado pessoal. Primeiro, a questão da tarifa, que ele diz que houve um aumento de xis por cento. Eu até tenho conhecimento disso, porque no segundo semestre de 92 havia uma inflação galopante. Nesse período, o então governo manteve a inflação com os índices de aumento bem abaixo da inflação. Então, em função de outros motivos, segurou-se a tarifa até dezembro de 92, apesar de a inflação do período ter sido alta. Então, havia uma defasagem muito grande. Eu não estou defendendo o governo seguinte, longe disso. Acho que houve uma decisão da época, mas a questão é que a tarifa estava defasada. Eu devo ter em casa os índices do segundo semestre de 92, da inflação, e eu tenho o aumento da tarifa. Houve um aperto e isso aí teve de ser recuperado. A tarifa hoje em dia talvez seja cara, onere realmente as classes mais pobres, mas de certa forma representa o real valor dela. Em relação ao subsídio, como a gente já discutiu, com o atual sistema da municipalização você paga pelo quilômetro rodado,

então o empresário recebe um fixo... (Denise)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1138 do pres
497 do 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO
f. Adm. Geral III

ROD.:P20 FOLHA:1

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-11-99

Então, o empresário recebe um fixo e o caixa do que é arrecadado é complementado pela Prefeitura. É o tal subsídio. O subsídio em si não é ruim, porém no atual modelo, você está subsidiando de certa forma os empresários de ônibus, porque esses 180 milhões de dívida, quando se excederem não irão para a população, vai para o caixa deles. O que pode existir eventualmente e até propugno isso, seria um subsídio ao usuário, ou seja, se eu não tenho as condições financeiras necessárias, pertenço a uma classe menos favorecida, quando eu for comprar a passagem, eu terei o subsídio para pagar menos por essa passagem. E não seria um subsídio nos atuais moldes, porque de certa forma é perversa.

Então, a questão do subsídio, a meu ver, deve enfocado de outra forma, subsidiar o usuário e não as empresas de ônibus. É o que aconteceu, foi o modelo tentado. Na época era um modelo sério que procurava atender e minimizar um pouco essa população tão sofrida. Mas é impossível mantê-lo. Estamos tentando reformular o sistema, deixar de ser tão custoso, deixar de enriquecer os empresários e preservar o dinheiro público um pouco na mão. Eventualmente, em outra gestão ou nessa, podem dar esse subsídio para beneficiar o usuário. Acho que esse ponto é importante.

62 Em relação aos gastos dos 136 milhões, até o Borges levantou, exemplificou a Sucican (?) que o gasto mensal é mais ou menos 780 mil. Também acho um dado exagerado, chegamos a cogitar na Secretaria de dispensar duas empresas de segurança e colocar guardas municipais, por ser mais barato. Iríamos deixar de enriquecer esse pessoal, mas não sei se a Guarda Municipal está em condições de operar isso. E também tem a questão do contrato e as ações de indenização. É algo



ROD.:P20	FOLHA:2	TAQ.:Denise	COMISSÃO:CFO
ORADOR:			DATA:18-11-99

complicado. Acho que rever os contratos, abaixar os custos é algo primordial, ou até mesmo colocar guardas municipais. Fazer concurso, contratar esse pessoal, treiná-los para essa atividade. Não é algo que descarto, mas no momento, as condições objetivas não permitem fazê-lo.

O gasto com trólebus é alto e o Secretário está pensando em rever isso. Também acho que o gasto com a reforma dos trólebus é sem propósito, mas isso não aconteceu agora. Isso aconteceu em outras gestões, apesar de não ter concordado, ocorreu. A questão dos trólebus é algo custoso para o município e deve ser revisto, mas no momento certo. Agora estamos revendo a questão do novo modelo. Esse modelo vai o tal efeito "ensardinamento"? Pode de certa forma, temos de incrementá-lo e tentar mudar as condições. Tentei responder os três pontos.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Réplica? Chamo a Sra. Madalena Matos, do gabinete do Vereador Celso Cardoso.

A SRA. MADALENA MATOS - Bom dia, Srs. Vereadores, acho essa questão está pertinente ao Dr. Alexandre. Acabamos de falar em tarifa e vou bater nessa mesma tecla para saber se está no orçamento, além das tarifas, tenho três questões. Escrevi para não perder o raciocínio.

64
Gostaria de saber quais as medidas de fiscalização que a Secretaria está tomando em relação aos perueiros? Acho que é um grande problema para a Cidade, pois agem livremente em São Paulo. Recentemente, não me lembro bem se neste ano, só o metrô Itaquera tem uma circulação enorme de perueiros, que trabalham livremente e não tenho visto fiscalização naquele local. Vi poucas vezes, posso contá-los.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º *1060* do proc.
n.º *497* do 19*99*
TABEL P. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:P20 FOLHA:3

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-11-99

Outro ponto seria a questão da segurança. Este ano, presenciei a confusão de três crimes na região do metrô de Itaquera, entre os perueiros mesmo. E recentemente a TV Globo e outros jornais divulgaram que quem comanda os pontos de lotação, as próprias peruas porque muitas são alugadas, os donos de peruas colocam perueiros menores para dirigir os carros, vi que esses comandos são de policiais, inclusive da Polícia Militar. Gostaria de saber quais as medidas estão sendo tomadas em relação a essa questão dos perueiros agirem livremente e a população sendo prejudicada com os tumultos, atrasos no trânsito, mais congestionamentos do que já sofremos. Gostaria de saber da fiscalização da Secretaria.

Outra questão: o senhor falou em baratear custos sobre o projeto ATENDE; dos trólebus, da reforma dos ônibus. Gostaria de saber do custo para baratear a passagem. Por exemplo, antigamente, quando não havia as instalações do metrô, tinha um ônibus que saía da Coohab José Bonifácio em Artur Alvim e vinha até o Parque D. Pedro. Deve ser um percurso com cerca de 26 quilômetros. Hoje, tem um ônibus que vai até o metrô Itaquera, deve ser um média de 10 quilômetros. É uma sugestão: por que não baratear esse custo também para o passageiro? Em vez de ser R\$1,15, pelo menos a metade da passagem.

65 Prestei atenção às colocações da Maria Luiza a respeito da sobrecarga de funcionários doentes e uma série de outras coisas.....Márcia.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 176/A do proc.
n.º 491 do 19 99
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral

ROD.:P21 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18-11

...uma série de outras coisas em relação ao serviço operacional da cidade. Em relação a tudo isso, eu queria saber sobre os que moram na periferia, que são os mais prejudicados.

Outra questão sobre a violência, uma das grandes preocupações da cidade, é a questão do protesto dos motoristas de ônibus que nós vemos constantemente na periferia. Na semana passada, vi um pela televisão, há uns 15 ou 20 dias também, e isso tem sido com frequência, principalmente na zona Leste e na Sul. Gostaria de saber que providências estão sendo tomadas para o orçamento de 2000, se há uma proposta de instalação de câmaras dentro dos ônibus porque acho que é uma questão que tem que ser abordada, porque afinal vivemos na maior cidade do País.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Muito obrigado. Indago se há alguma inscrição; enquanto o Secretário responde passaremos ao encerramento das inscrições. O Chefe de Gabinete.

O SR. - Essa questão do CET ...

66
O SR. - O que a dra. Maria Luiza falou sobre o problema dos estresse dos nossos funcionários já está de certa forma respondido. Nós estamos diminuindo o estresse deles de trabalhos manuais e informatizando toda parte que é possível, e vai ser neutralizada também, que ela falou que há uma sobrecarga de trabalho. Então estamos contratando mais 260 funcionários, até o final do ano já estarão trabalhando. Existem também duas comissões formadas por mim, trabalhando na readaptação, e nesse trabalho, da qual a Dra. Malu também participa para vermos tudo isso. Então, na parte de funcionário e de recursos humanos dentro da companhia, posso dizer com tranquilidade que estamos extremamente preocupados com o crescimento



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10M. Ass. Geral III

Folha n.º 497 do processo n.º 11023 do precatório
funcionário
FABRIL C. NASHIRO

ROD.:P21 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18-11

do ser humano, não só na parte física mas principalmente na parte intelectual, promovendo cursos, reciclando todos os funcionários em todos os ambientes. Há um comitê chamado Comitê Interfuncional do Crescimento do Ser Humano, do qual sou presidente, e estamos realmente bastante preocupados com isso. De certa forma, já há um alívio do estresse a que a Malu se referiu. É claro que não está resolvido. Isso não se resolve em tão pouco tempo. Mas temos todo um programa que é bastante ambicioso, e eu aguardo inclusive o resultado da comissão em que ela participa para implementarmos mais medidas de que estamos necessitando. Obrigado.

O SR. - Bem, a questão dos perueiros é uma questão muito pertinente. É necessário fazer uma colocação inicial. Existe dois tipos, aquele que foi despedido, recebeu o Fundo de Garantia e com esse dinheiro comprou uma peruá para manter sua família; por outro lado, já existe uma porcentagem de pessoas que se tornaram microempresário das peruas, têm dez peruas, são donos da linha, etc. Temos de fazer essa distinção.

67 Em segundo lugar, esta Casa deu um passo importante ao aprovar a nova lei dos perueiros, dando-nos instrumento para regulamentar essa categoria. A regulamentação é importante porque há medida em que existem os ilegais, em que existe a ausência do Estado, o que impera é a máfia. E a máfia é o que está fora da organização formal da sociedade. Portanto é importante o Estado estar regulamentando, como ente, essa categoria. À medida que há regulamentação podemos controlar melhor e integrá-lo a todo o sistema. E com a aprovação da lei nós temos instrumento para efetivamente combater os ilegais, os que desrespeitam a lei. Quem tem feito isso são os fiscais da São Paulo



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1163 do proc.
n.º 491 de 1999
O Tabelião
ISABEL S. H. MACHADO
Of. Adm. Geral III

ROD.:P21 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18-11

Transportes, os guardas municipais e a Polícia Militar. Sei que você vai dizer: Mas eu já presenciei perueiros em locais em que não havia fiscalização. É fato. A cidade de São Paulo, com uma estimativa de 20 mil perueiros rodando por aí, torna de certa forma impossível fazer um controle maior com um efetivo pequeno. Porém, com a regulamentação podemos contar com apoio das outras instituições nesse combate. Então a regulamentação é importante, e vamos intensificar a fiscalização da São Paulo Transportes com a guarda municipal e agora com o apoio da PM.

Se existe algum caso de PM que controla alguma linha, isso é um caso eventual; a Polícia Militar tem um comportamento exemplar; são um ou dois elementos que devem estar lá. Então, a idéia é intensificar a fiscalização para São Paulo com esse apoio.

68 A questão da segurança do motorista de ônibus, que têm feito vários protestos. Os dois casos estão ligados com a questão da segurança, eu poderia falar que é competência do Estado, não nossa. Mas acho, como administrador público, que o munícipe é que deve contribuir nesse sentido também. Estão sendo feitas algumas reuniões com técnicos da São Paulo e da Secretaria com o Ministério Público, objetivando adotar algumas medidas para diminuir a violência contra os motoristas. A primeira idéia que surgiu é colocar uma sirena em cima do ônibus; à medida em que ocorrer algum assalto o motorista acionaria, a luz apareceria e os colegas veriam e acionariam o poder policial. Existe um trabalho conjunto com o Ministério Público, São Paulo Transportes e Secretaria, no sentido de encontrar medidas não repressivas, porque não temos esse poder, mas que visem a evitar a ocorrência da violência.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1164 de proc
n.º 491 de 1991
TEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:P21 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18-11

SEI QUE É UM QUADRO...



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1105 do pro-
p.º 1191 de 1971
O Secretário
RUBEN S. TANAKASHIRO
Dir. Adm. Geral III

ROD. P-22: FOLHA:1

TAQ. Idelci:

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18.11

Sei que é um quadro que está-se agravando, mas é uma agravamento de ordem nacional, por outros motivos, em função da recessão e do desespero de algumas famílias e da questão de que nos tempos atuais os valores estão invertidos. A violência não é só devida à pobreza; há outros motivos, também. Acho que é isso.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - As medidas para baratear tarifas.

O SR. _____ - Poderíamos dizer que a catraca eletrônica poderia baratear as tarifas. Mas, à medida que a gente consiga não aumentar as tarifas, apesar de a inflação estar voltando, conseguiremos baratear, de alguma forma. Nesse sentido, se conseguirmos acabar com o subsídio ao empresário de ônibus, a Prefeitura vai ter fôlego maior para manter as tarifas nos níveis atuais.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Esta afirmação do José Borges, de que o fim do subsídio e alteração do sistema poderá acarretar um acréscimo de 15% no preço da passagem a partir de janeiro é real?

O SR. _____ - Não tenho esse dado técnico, não posso responder.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Vamos dizer assim: a possibilidade de aumento é real?

70
O SR. _____ - A idéia é não aumentar, manter nos atuais níveis. É claro que há uma pressão violenta dos empresários na defesa de sua classe. Mas acho que a Secretaria do Município, no papel de intermediadora dessas relações, tem de segurar, na medida do possível.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Indago do Relator se tem mais alguma pergunta.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10
Folha n.º 116 do processo 491 de 1999
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD. P-22: FOLHA:2

TAQ. Idelci:

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18.11

O SR. CELSO CARDOSO (PPB) - Gostaria de fazer somente algumas colocações, porque diversas pessoas adotaram uma postura e nem todas as respostas são convincentes ou não é aquilo que a população e nós, da Comissão de Finanças e Orçamento queremos ouvir. Sabemos que quando investimos na educação de uma população é evidente que a cidade passa a ser respeitada. Uma população educada, ou seja, que recebe todos os subsídios possíveis de direito, é evidente que o país passa a ser próspero. Pergunto: por que não investir mais na educação? Por que quando há necessidade de uma sinalização ela é tão precária e tão difícil de se conseguir? Muitas vezes só se consegue depois de um acidente muito grave. Aí, então, vêm os salvadores da pátria, aparecem engenheiros de todos lugares falando que naquele local deveria ter isto ou aquilo. Por que, então, a Secretaria de Transportes, a CET, não faz uma avaliação geral, indicando todas as vias de grande risco em São Paulo, para que os problemas sejam corrigidos antes que vidas sejam perdidas. Não se coloca fechadura na porta depois do ladrão entrar.

Outra indagação é a seguinte: como será feita a seleção no caso dos perueiros, uma vez que a atividade foi regulamentada por um decreto do Prefeito? Qual será a instrução dada a esses profissionais?

21
Mais uma para terminar. Sabemos que nos casos de ônibus, muitas pessoas idosas, que por lei têm o direito de andar gratuitamente nos veículos, não têm respeitados os seus direitos. Quantos são? É só ficar no ponto de ônibus para ver quantas pessoas idosas fazem sinal e o motorista do ônibus simplesmente ignora. Num caso desses, Alexandre, qual seria a atitude tomada pela CET, pela Secretaria de Transportes, para que esse direito das pessoas idosas fosse respeitado?



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 167 do proc.
141 de 1999
Funcionário S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD. P-22: FOLHA:3

TAQ. Idelci:

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18.11

Termino aqui, Sr. Presidente, não tenho mais perguntas a fazer. Já estou me retirando. Agradeço os momentos que passamos aqui. Tenho certeza que foram importantes todos os diálogos.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Obrigado. Dr. Godinho, alguma questão? (Pausa) Vereador Mohamad Said Mourad?

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Quero aproveitar, para encerrar, duas indagações. Temos aqui o projeto do fura-fila, em que foram gastos 16 milhões até outubro. Esses 175 milhões, qual é a previsão do término do fura-fila, quantos quilômetros e qual o trecho que vai ser realizado, dentro da previsão dos 175 milhões?

Com referência aos perueiros, endosso as palavras do subrelator Vereador Celso Cardoso, sobre a importância da educação no trânsito, salvando vidas, melhorando as condições de trânsito em nossa cidade. É muito importante para nós. Não há dúvida de que há um conjunto: Secretaria de Transportes, São Paulo Transportes, CET e a própria população. Sabemos que existem campanhas. Mas temos que avançar um pouquinho mais do que nas campanhas, tanto na CET como na São Paulo Transportes, para reeducar boa parte da população, fazendo com que os motoristas do transporte público sejam mais educados, atendam adequadamente, respeitem os idosos e deficientes e não façam o que continuam fazendo: deixando o idoso ou o deficiente no ponto de ônibus ou parando fora, sem dar atendimento digno e respeitoso a essas parcelas da população da cidade de São Paulo .

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Sr. Alexandre (Pausa). Sr. Eric, como queiram.

O SR. ERIC - Vou falar sobre a educação. Evidentemente ninguém pode ser contra os recursos aportados à educação. Quanto mais houver



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 ISABEL P. S. H. NASC

ISABEL P. S. H. NASH
Of. Adm. Genl.

Of. Adm. Geza' t

ROD. P-22: FOLHA:4

TAQ. Idelci:

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA: 18.11

para a educação tanto melhor. Mas gostaria de deixar claro que em nenhum momento esse assunto é descurado na CET. Não há falta de preocupação nesse sentido. Hoje em dia temos dois centros de treinamento, pelos quais passam mais de 100 mil pessoas por ano, para que sejam educadas. Temos programas direcionados a crianças, adolescentes e também à terceira idade, porque também é gente que precisa ser reeducada porque ainda tem alguns hábitos da adolescência ou da segunda idade e não se apercebe que tem menos audição, menos visão etc.

Então, fazemos também esse trabalho. (Carla)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-100f. Adm. Geral III

Folha n.º 11112 do pro
n.º 491 de 1999
funcionário
ISABEL CANASIRO

ROD.:P23	FOLHA:1	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:			DATA: 18.11

...também fazemos esse trabalho. Estamos em preparativos, por meio da Secretaria, para criarmos mais um centro de treinamento, seria no Ibirapuera, com apoio da iniciativa privada. Atualmente desenvolvemos um programa para o ano 200 voltado ao pedestre da cidade de São Paulo também no sentido de fazer campanhas de educação para atravessar na faixa.

Quanto à sinalização, claro que recebemos reclamos da população e na medida do possível atendemos mas não é possível atender todas. Muitas vezes a reclamação é impertinente, ou intempestiva, não procede. Por exemplo, muitas pessoas querem colocar lombadas nas ruas A, B ou C, mas desde que seja na porta da casa dos outros. Temos de analisar as reivindicações.

A despeito dos pedidos, considerando-se o tamanho da cidade e tudo que temos, fizemos imensas campanhas, imensas obras de engenharia na cidade, colocamos faixas iluminadas de pedestres, faixas rotatórias, estamos desenvolvendo um trabalho de altíssimo nível em conjunto com algumas cidades do exterior para estabelecer a velocidade padrão ou máxima permitida dentro da cidade de São Paulo. Tanto é verdade que a sinalização, o trabalho de educação e de engenharia de tráfego estão dando resultados que estamos, em termos de acidentes de trânsito, inseridos dentro de um contexto de primeiro mundo. Estamos a 3.1 mortes por 10 mil veículos quando o padrão mundial aceito é de 3. Muito obrigado.

74
O SR. JOSÉ MENTOR - Concedo a palavra a dona Luíza Maciel.

A SRA. LUÍZA MACIEL - Agradeço a oportunidade em nome dos trabalhadores da CET a quem represento e esclareço que nossa condição aqui é principalmente a de considerar todos os esforços envidados

CONFIDENTIAL
SECRET
100-443886-1000
100-443886-1000

CONFIDENTIAL
SECRET
100-443886-1000
100-443886-1000

CONFIDENTIAL
SECRET
100-443886-1000
100-443886-1000

CONFIDENTIAL
SECRET
100-443886-1000
100-443886-1000

CONFIDENTIAL
SECRET
100-443886-1000
100-443886-1000

CONFIDENTIAL
SECRET
100-443886-1000
100-443886-1000



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1170
n.º 491 de 1999
o.º 1999
ISABEL P. S. H. NASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:P23	FOLHA:2	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:			DATA: 18.11

pela direção da CET e pelos seus funcionários no sentido de que os serviços que prestamos sejam cada vez melhores. Esses esforços devem ser considerados. Tanto é assim que o Tribunal de Contas os considerou. Assim como consideramos a necessidade de maiores investimentos nesse serviços.

Queremos solicitar aos vereadores, principalmente aos presentes, que envidem os esforços necessários, especialmente com os colegas das suas respectivas bancadas, para pelo menos o que foi solicitado pela CET, não autorizado, mas o que consta do pedido interno, trazido para cá com muita defasagem, seja considerado e votado, em benefício da cidade, até da saúde público, como colocou o Érico, nosso diretor administrativo.

Reforço que estaremos, na condição de diretora representante dos trabalhadores, trabalhando nas bancadas de cada partido pedindo o que viemos pedir aqui. Contamos com a colaboração dos vereadores. Muito obrigada.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Tem a palavra o Sr. Alexandre para as últimas considerações.

O SR. ALEXANDRE - Quero responder a algumas questões. O fura-fila, os 175 milhões será utilizado na ligação Sacomã - Parque D. Pedro, com 13 quilômetros de extensão, com 11 estações e três terminais de integração. A previsão de término da obra é até dezembro de 2000.

Em relação ao critério dos perueiros...

- Comentário fora do microfone.

1971

... e controle de atividades

... do ao sistema de controle

... da administração das áreas de controle

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

... do sistema de controle e de atividades

1971

1971

1971

1971

1971

1971



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 1971.85
n.º 491 de 1999
funcionário
ISABEL P. S. H. MASHIMO
Adm. Geral III

ROD.:P23	FOLHA:3	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:			DATA: 18.11

O SR. ALEXANDRE - Quanto ao critério dos perueiros, atualmente os técnicos estão elaborando edital mas posso adiantar que são duas preocupações básicas, o condutor e o veículo. O condutor deve estar habilitado, de forma satisfatória, a transportar pessoas. Deve ter carteira nacional de habilitação, não pode ter antecedentes criminais, e outros critérios que o permitam a conduzir pessoas. As vans precisam apresentar condições técnicas para que não coloquem a segurança do usuário em perigo. São basicamente essas duas linhas mestras. Quando o edital ficar pronto o divulgaremos imediatamente a todos.

Por fim, a questão dos idosos não respeitados. Isso ocorre e qualquer evento desse tipo deve ser informado à SP Transportes ou mesmo à Secretaria. Já presenciei algumas punições aos motoristas por terem desrespeitado os idosos. Antes de haver a punição deveria existir um trabalho de educação dos motoristas para que não se instale um estado "policialesco" e castigue-se todo mundo. Esse não é objetivo, mas o de haver uma conscientização de que o idoso merece respeito. Isso é importante e necessário.

Agradeço a atenção, as colocações. Se não respondi todas as questões, apesar de pertencer à Instituição, não tenho a informação técnica ou não pude adotar as soluções necessárias face às condições objetivas presentes.

76 O SR. JOSÉ MENTOR (PT) - Peço ao senhor que, por obséquio, remeta as questões pendente até sexta-feira à Comissão de Finanças.

Agradeço a presença do (Carla)

SECRET. - No release except by order of the President.

1. The President is authorized to appoint and remove, at will, any person to any position of honor or trust in the executive branch of the Government, and to grant any honor or award to any person.

2. The President is authorized to grant any pardon, reprieve, or commutation of sentence to any person convicted of any offense against the United States, except in cases of impeachment.

3. The President is authorized to grant any amnesty to any person or persons.

4. The President is authorized to grant any pardon, reprieve, or commutation of sentence to any person convicted of any offense against the United States, except in cases of impeachment.

SECRET. - No release except by order of the President.

1. The President is authorized to appoint and remove, at will, any person to any position of honor or trust in the executive branch of the Government, and to grant any honor or award to any person.

OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE

SECRET. - No release except by order of the President.

SECRET. - No release except by order of the President.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 ^{Adm. Geral III}

Folha n.º 172 do proc.
n.º 491 de 19 77
o funcionário Ma
SAULO P. S. HANASHIRO

ROD.:P24 FOLHA:1

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 18.11

Agradeço a presença do Sr. Érico Costa Barros, Diretor-financeiro do CET; D. Maria Luíza Maciel, Diretora representante dos funcionários do CET e Sr.(?) Montonaga, Chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Transportes que representou o Sr. Secretário.

Está encerrada a presente sessão.

77

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE EM Juntado desta data por meio de si rubricado sob o nº 131/11/99. Folha de Informação nº 131/11/99. *Isabel*

ISABEL P. S. H. NASHIRO
Of. Adm. Geral III